



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CLÊNIA TRINDADE LUCENA CAVALCANTE

**AS DINÂMICAS DAS RUAS DE FORTALEZA: OS PROCESSOS E
TRANSFORMAÇÕES NAS VIDAS DE PESSOAS ÀS MARGENS DA CIDADE**

FORTALEZA

2019

CLÊNIA TRINDADE LUCENA CAVALCANTE

AS DINÂMICAS DAS RUAS DE FORTALEZA: OS PROCESSOS E
TRANSFORMAÇÕES NAS VIDAS DE PESSOAS ÀS MARGENS DA CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C1d CAVALCANTE, CLÊNIA TRINDADE LUCENA.
AS DINÂMICAS DAS RUAS DE FORTALEZA: : OS PROCESSOS E TRANSFORMAÇÕES NAS
VIDAS DE PESSOAS NAS MARGENS DA CIDADE. / CLÊNIA TRINDADE LUCENA
CAVALCANTE. – 2019.
111 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.
1. Pessoas em Situação de rua. 2. Centro Pop. 3. Vulnerabilidades. 4. Margem social. 5. Facções
Criminosas. I. Título.

CDD 301

CLÊNIA TRINDADE LUCENA CAVALCANTE

AS DINÂMICAS DAS RUAS DE FORTALEZA: OS PROCESSOS E
TRANSFORMAÇÕES NAS VIDAS DE PESSOAS ÀS MARGENS DA CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Geísa Mattos de Araújo Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Camila Holanda Marinho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha filha, razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois sem Ele nada nesta vida faria sentido.

Agradeço aos homens e mulheres, usuários do Centro Pop, que aceitaram conversar comigo nessa jornada de pesquisa e que sempre se dispuseram a contribuir com suas falas e compartilharam um pouco de suas histórias de vidas.

Gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Fábio, que prontamente aceitou meu pedido de orientação e por toda a paciência nesse percurso complexo do mestrado, trazendo sempre observações valiosas do pensar sociológico contribuindo fortemente para o desenrolar da escrita deste trabalho.

Deixo minha gratidão à FUNCAP pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço de coração aos meus colegas de mestrado pelo incentivo e pela troca de experiências pois, mesmo à distância, nos ajudamos mutuamente dando apoio e dicas de estudo e pesquisa. Agradeço de forma especial a Juliana, Flavianne, Eric, Mário e Rafa.

Grata às professoras Camila Holanda e Geísa Mattos por terem aceitado participar da minha banca de qualificação, momento em que trouxeram valiosas contribuições para o prosseguimento da pesquisa e por estarem agora na banca final de defesa.

Agradeço também as servidoras da secretaria da Pós-graduação Socorro e Lorena, sempre solícitas às nossas dúvidas, que foram muitas ao longo desses anos.

Agradeço ainda à minha psicóloga, pois as sessões de terapias foram essenciais nessa jornada.

Grata, principalmente, à minha família, meu irmão Clênio e minhas sobrinhas Mirelle e Micaelle, pelo apoio sempre que precisei e de forma especial agradeço a minha mãe, sempre querida com minhas escolhas e pelo apoio incondicional.

Deixo a minha gratidão ao meu esposo Roberto, sempre juntos nessa longa jornada que é a vida.

“Não é produto de marca que define um cidadão. Nunca julgue nessa vida um homem de pés no chão, Pois o sapato calça os pés, mas não calça o coração.” (Bráulio Bessa).

RESUMO

Neste trabalho busquei compreender as diversas motivações que levam os sujeitos a saírem de suas moradias ao ponto de encontrar nas ruas um local de permanência transitória ou duradoura. Durante a pesquisa do mestrado, que durou uma média de dois anos, somados aos três anos anteriores em trabalhei com mesmo segmento, como técnica da Assistência Social, foi possível compreender que existem algumas motivações que se repetem e levam o sujeito para longe de seus bairros e territórios, dentre eles podemos citar, porém sabendo que não se esgotam nestas situações, a questão da drogadição, o uso de álcool, as brigas familiares e o envolvimento com o tráfico de drogas. O trabalho teve o objetivo ainda de compreender os significados atribuídos, pelas pessoas que fazem da rua sua morada, aos serviços públicos destinados a este segmento populacional. Fiz um recorte desse grande campo de pesquisa e me ative às pessoas que estão nas ruas de Fortaleza e que fazem uso do Equipamento da Prefeitura denominado Centro de Referência para pessoas em situação de rua. Busquei compreender os diversos significados que estes atores sociais atribuem aos serviços prestados a eles por este centro de referência. Nesta busca dos diversos significados que a população de rua dá aos serviços municipais deparei-me como um acontecimento novo e não esperado, o crescimento exagerado das pessoas chegando às ruas em decorrência de expulsões compulsórias de seus territórios por grupos coletivos criminosos, conhecidos por facções criminosas. Este fenômeno apareceu de forma forte nas falas de meus interlocutores de modo que resolvi abrir um capítulo final dedicado à temática. Os interlocutores desta pesquisa percorrem os caminhos do centro da cidade de Fortaleza e fazem da Praça do Ferreira sua moradia primordial, já que é por lá que se abrigam nas noites para seus descansos diários. Para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa estive presente no equipamento da Prefeitura conversando e observando os seus frequentadores e realizei conversas informais com diversos interlocutores e entrevistas com usuários e com profissionais da assistência social, além de levantamento bibliográfico pertinente à temática trabalhada.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de rua. Centro Pop. Vulnerabilidades. Margem social. Expulsões Compulsórias. Facções Criminosas.

ABSTRACT

In this work, I look to understand the various motivations that lead some persons to leave their homes to the point of finding in the streets a place of transitory or longstanding permanence. During the Master's research, which lasted an average of two years, in addition to the previous three years in which I worked with the same segment, as a Social Assistance Technician, it was possible to understand that some repeated motivations drive individuals away of their neighborhoods and territories. Among this issue, I can cite, without however exhausting the possibilities, the use of drug, alcohol, family quarrels, and involvement with drug trafficking. The work also aimed to understand the role and relevance attributed to public services for this population segment. I made a cutout this vast field of research, and I restrict myself to the people who are in the streets of Fortaleza and make use of the City Hall Equipment called "Centro de Referência para pessoas em situação de rua" (Pop Center). In this search for the various meanings that the homeless people attribute to municipal services, I came across as a new and unexpected event, the excessive growth of people coming to the streets as a result of compulsory expulsions from their territories by collective criminal groups known as criminal factions. This phenomenon repeatedly appeared in the speech of my interlocutors, so that I decided to open a final chapter dedicated to this theme. The interlocutors of this research walk their paths at the downtown of the Fortaleza city and make the Ferreira Square their primary home, as it is there that they shelter in the evenings for their daily rest. In order to reach the objectives proposed in this research, I was present in the City Hall's equipment talking and observing its visitors and held informal conversations with several interlocutors and interviews with users and social care professionals, as well as a bibliographic survey relevant to the theme.

Keywords: People in a homeless situation. Pop Center. Vulnerabilities. Social margin. Forced expulsions. Criminal factions.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA	20
2.1	A compreensão fenomenológica do morar na rua	26
3	MORADORES E INTERLOCUTORES: OS SUJEITOS QUE VIVEM	
	NAS RUAS	28
3.1	População de rua: da invisibilidade social também nos números oficiais ...	39
3.2	O dia a dia das pessoas em situação de rua do centro de Fortaleza	42
3.3	Nildo: 24 anos de história pelas ruas de Fortaleza	44
3.4	Margarida: um ano pelas ruas de Fortaleza	47
4	A SIGNIFICÂNCIA DOS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA	
	SOCIAL NA VIDA DE QUEM VIVE NAS RUAS DE	
	FORTALEZA	49
	.	49
4.1	O Centro POP centro e os serviços disponibilizados por este equipamento	
	54
4.1.1	Os atendimentos realizados pelos profissionais da Assistência Social	59
4.2	Como os usuários percebem os serviços mantidos pelo Centro POP	62
5	UMA NOVA REALIDADE SE APRESENTA: AS FACÇÕES	
	CRIMINOSAS	67
5.1	As ruas territorializadas por facções criminosas	73
5.2	As expulsões compulsórias feitas por facções	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

Basta um breve caminhar pelas históricas ruas e praças do centro de Fortaleza para ser possível ver, olhar, enxergar diversas pessoas fazendo das calçadas suas casas e dos bancos das praças suas camas.

Depois de cinco anos dedicada aos trabalhos junto a esta parcela da população é fácil enxergar essas pessoas há quilômetros de distância, mas bem sei como a sociedade “finge” não os notar, ao menos como deveriam. Esse não notar, ousou afirmar, passa por uma falta de interesse não apenas da sociedade, mas das Instituições Públicas e Privadas que, em sua grande parte, não dedicam nem tempo nem dinheiro para os problemas de quem vive às margens da cidade. Lembremos que se trata de um segmento não lucrativo e apenas isso, certamente, serve como resposta para muitas das invisibilidades sociais aos quais são submetidos diuturnamente.

Viver nas ruas é desafiar o que está posto, é desafiar a sociedade e as Instituições. De um modo geral, o comportamento de quem vive nas ruas parece não ser regulado por nenhuma instituição e a sobrevivência está relacionada ao aceite de regras estabelecidas na própria rua, à margem do reconhecimento legal. Em outras palavras, quem vivencia as ruas aceita estar à margem do que a sociedade dispõe como regular, normal e aceitável.

Ouso fazer um paralelo com o trabalho de Agier (2006) sobre refugiados que, guardadas suas devidas diferenças, nos traz uma brilhante reflexão sobre isolamento e limiares da vida social em que as pessoas vistas como indesejáveis, clandestinos ou refugiados são postas em campos de refugiados “à espera de sobrevivência e sem direitos”, como disse, guardadas algum exagero que possa parecer, a população de rua dos grandes centros passam por esse “isolamento social”, enquanto aguardam sobreviver, sem direito a nada ou quase nada, sem direitos a ter direitos.

Fazer das ruas seu local de vivência, e isso ocorre em grande parte das vezes por situações externas à vontade do indivíduo, passa sempre por essa extrema dificuldade encontrada diante da invisibilidade social que este segmento experimenta em seu cotidiano, seja pela sociedade, que transita diariamente pela cidade e não “vê” esta população pelas calçadas e vielas; seja pelas políticas públicas faltantes ou incompletas, que não abarcam, nem de longe, as reais necessidades desses cidadãos que, dia após dia, possuem negativas de solicitações de suas demandas.

As políticas públicas pensadas a este segmento populacional e que conseguiram implementação são insuficientes e não conseguem abarcar o número crescente de pessoas que

diuturnamente se veem obrigados a partir para as ruas por falta de habitação. Uma vez nas ruas estas pessoas não conseguem encontrar uma rede de proteção eficiente de acolhimento e suporte, apesar de uma política de assistência formalmente implementada.

A sociedade não “enxerga” essa população, os transeuntes esbarram diariamente por várias pessoas nessas condições, mas os fazem invisíveis. Somos treinados a não ver, a não sentir, a não se aproximar, fazendo de conta que aquela realidade não existe. Pais (2006) nos relata o caso de uma mãe que “protege” a filha para não “ver” os mendigos nas ruas de Lisboa, nos mostrando como somos treinados a enxergar apenas o que se quer ver, de modo que não podemos negar a invisibilidade dessas pessoas para a maior parte da sociedade.

Costa (2013) nos revela algo pessoal e interessante no sentido de que antes de iniciar seus trabalhos junto a esta população, esta era, de fato, invisível aos seus olhos.

Pude perceber também que só havia me dado conta da população de rua enquanto fenômeno social urbano, quando comecei a conviver com os problemas do centro da cidade e a “enxergar” seus habitantes. Percebi que andava pelas ruas do centro como qualquer outro transeunte, esbarrava em seus “moradores”, mas não os via efetivamente. (COSTA, 2013, p. 25).

Esse relato é o retrato do que os moradores de rua passam diariamente, todos os dias são esbarrados por diversos transeuntes e não são enxergados por estes, como também observou Marinho (2012, p. 118-119): “Os moradores de rua são personagens da cidade, mas protagonizam as cenas de desigualdade e exclusão social, que são corriqueiras e já se tornaram banalizadas para muitos que não conseguem enxergá-los ou preferem excluí-los de seus olhares sobre a cidade.”

Essa invisibilidade não se dá apenas quanto ao não ser “visto” pelos transeuntes ou pela sociedade, mas pelo próprio poder público que não desenvolve políticas públicas adequadas ao segmento e, mesmo em sua existência, acabam sendo deficitárias e os moradores de rua sentem, dia após dia, o descaso do Estado para com suas necessidades.

Para Ferro (2012), esse modo de tratar o morador de rua como invisível recaindo na omissão estatal não deixa de ser um modo de fazer política. Para esta autora, o Estado, durante muito tempo, fez uma política do descaso e também implementou a política da violência, fazendo com que estas pessoas se afastassem dos grandes centros e os obrigassem a sair para locais mais remotos, ou mesmo para outros municípios. Em outras palavras, havia uma política de higienização das cidades. “Esse tipo de ação estatal reflete, é claro, a cultura dominante em nossa sociedade de discriminação e culpabilização do indivíduo por estar e morar nas ruas, visão que é projetada e estimulada por diversos meios de comunicação.” (FERRO, 2012, p. 2). Percebemos que tais políticas implementadas continuam, em certa

medida, a reproduzir exatamente o mesmo, o descaso, a higienização e o quase esquecimento deste segmento.

A principal demanda de quem acaba nas ruas é, por óbvio, a moradia. No entanto, diante da insuficiência nas políticas adotadas, muita gente não consegue ter acesso a elas. Adriano já vive pelas ruas de Fortaleza há 15 anos e solicita, diuturnamente, a participação no programa do governo federal “Minha Casa Minha Vida”¹, porém, jamais foi sorteado e, para piorar a situação, ele ainda nos revela que “o aluguel social² não tem para todo mundo e não ajuda muito porque é pouco tempo, depois temos que voltar ‘pras’ ruas, eu preciso de ter meu teto para morar”, apenas nessa fala o interlocutor nos cita dois programas voltados ao público das ruas, mas que infelizmente são insuficientes.

O intuito principal desta pesquisa foi investigar como as pessoas que estão em situação de rua na cidade de Fortaleza chegaram nessa condição, como constroem suas relações sociais entre si e com as Instituições, busquei compreender como eles vivenciam seus cotidianos, como atuam para suas sobrevivências diárias e como negociam suas relações com as Instituições públicas.

Tive como motivação principal compreender quem são estas pessoas, quais circunstâncias sociais concorreram para que estejam nas ruas, quais mecanismos utilizam para sobreviver e de que modo os serviços institucionais impactam suas vidas.

Em minha aproximação com este público, busquei sempre entender as formas de lidar com suas vidas diante de “verdades” estabelecidas na sociedade. Procurei questionar o fato de existir uma única forma “correta” de “viver a vida”, com padrões preestabelecidos socialmente em que se exige que o cidadão tenha seu trabalho, casa, família, siga horários e rotinas fixas.

Parti do entendimento de que o cotidiano de quem está nas ruas é diferente da rotina estabelecida socialmente, o cotidiano é outro, os horários de realização de tarefas mudam, a rigidez dos expedientes de trabalho nem sempre existem, e pude notar que essa realidade é vista como liberdade por muitos dos meus interlocutores.

O Nildo, por exemplo, de quem falarei mais à frente, em nossa primeira conversa fez essa importante observação, que ele sente uma liberdade nas ruas não sentida quando ele vivia em uma casa e com a obrigação de seguir ao trabalho todos os dias, tendo de cumprir

¹ O programa “Minha Casa Minha Vida” é um programa de habitação do Governo Federal lançado em 2009 pelo Governo Lula que subsidia aquisição da casa própria.

² O Programa de Locação Social consiste na garantia de um auxílio financeiro mensal – aluguel social – às famílias necessitadas. O valor atual é de quatrocentos e vinte reais, podendo a família permanecer no programa por até dois anos.

horários rígidos de entrada e saída.

Essa fala relacionada à liberdade vivenciada nas ruas e não em outros locais estabelecidos socialmente foi recorrente durante toda a pesquisa, vários interlocutores nos falam dessa sensação sentida ao romper com os padrões de vida estabelecidos de forma tradicional.

O fenômeno, de viver nas ruas, não é algo recente, desde a antiguidade é possível identificar a existência de mendigos e pessoas que perambulam pelas ruas.

Com o crescimento e desenvolvimento das cidades há um aprofundamento e complexidade da questão. O Brasil, e em especial Fortaleza, não está imune à realidade do crescimento desta população, que se desenvolve com o crescimento urbano, fazendo com que os problemas relacionados a este grupo social se aprofundem cada vez mais, de modo que hoje não é mais possível isentar-se de pensar e de refletir quanto à este processo e quanto aos problemas dele decorrentes.

No Brasil a existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno secular e representa uma das grandes expressões dos processos de exclusão econômica e política, agravado em meados do século XX pelo êxodo rural e depois, por grandes processos migratórios, sobretudo no auge da industrialização que levou imensos contingentes populacionais para o sudeste brasileiro. (NOBRE, *et al.*, 2018, p. 2).

É curioso notar que desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 passou-se a ter, ao menos pelo viés legal, uma preocupação em garantir os direitos sociais desde segmento, preocupação esta reforçada com a aprovação, em 2009, da Política Nacional para a população em situação de rua, política esta que implementou diversos serviços voltados exclusivamente a este segmento, no entanto, seu contingente não tem diminuído. Tal constatação nos leva a uma reflexão quanto aos motivos para a não diminuição populacional dos moradores de rua em contradição aos avanços legais e institucionais conquistados no país.

Nobre *et al.* (2018) apontam a questão econômica neoliberal como uma possível explicação para esta explosão de população de rua por todo o Brasil,

Esse fenômeno está alicerçado no contexto de emergência e consolidação da política neoliberal adotada pelo Estado brasileiro, que ao instaurar o chamado “estado mínimo”, no que tange à garantia de políticas públicas referentes aos direitos sociais fundamentais, tem como corolário o estado penal cada vez mais recrudescido. (NOBRE, *et al.*, 2018, p. 2).

De fato, devemos concordar que as práticas neoliberais, associadas à ideologia da punição e poucos recursos nas áreas sociais são pontos de partida para qualquer sociedade explodir o número de desabrigados e necessitados. O Brasil conseguiu dar visibilidade a esta população tendo entrado na agenda política nos anos governados pelo Partido dos Trabalhadores e isso foi refletido na ampliação dos serviços da Assistência Social para o

público mais carente.

Com a queda da esquerda do poder já é notória a baixa na qualidade dos serviços em decorrência de menor investimento na área. Não podemos dizer que a Assistência Social tenha sido priorizada em nenhum governo, mas após o declínio da esquerda do poder o investimento na área caiu sobremaneira.

Em entrevista com o coordenador do Centro POP centro, Elias Figueiredo, ele nos fala das dificuldades aumentadas nos últimos anos e, principalmente, nesses meses iniciais do novo governo brasileiro, haja vista que a Assistência precisa de recursos federais. Dificuldades relacionadas a recursos para a prestação de serviços ofertados pelo Centro Pop como alimentação e lavagem de roupas.

Gostaria de elucidar também, neste início de trabalho, a problemática relacionada às expressões para designar esta população pois *estar* em situação de rua é diferente de *ser* morador de rua, esta última expressão nos leva a uma situação de determinismo, o que poderia prejudicar uma visão mais coerente de superação, assim como entende Prates (2011, p. 194), “ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central.”

A ressalva quanto ao uso do termo moradores de rua existe inclusive por parte dos próprios atores inseridos na condição de rua. Aos meus interlocutores, dos quais tive a oportunidade de questionar, a preferência foi por serem chamados de pessoas em situação de rua e não moradores de rua, pois eles compreendem que o termo morador de rua já está carregado de estigmas e como alguns remeteram que são mais que moradores de rua e que a rua não é para sempre, o estar nas ruas é muitas vezes passageiro.

Pais (2006) concluiu em sua pesquisa em Portugal que existem pessoas que habituaram-se a viver nas ruas e por lá ficam vitaliciamente, já outros percebem como algo passageiro e que existe o desejo de sair das ruas assim que possível. Aqui posso dizer que encontrei as duas situações, pessoas totalmente habituadas às ruas, com mais de vinte anos de vivência de rua e outros com apenas dias ou semanas, mas não obtive em nenhuma fala a vontade de ficar pelas ruas de forma vitalícia, todos com quem tive a oportunidade de conversar falam em algum momento não estar mais pelas ruas.

Garcia *et al.* (2008) ressaltam em alguns pontos de seus trabalhos a visão negativa que o termo nos remete: “A negação do ‘ser morador de rua’ se dá por conta de seu aspecto estigmatizante, ou seja, sua conexão com a figura frágil, alcoólatra, doente mental e abandonada pela família” (GARCIA, *et al.*, 2008, p. 3); ou mesmo “aquele que não se adapta mais a um estilo de vida rigoroso e disciplinado” (p. 4) segundo entendimento do albergue

visitado por estes pesquisadores; ou ainda aqueles que “não têm a intenção de abandonar o estilo de vida adotado” (p. 5) segundo concluem os próprios pesquisadores em questão.

Estou trabalhando na perspectiva de população em situação de rua enfatizando o processo, busco evitar naturalizações e ressalto o fato de que estas pessoas possuem outras características além de viverem nas ruas. No entanto, no decorrer da fala, pode acontecer de aparecer o termo moradores de rua, sem perder a referência citada.

O interesse por esta temática surgiu bem antes da minha entrada ao programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. No ano de 2014, passei a integrar o quadro de servidores da Secretaria Municipal da Assistência Social, na época chamada Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETRA).

Na época, escolhi ser lotada no equipamento que trabalha com a população de rua, o Centro Pop do centro. Lembro que uma questão me chamou muita atenção à época, o Centro Pop³ era um local rechaçado pela maioria dos colegas da Assistência, inclusive pelos próprios assistentes sociais por ser um equipamento que ficou conhecido, dentro da Assistência, como muito problemático. O que me foi passado, logo de início, era que eu deveria ter muito cuidado, pois se tratava de um local de conflitos de diversos níveis, desde brigas internas entre os usuários até uma regularidade em ameaças de morte a profissionais que lá trabalhavam.

Presenciei muitas brigas dentro do equipamento, muitas ameaças de morte entre eles e para com os servidores e funcionários. De fato, as ameaças são cotidianas. Tive muitos colegas de trabalho solicitando transferência para outras unidades da Assistência por terem sido ameaçados de morte. Com isso, o Centro Pop passa por renovações dos quadros de profissionais com uma certa frequência.

Eu mesma, ainda como técnica, tive problemas reais com alguns usuários e cheguei a ser ameaçada por um deles que estava bêbado em frente ao equipamento. Devido ao estado momentâneo da bebida, sua entrada foi negada, o que gerou-lhe grande revolta, passando a me ameaçar dizendo que, caso eu saísse do equipamento sem realizar seu atendimento, ele me agrediria. De fato, quando busquei deixar o espaço, ele chegou a tentar uma agressão, porém foi contido pelos seguranças. Somente consegui deixar o local “escoltada” por amigos e funcionários.

Essa realidade faz com que o Centro Pop seja visto como um equipamento que apresenta um grau elevado de periculosidade, o tornando estigmatizado e mal visto pelos próprios profissionais que demonstram um certo temor, em decorrência do público que é tido

³ Centro de Referência especializado para População de Rua (Centro Pop).

como “difícil” de trabalhar.

Por se tratar de um local que atende essencialmente quem vive nas ruas, é, simultaneamente, um equipamento que assiste muitas pessoas que possuem pendências com a justiça. Apesar disso, não é certo dizer que todos que vivem nas ruas são criminosos, embora exista uma parcela significativa que incide na vida do crime, seja por conta do vício em entorpecentes, seja pela necessidade monetária que os leva a realizar, principalmente, crimes contra o patrimônio.

Esta realidade, associada ao fato de existir muita rixa entre grupos rivais que comandam as ruas, o que diversas vezes gera brigas entre eles, acaba por afastar muitos profissionais que ficam com um certo receio de conviver com uma realidade tão complexa como esta.

Apesar de se tratar de uma lotação no centro da cidade, o que tornaria o local mais favorável, tendo em conta que os demais serviços da Assistência Social estão localizados nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) dentro dos bairros, a maior parte dos profissionais fazem preferência por estes e o discurso sempre recai na palavra medo.

Marinho (2012), a certa altura em seu artigo, tece algumas reflexões sobre o medo e no traz algo que ponderei como extremamente pertinente a este cenário do medo “coletivo” que ronda os equipamentos de população de rua, segundo a pesquisadora,

Cria-se uma cultura do medo e sua personificação acontece através de indivíduos e grupos sociais ameaçadores ou com práticas que se imagina que façam parte de suas performances cotidianas. Dentre estes grupos de indivíduos, estão situados não só os criminosos envolvidos em quadrilhas, máfias e organizações, mas podemos perceber que os jovens, pobres e moradores de regiões vulneráveis, com alto índice de violência, também se enquadram nessa construção coletiva de grupos ameaçadores e perigosos. Estejam envolvidos em organização criminosa ou não. (MARINHO, 2012, p. 122).

Com essa reflexão podemos trazer para este contexto como é visto o equipamento da população de rua, este sendo um segmento da sociedade estigmatizado como pessoas criminosas e violentas, sejam eles violentos ou não, sejam eles criminosos ou não, um estigma tão arrebatador que cerca o imaginário até de quem trabalha com a Assistência Social.

Atuei neste equipamento, como assessora jurídica, por mais de três anos, fazendo atendimentos diários aos moradores de rua que buscam o local com a finalidade de obter um suporte para se manterem nas ruas com o mínimo de dignidade.

Neste tempo, foi possível observar que a maioria das pendências com o judiciário tem correlação com crimes contra o patrimônio, especificamente roubos e furtos, e em menor escala existem os crimes de tráfico de drogas, tentativas de homicídio e homicídios

propriamente ditos, nada de muito diferente das realidades que rondam os territórios mais periféricos da cidade.

Em outras palavras quero dizer que, de fato, o equipamento tem seus problemas, como qualquer outro equipamento de atendimento a público envolvidos com crimes e drogas, mas em relação ao Pop existe um estigma para além do discurso e dos fatos, um estigma que, me parece, ronda a vida e a realidade dos moradores de rua por onde quer que eles estejam, em um atendimento hospitalar, em uma repartição pública solicitando documentação ou pelas vielas da cidade mendigando comida.

Uma vez que ingressei ao programa de mestrado, escolhi este equipamento para realizar minhas principais atividades de pesquisa. Retornei ao Centro Pop, não mais como técnica, mas como pesquisadora e acredito ser importante compartilhar minhas primeiras impressões neste retorno.

Inicialmente, notei uma gritante diferença de tratamento deles quanto à minha pessoa, a forma de tratamento é diferente, mesmo por aqueles que já me conheciam anteriormente. Quando estava naquele local como profissional eles vinham até minha pessoa pois tinham suas demandas, agora quem demandava algo deles era eu e não o contrário, quem teria que realizar aproximação era eu e não eles.

Quando percebi que este seria meu desafio inicial, uma aproximação para apresentar minha demanda, me deixou de certa forma aflita, por receio de não ser recebida como tal, ou não conquistar a confiança para obter as falas e as conversas de que necessitava para desenrolar minha pesquisa. O acesso às suas falas poderia ser bem mais difícil do que imaginei “a priori”.

A comunicação, obviamente, é mais fácil e direta quando o assistido está em uma sala fechada, protegida pela confidencialidade do atendimento técnico. Quando os atendia, como técnica, muitas confidências eram realizadas de maneira natural. Contavam-me detalhes da vida, agrados e desagradados com a rua de forma corriqueira e sem muito medo.

Hoje, como pesquisadora, sinto que muitos não se abrem com tanta naturalidade. O trabalho foi lento e gradual para adquirir a confiança e para que eles estivessem plenamente convencidos de que se trata, de fato, uma pesquisa científica sem finalidades políticas ou qualquer outra questão não acadêmica.

Senti que, enquanto alguns expunham suas vidas sem tantos receios, outros permaneceram fechados e jamais se abriram a uma conversa mais demorada, talvez por medo do desconhecido ou meramente por se tratar de personalidades mais reservadas. O fato é que muitos se abriram às conversas, às falas e se disponibilizaram para entrevistas.

Em alguns momentos iniciais, notei que a minha presença no Centro Pop foi vista com algum incômodo, por alguns frequentadores, por acreditarem que a pesquisa tinha alguma correlação com a Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. No entanto, busquei sempre explicar a finalidade acadêmica da mesma e deixei sempre os interlocutores bastante tranquilos e confortáveis a falar da forma mais natural possível, apenas o que eles tinham vontade de falar.

Apesar de existir uma ampla literatura, penso que os estudos sobre este objeto não estão esgotados, e talvez nunca se esgotarão, pois, sem sombra de dúvidas, se trata de uma realidade diversa e complexa.

Minha experiência como profissional da Assistência Social e, agora, como pesquisadora da área, me fazem crer que estas complexidades merecem tratamento científico, para se pensar as múltiplas problemáticas que dizem respeito a estes atores sociais.

Penso que o estigma que esta população carrega de serem vistos como meros moradores de rua e marginais é, demasiadamente, pesado e esconde uma realidade a ser visitada. Eles, como quaisquer outros atores sociais, não podem ser entendidos por um único aspecto, os indivíduos são sempre múltiplos, pois estamos sempre expostos a experiências diversas, principalmente para quem vive em grandes metrópoles transitando por diferentes grupos e domínios sociais (VELHO, 2001).

Alguns trabalhos que desenvolveram estudos nesta mesma linha temática buscaram entender as relações afetivas entre jovens que moram nas ruas (MARINHO, 2012) ou mesmo compreender as políticas públicas voltadas a este segmento (LIMA, 2008) ou ainda a análise da política municipal de atenção a população em situação de rua (COSTA, 2013).

No nosso caso, trabalhamos a pesquisa com pessoas adultas que frequentam o Centro Pop centro. Meu enfoque de trabalho não é o afetivo, como o fez Marinho (2012) mas, como não poderia deixar de ser, estas relações apareceram no decorrer da pesquisa. Fiz uma aproximação com um interlocutor, o Nildo, que mantém um relacionamento amoroso com Maria, e essa história cheia de altos e baixos, romance e briga que se inicia nas ruas é tratado em uma sessão mais à frente.

Quanto à questão metodológica, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa por meio de aproximação ao meu público-alvo dentro do Centro Pop, que foi o meu campo principal. Lá pude fazer observação à distância e estive aberta a todo tipo de aproximação, de conversas informais e de entrevistas, a usuários do equipamento e a profissionais. Fiz também levantamento bibliográfico e de documentos, busca em jornais de grande circulação e, claro, o meu diário de campo, no qual fiz os registros de percepções e anotações de falas e de

observações de tudo que vivenciei nos anos de pesquisa.

Por meio de entrevistas e, especialmente, por meio de conversas informais, busquei me ater às narrativas de vida dessas pessoas, o que me permitiu encontrar dramas sociais vivenciados em diversas experiências sociais encontradas nas ruas, visto que a experiência tem correlação com que cada indivíduo experimenta de forma singular, ou seja, “duas pessoas, ainda que experimentem o mesmo acontecimento, não possuem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é, para cada indivíduo, única.” (MARINHO, 2012, p. 124).

Por meio dessas conversas e observações, foi possível analisar questões mais gerais que interessam à sociedade, tendo em vista que existe um cruzamento da trajetória do indivíduo com a trajetória da própria sociedade em que se vive.

Parti da compreensão de como as pessoas experimentam o mundo, como elas dão sentido e significância a suas vivências diárias e entendo, assim como Gonçalves *et al.* (2012, p. 10), que “seguindo essa premissa, a realidade sociocultural não é apreendida a partir de uma concepção de representação, mas de experiência do mundo.”

Ressalto que o fato de ter conhecimento prévio das rotinas do equipamento e de parte de seus profissionais me ajudou bastante na aproximação com os usuários e a me sentir mais à vontade dentro do meu local de pesquisa. A questão de ter sido técnica do equipamento me atormentou por um certo tempo, mas hoje, já finalizado o trabalho, tenho a certeza de que só me ajudou a compreender melhor esta realidade.

Não estruturei muito, ou quase nada, minha pesquisa com relação a quem eu deveria entrevistar, a pensar de forma primária qual perfil eu deveria entrevistar/conversar ou mesmo a fazer questionários com questões fechadas ou, mais ainda, tentar direcionar as respostas para algo que eu quisesse ouvir ou ter como respostas.

Mergulhei nesse campo com o objetivo de ouvir pessoas que moram nas ruas e que utilizam o Centro Pop centro e, na maioria das vezes, em vez de escolher com quem eu ia conversar eu apenas fui escolhida por meus interlocutores que se aproximavam e iniciavam as conversas e, em meio a elas, aproveitava para lhes fazer perguntas direcionadas a minha pesquisa, mas muitas vezes apenas ouvi os desabaços, sem nem mesmo fazer interferências, quando percebia que a pessoa precisava falar, conversar e expor para alguém todas suas angústias.

Em outros momentos, fui até alguns interlocutores que se tornaram chaves para minhas entrevistas por notar uma facilidade na fala e por não sentirem medo nem opressão em expor a dura realidade de suas vidas, foram interlocutores com boa capacidade de expressão

verbal.

Com relação à estruturação da minha escrita, decidi fazer o trabalho em três capítulos principais, além da metodologia, introdução e considerações finais.

Um capítulo sobre estes sujeitos que vivem nas ruas de Fortaleza intitulado “Moradores e Interlocutores: os sujeitos que vivem nas ruas”, no qual trabalho um pouco a questão de buscar entender quem são essas pessoas que vivem nas ruas e o que as levaram a estarem nas ruas. Trago também uma questão de quantitativo e a eterna discussão se é possível ou não quantificar os moradores de rua. Falo ainda do cotidiano das pessoas que estão nas ruas de Fortaleza e que frequentam o Centro Pop do centro e, por fim, trago duas histórias de moradores de rua, que não se tratam de trajetórias de vida propriamente ditas, mas breves trajetórias de dois interlocutores que apareceram em minha pesquisa de uma forma importante.

Em sequência, abordo algumas questões relativas ao trato institucional dispensado a esta população que vive na invisibilidade social e na vulnerabilidade de direitos. Neste capítulo intitulado “A significância dos equipamentos da Assistência Social na vida de quem vive nas ruas de Fortaleza” trabalho no sentido de trazer um pouco da realidade do Centro Pop, quais os serviços que são disponibilizados por este equipamento, quais outros serviços a Prefeitura disponibiliza e como as pessoas, usuárias destes serviços, percebem os mesmos e quais significados têm para suas vidas.

No último capítulo, trabalho com uma realidade nova que se apresentou em meio a minha pesquisa e que não estava planejada quando da realização do projeto de pesquisa. Trata-se de pessoas desabrigadas pelas facções criminosas que invadiram não apenas os territórios periféricos da cidade, mas também as ruas de Fortaleza.

Em meio a pesquisa, começaram a surgir muitos casos de pessoas sem moradia e pelas ruas em decorrência de problemas, diretos ou não, com as facções dominantes de territórios, assim abro este capítulo intitulado “Uma nova realidade se apresenta: as facções criminosas” e trago um breve histórico e origens das principais organizações criminosas atuantes na cidade. Falo, ainda, do momento em que essa nova realidade invade as ruas e modifica todo o cotidiano e regras estabelecidas para viver nas ruas do centro de Fortaleza e, por fim, um pequeno retrato da realidade das expulsões realizadas por estes grupos de criminosos.

2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA

Inicialmente, imaginei fazer a pesquisa da população de rua por meio de um grupo fechado de mais ou menos seis pessoas, que seriam escolhidas dentro do próprio equipamento Centro Pop, e eu os acompanharia no que chamo de circuito da rua, que são os locais por onde eles passam durante os dias para obter suporte cotidiano.

Com o início da pesquisa de campo, fui observando que seria inviável seguir com o projeto inicial por vários motivos. Primeiramente, por mais que eu tenha planejado começar os trabalhos em um local fechado, o Centro Pop, as pessoas que lá frequentam nem sempre se repetem, ou seja, eu não tenho contato com as mesmas pessoas sempre. Às vezes, demoro semanas para conversar com o mesmo ator. Outro detalhe é que quando se marca para um acompanhamento em outro equipamento ou local de serviço beneficente, nem sempre eles aparecem. Fui notando, pela experiência, que era necessário adequar esse projeto inicial.

Decidi focar no equipamento escolhido e trabalhar com os atores que lá frequentam, sendo os mesmos ou não, pois não faria sentido ficar esperando sempre as mesmas pessoas que poderiam demorar semanas para retornar ao local e, mesmo retornando, eu sempre correria o risco de o sujeito não estar disposto a conversar naquele momento.

Fui compreendendo que o campo de pesquisa vai dando os verdadeiros limites do objeto. É no campo de pesquisa que o objeto vai tomando corpo e forma. Lembrei, então, das leituras de Bourdieu (2016) que remetem a importância da pesquisa de campo também para a delimitação do objeto.

A leitura atenta de Bourdieu (2016) foi fundamental para uma nova visão quanto à compreensão do que se trata delimitação do objeto. Até então, eu acreditava ser possível determinar o objeto de pesquisa e fazer sua delimitação de plano antes mesmo de qualquer contato com o campo de estudo.

Seria possível chegar a campo com o objeto bem definido e tendo bem alinhado a metodologia a ser utilizada para obter um resultado satisfatório. Após essas leituras, percebo que essa tarefa está diretamente relacionada à pesquisa de campo e não apenas aos estudos teóricos.

Bourdieu nos ensina a importância da construção do objeto de pesquisa. Para o autor, a importância do objeto não está propriamente em sua natureza e sim na capacidade do pesquisador em transformar qualquer objeto, mesmo que socialmente insignificante, em objetos científicos (BOURDIEU, 2016, p. 18). O mais importante é a construção do objeto que vai se delineando com o desenrolar da pesquisa de campo.

Por esse motivo, o campo tem uma importância central na construção do objeto social que o cientista estudará. Nesta perspectiva, Bourdieu nos alerta que não cabe fazer uma separação entre teoria e metodologia: “as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções teóricas de construção do objeto.” (BOURDIEU, 2016, p. 22)

Ele nos alerta, também, da importância de romper com o senso comum na construção de nosso objeto e no fazer da sociologia. Cabe ao sociólogo conhecer o mundo social para além dessas representações pondo em questão tais prenoções. O importante é transformar fatos sociais em fatos sociológicos e, para tanto, o trabalho de campo é fundamental, somente assim, será possível apreender o objeto.

Nesse sentido, Bourdieu nos diz que “a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural.” (BOURDIEU, 2016, p. 25), o que nos leva a entender que essa construção é longa e demorada e não será resultado de cálculos mentais realizados no gabinete de trabalho.

Logo, partindo desse entendimento, fui capaz de compreender que é possível realizar minha pesquisa com indagações e hipóteses, porém, devo deixar que o campo revele os pormenores do meu objeto investigado.

Por outro lado, com a decisão de focar a pesquisa em um único equipamento, passo a uma preocupação levantada por Becker (2009) que nos alerta do perigo de empobrecer a pesquisa, haja vista que os agentes estão fechados em uma instituição, de modo que a fala pode, porém não necessariamente, estar comprometida por interesses outros relacionados a questões políticas, por exemplo.

Sabendo desse perigo, parti para o desafio de montar uma estrutura de confiança para que os atores possam superar esse medo inicial da fala e tentar ao máximo deixar o ambiente tranquilo para que eles possam ficar à vontade e falar de forma aberta.

Durante toda a pesquisa, fixamos diversas rodas de conversas, bem informais, em que abrimos o espaço para que eles possam falar livremente sobre algum assunto que o educador do próprio Centro Pop propõe de início.

Muitos falam de forma aberta sem nenhuma barreira, outros tantos não se sentem confortáveis e preferem não falar nada. Mas notei que, com o passar do tempo, o bate-papo vai ficando mais e mais informal, de modo que as pessoas vão se sentindo mais à vontade para participar da conversa.

Iniciei as rodas de conversas com algum tema específico, normalmente relacionado a algo do mês. Por exemplo, no mês de maio falamos sobre o dia das mães, o

educador social iniciou o bate-papo questionando se os mesmos foram visitar suas mães na data comemorativa.

Com esse termo inicial vamos tecendo uma conversa e lançando aos poucos e, dependendo da fala, algumas indagações, como por exemplo: o que ocorreu na vida pregressa deste sujeito que o fez buscar as ruas como moradia? Existe a vontade de deixar as ruas e voltar para uma vida dita regular? Para os que desejam permanecer nesta condição, o que tem de sedutor em estar nas ruas? Que tipo de relações intersubjetivas são necessárias para a sobreviver nestas condições? Que tipo de negociação deve ser traçada junto ao poder público para se ter direitos garantidos e acessar serviços essenciais? Eles estão satisfeitos com o serviço prestado pelo Município?

Nas primeiras vezes que fui ao Centro para fazer uma escuta propriamente dita, e não apenas uma observação à distância, participei da roda de conversa desenvolvida pelo educador social. Em alguns desses momentos, ele propôs que todos fizessem uma breve apresentação de si mesmo e aproveitei para identificar-me e explicar os motivos da minha presença naquela roda.

Para os que já me conheciam como técnica foi fácil ter um diálogo e eles logo sentiram segurança para conversar sobre os assuntos propostos, mas para os que não me conheciam ainda o desafio foi um pouco maior. Precisei, de alguma forma, explicar do que se tratava a pesquisa, que aquelas falas não seriam levadas a órgãos governamentais, que eu sempre estaria preocupada em resguardar a identidade de cada um deles e que, de todo o modo, aquele trabalho era para a Universidade e eu não era mais servidora pública, apenas uma estudante.

O fato de explicar que eu estava estudando ajudava muito na compreensão de que eu não representava uma ameaça aos direitos deles. Percebi que alguns notaram o pequeno gravador que eu portava junto a alguns cadernos de anotações e que isso gerou um certo burburinho. Resolvi, então, fazer uma pequena explicação em particular de que aquilo era um estudo para a Universidade.

Para compreender mais a realidade social apresentada por eles, é necessário investigar de perto essas pessoas inseridas em tal realidade. Weber nos ensina que “o ponto de partida do interesse pelas ciências sociais reside na configuração real e portanto individual da vida sociocultural que nos rodeia.” (COHN, 2006, p. 89).

Interessa, assim, uma pesquisa que verse sobre o cotidiano desses agentes. Por este motivo, não cabe estruturar toda a pesquisa em preceitos lógicos argumentativos preestabelecidos, “o trilhar sociológico das rotas do cotidiano não obedece a uma lógica de

‘demonstração’, mas antes a uma lógica de ‘descoberta’ na qual a realidade social se insinua.” (Pais, 2003, p. 17).

Como a pesquisa é, essencialmente, qualitativa, pensei em uma observação participante como importante ferramenta na investigação, mas no fundo acabei realizando mais uma observação flutuante no sentido de estar disponível aos interlocutores e não propriamente mobilizar toda a atenção a um único objeto de forma precisa (PÉTONNET, 1982).

Estive em alerta e em observação dentro do Centro Pop de uma forma sensível e aberta às descobertas que este campo tinha a me proporcionar e evitei estruturar as entrevistas e conversas, de modo que deixei os atores pesquisados, um tanto quanto, livres em suas falas.

A lógica da descoberta que caracteriza a *sociologia do cotidiano* afasta-se da lógica do “preestabelecido”, que condena os percursos de pesquisa a uma viagem programada, guiada pela demonstração rígida de hipóteses de partida, a uma domesticação de itinerários que facultam ao pesquisador a possibilidade de apenas ver o que seus quadros teóricos lhes permitem ver. (PAIS, 2003, p. 17).

As investigações microssociais têm sua importância em uma metrópole como Fortaleza que abriga diversas complexidades e expressividades (BARREIRA; LIMA, 2013).

Não um encontro esperado em um círculo de interconhecimento, nem tampouco aquele de um rosto “conhecido de vista” surgido ao acaso de um cruzamento, mas o encontro nu, entre pessoas privadas de qualquer outro contexto senão aquele de suas roupas, e que consiste em dirigir a palavra a alguém de quem não sabemos nem de onde vem, nem o que faz, alguém de quem de nada sabemos. (PÉTONNET, 2008, p. 101).

Bourdieu (2016) levou-me a pensar na dificuldade que o meu campo de pesquisa poderia impor haja vista o objeto ao qual estudo ter feito parte, até bem recente, do meu cotidiano laboral.

Como a minha pesquisa nasceu do meu trabalho, existe um grande desafio de saber separar a realidade vivenciada como técnica e agora como pesquisadora. Nesse ponto, Durkheim nos ajuda a pensar em como nos libertar de prenoções acerca do objeto a ser estudado, assim como Bourdieu, que insiste em uma construção do objeto de forma autêntica rompendo com o senso comum.

Existe, assim, um desafio de desconstruir e desnaturalizar, como nos ensina Bourdieu (2016), esse objeto que deve ser construído no momento da pesquisa e, para tanto, será necessário exercer uma vigilância para que eu não caia na armadilha de deixar-me seduzir pelas verdades preestabelecidas.

Existe um desafio a ser superado por todo pesquisador, sempre que vai a campo, relativo ao envolvimento dele com os observados, em decorrência da proximidade

estabelecida, alertada por Haguette (2010), e tomando como exemplo o trabalho desenvolvido por Marinho (2012), em que a mesma relata desafios na separação entre a atividade técnica de seu labor e a atividade de pesquisa.

Apesar das possíveis dificuldades, compreendo, assim como Rodrigues (2001), que a experiência na atividade laboral anterior junto ao objeto de estudo pode enriquecer demasiadamente o trabalho, haja vista ser possível utilizar de dados e informações de acesso mais restrito, logo, mais difícil de serem obtidos.

Em que se pese as possíveis dificuldades que o fato possa trazer à análise, o haver trabalhado por um longo tempo na empresa, conferiu uma outra dimensão ao que se possa entender hoje como exercício da observação participante. Possibilitou-me a obtenção de muitos dados de difícil acesso que enriqueceram a análise e possibilitaram uma interpretação mais aprofundada e menos homogeneizante dos acontecimentos, em razão do conhecimento adquirido durante a trajetória da empresa. (RODRIGUES, 2001, p. 4-5).

Deixei essas indagações que fizeram parte de minha jornada como pesquisadora, mas finalizo a pesquisa tendo a certeza de que o fato de ter trabalhado como técnica em nada atrapalhou os andamentos dos trabalhos, sinto que, pelo contrário, apenas me ajudou na familiaridade com o tema.

Além do equipamento ter mudado de endereço neste meio tempo, a rotatividade de pessoas é muito grande. Além disso, o tempo que passei longe foi suficiente para descolar a imagem de técnica, de modo que entendo que está garantida a objetividade necessária à pesquisa científica.

Becker (2009) nos dá uma contribuição importante não apenas para pensar no objeto de pesquisa, mas, principalmente, para pensar em como trabalhar esse objeto.

Somos treinados a realizar projetos de pesquisa pautados em metodologias fechadas e Becker (2009) abre o horizonte de pesquisa ao defender que o estudo do objeto social pode ser desenvolvido por e em diversas áreas da vida social.

Levar em conta as maneiras como as pessoas trabalham em outros campos – artistas visuais, romancistas, dramaturgos, fotógrafos e cineastas – e os leigos representam a sociedade revelará dimensões analíticas e possibilidades que a ciência social muitas vezes ignorou serem úteis em outros aspectos. (BECKER, 2009, p. 19).

Essa análise, a princípio simples, é de tamanha importância para os pesquisadores sociais pois nos faz pensar que temos uma infinidade de possibilidades no desenvolvimento de nossas pesquisas e que podemos nos permitir utilizar de diferentes áreas e métodos para desenvolvê-las.

Tanto Bourdieu (2016) quanto Becker (2009) nos faz pensar também com relação a não se prender a uma única metodologia de pesquisa, abrindo espaço para em um mesmo

estudo realizar toda a metodologia que possa ajudar na pesquisa, realizar entrevistas em profundidade e também entrevistas coletivas, por exemplo.

Um ponto importante, que acredito poder ser utilizado em toda e qualquer pesquisa, faz referência ao que Becker (2016) chama de observação sensível, ou seja, se utilizar de tudo o que possa para compreender o objeto da pesquisa buscando identificar todas as variáveis que contribuam para um determinado resultado que se pretende compreender.

Outro ponto importante abordado pelo autor faz referência a dar um foco apenas em uma pergunta de forma específica, isso pode fazer com que o pesquisador ignore aspectos interessantes que podem vir a surgir no decorrer da pesquisa. Penso, assim como Becker (2016), que estando aberta a experiências e observações para além do campo de estudo, pode ser possível chegar a resultados não previamente esperados e quem sabe surgir perguntas não pensadas a priori. Em outras palavras, o autor abre a possibilidade de aproveitar experiências pessoais e não permanecer fechado apenas ao momento da pesquisa em si.

Em resumo, entendo válida à minha pesquisa a proposta de Becker (2016) de estar atenta não apenas ao que estou pesquisando, no momento em que estiver em campo, mas também dar importância e estar aberta às descobertas da vida cotidiana dando importância aos pequenos detalhes dos acontecimentos, pois estes podem abrigar muitas oportunidades de estudo. É o que ele chama de pequenos descobrimentos que o mundo social pode proporcionar, tendo como consequência um enriquecimento da pesquisa realizada e também abre possibilidades de novas perguntas para futuras pesquisas.

Como o enfoque de minha pesquisa é microssocial e tenho como preocupação as dinâmicas do cotidiano e das relações intersubjetivas que os atores sociais formulam entre si, importando compreender os sentidos das ações intersubjetivas da vida cotidiana destes agentes, penso que a abordagem metodológica da fenomenologia sociológica, desenvolvida por Schutz, será de grande valor.

O método compreensivo fenomenológico permite compreender como os indivíduos, objeto de estudo, pensam e percebem o mundo de acordo com suas experiências vivenciadas no cotidiano, levando-se em conta as inter-relações desenvolvidas e o contexto histórico em que se está inserido. O cerne da questão passa pela ideia de experiência. O sentido, o significado dado pelo ator social, das suas ações é realizado no mundo da vida cotidiana. Toda a preocupação dele passa pela questão de descrever os processos sociais em que o indivíduo vivencia experiências dentro de um determinado contexto social.

E, não posso deixar de falar da minha importante ferramenta, chamada diário de campo, que foi essencial para o meu cotidiano dentro do Centro Pop. Fiz anotações de tudo o

que pude e de todas as conversas e entrevistas realizadas. Muitas vezes não foi possível escrever tudo no exato momento, mas no primeiro instante que tinha oportunidade já passava todas as impressões para os cadernos, de modo a ser o mais fidedigna possível ao que meus interlocutores contavam.

2.1 A compreensão fenomenológica do morar na rua

A realidade social que se apresenta tem como cenário a vida cotidiana de algumas pessoas que fizeram da rua sua morada. Essa realidade repercute no estabelecimento de relações intersubjetivas e relações institucionais das quais pretendo compreender melhor.

A interação constante entre os atores sociais vai determinando, de alguma forma, a vivência desses indivíduos. O compartilhar da vida vai dando sentidos às ações sociais. E assim, cabe ao sociólogo a busca dos significados dessas condutas sociais resultantes das interações entre os indivíduos.

O intuito do trabalho passa pelo interesse em compreender o dia a dia desses indivíduos. Nesse sentido, nos faz imperioso buscar uma teoria que possa nos direcionar nessa jornada da pesquisa do cotidiano.

Teoricamente, encontrei, em Alfred Schutz (1899-1959), um suporte teórico para minha pesquisa, haja vista que o mesmo teve uma preocupação incessante na busca de encontrar um fundamento fenomenológico para uma sociologia da ação e da compreensão enunciada por Max Weber (WAGNER, 2012, p. 17-18). Para ele, a sociologia deve analisar a ação humana a partir dos significados dados pelos indivíduos aos seus atos, dentro de um contexto histórico do mundo da vida. A Sociologia compreensiva trabalhada por Schutz é fortemente influenciada por Max Weber. Encontrei nesses autores o suporte teórico que entendo que poderá ajudar a decodificar as dificuldades de trabalhar os sentidos das ações subjetivas e também intersubjetivas. As teorias desses autores servirão de núcleo forte para nossa pesquisa.

Ao afirmar que o sujeito encontra-se em uma situação biograficamente determinada, quer dizer que o mesmo tem uma história própria, possui suas experiências pessoais, e estas ficam gravadas, de alguma forma, e que lhes servem como estoque de conhecimentos, antevendo situações futuras. Sendo assim, o pesquisador social, ao realizar sua observação vai se deparar com uma realidade que tem um significado para os atores sociais que acabam traçando interpretações do mundo que os cercam – são os chamados constructos do senso comum. Caberá, então, ao cientista social interpretar e compreender

estes constructos, que já foram formulados pelos atores sociais – são os chamados constructos de segundo grau. O sentido da ação está diretamente ligado à compreensão.

Em resumo, o método compreensivo fenomenológico permite entender como os sujeitos pensam e percebem o mundo de acordo com suas experiências vivenciadas no cotidiano, levando-se em conta as inter-relações desenvolvidas e o contexto histórico em que estão inseridos. “O campo observacional do cientista social, ou seja, realidade social, possui um significado e uma estrutura de relevância específico para os seres humanos que nele vivem, agem e pensam.” (SCHUTZ, 2012, p. 295).

Toda a preocupação dele passa pela questão de descrever os processos sociais que o indivíduo vivencia e experiência dentro de um determinado contexto social e as relações interpessoais decorrentes das histórias de cada um e das experiências vividas no dia a dia.

3 MORADORES E INTERLOCUTORES: OS SUJEITOS QUE VIVEM NAS RUAS

Depois de muitos anos trabalhando de perto com as pessoas que vivem nas ruas e, mais ainda, depois de conversas colhidas para minha pesquisa, mais certeza eu tenho de que não é possível definir a população de rua, os moradores de rua. São tantos e tão desiguais, e com características infinitas que se torna quase impossível uma definição.

Algumas características se repetem como viver nas ruas, dormir pelas calçadas e vias públicas, e, qualquer coisa para além disso poderá ou não ser característica igual.

Encontrei vários tipos de realidade, pessoas com problemas de drogadição, envolvidas com o tráfico, que cometem crimes, as que nunca cometeram nenhum, casados, solteiros, com família, com vínculos familiares rompidos, com problemas de saúde, com a saúde perfeita, com moradia e sem moradia, com trabalho e sem trabalho. O que quero dizer, nesse momento, é que não existe uma regra e características únicas que irão se repetir nos casos que encontramos ao longo de nossa pesquisa.

Desde o início da pesquisa e diante da experiência que obtive, exercendo a função de técnica da assistência junto ao público da rua, foi possível perceber que o grupo é muito heterogêneo, o que nos leva a ter clareza da impossibilidade de se fechar em uma única definição de população de rua.

Esse cotidiano laboral mostrou-me, também, que as ruas acolhem muitas realidades, homens, mulheres, famílias inteiras, casados, solteiros, com filhos, com netos, migrantes de outras cidades. Alguns estão há muitos anos, outros passam meros dias por problemas com entorpecentes, brigas com familiares ou com vizinhos, problemas mentais, separação e divórcio, hippies, catadores de lixo e, mais recentemente, pessoas expulsas de suas casas por facções criminosas.

Em um momento da roda de conversa cujo tema era dia das mães, o educador puxou a roda falando que no dia anterior tinha sido o dia das mães e pergunta se alguém foi visitar a mãe na data festiva. O senhor Francisco logo se manifesta e diz que jamais conheceu nem a mãe e nem o pai, viveu a vida inteira nas antigas Fundações Estaduais para o Bem Estar do Menor (FEBENS). A pessoa que o criou até os quatro anos resolveu o colocar na FEBEM e de lá só saiu aos dezoito anos. Ele desconhece qualquer história da família, não sabe nada da mãe biológica e disse que o nome dele foi trocado quando a mãe biológica o deu para esta outra pessoa o criar. Ele nos conta que tem muita vontade de conhecer sua mãe biológica e que no dia das mães fica muito triste e pede a Deus que a ajude e que a abençoe e diante da fé inabalável nos diz quase em forma de oração “para Deus nada é Impossível! Pode

ser que um dia eu a conheça.”

Essa fala retrata bem como as relações conturbadas das famílias são geradoras de problemas recaindo muitas vezes na ida para ruas por alguns de seus membros.

O Valter nos conta que os pais dele separaram-se e que ficou vivendo com seu pai. A mãe somente teve oportunidade de conhecer aos doze anos de idade: “o pai é a minha mãe.” Sua mãe casou-se novamente e constituiu nova família. Ele, então, foi parar nas ruas em decorrência de ter separado-se de sua esposa que mora no interior. De forma deslocada, na fala, Valter nos conta que possuía uma moto, mas a vendeu para comprar uma máquina de costura para a ex-esposa trabalhar. Ele fala com orgulho que tem contato com a esposa e que tem três filhos de dez, oito e sete anos.

Fernando inicia sua fala, mas nada faz referência quanto a sua idade ou há quanto tempo vivencia as ruas, diz que é divorciado e que os filhos vivem em Sobral - CE, mas faz questão de dizer que tem mãe viva e que a mesma mora em Messejana. Relata, ainda, que poderia voltar para casa a qualquer momento, mas não o faz porque tem desavenças com os irmãos, assim, para evitar brigas, prefere continuar nas ruas. Ele conta ao grupo que a mãe possui duas casas e que ele vivia em uma delas, porém ele fez uma viagem e ao retornar, a casa tinha sido tomada por seu irmão que não o deixou mais entrar na mesma.

Valdey é um senhor de idade, possui mais ou menos uns cinquenta e seis anos. É difícil acertar a idade de alguém que vive há muito nas ruas, pois o tempo, o sol e a dura vida maltratam a pele, a saúde, os cabelos, assim, um homem de cinquenta anos pode aparentar ter setenta. De todo modo, o senhor Valdey é uma pessoa chegando à vida idosa e não possui uma articulação perfeita na fala, isto é, a fala é muito aleatória, porém cheia de vida e muito divertida. Com suas palavras, todos sorriram muito e ele foi capaz de animar o grupo sobremaneira. Ele inicia dizendo que sua mãe já é falecida, mas que “é minha advogada em relação ao meu pai que me batia todo dia.” Relata, também, que nasceu no Montese, mas o pai vendeu a casa e um dia, com raiva da família e dos vizinhos, resolveu ir para a Praça do Ferreira. Lá, diz, “aprendi a tomar cachaça e passo é de quatro dias bêbado, eu caí e nem me lembro, tô sem poder andar porque me machuquei, sou motorista profissional, estou com as costelas quebradas da polícia e da queda, roubaram minha mochila, minha mãe é uma heroína”. A fala contém muitas informações, porém, sem muito nexo. Ele nos conta, ainda, que todo o dinheiro que vem a receber e ou ganhar é gasto com bebida.

Ed é um rapaz novinho e diz ter dezenove anos, todavia aparenta ter menos. Ele relata que foi para a casa da mãe no dia anterior para lhe dar um abraço de dia das mães, porém o pai chegou e começou a beber e daí “estragou o meu dia e voltei para a rua.” Ele faz

questão de dizer que “tenho o segundo grau completo, não devo nada a ninguém, nem à justiça, saí de casa porque meu pai bebe muito” e para evitar brigas em casa resolveu morar nas ruas, mas que está nesta vida há duas semanas apenas. Ed fala com uma certa tristeza que a mãe não toma partido de sua situação porque ela gosta do pai dele e acrescenta que a família vive na Vila União. Ele diz que serviu ao exército e que hoje trabalha no Horto da Prefeitura como jardineiro, onde é terceirizado e tem seu contrato renovado de tempos em tempos. Finaliza dizendo que está à espera de uma oportunidade e que já fez vários concursos públicos.

Daniel inicia seu depoimento dizendo que “ontem eu só liguei para minha mãe, ela mora na jurema”. Ele teve problemas com o irmão e faz uso de álcool, por isso se afastou da família, inclusive da mãe. Afirma que já viveu oito meses nas ruas mas que agora não está mais, “eu agora casei de novo e moro no jardim fluminense.”

Por óbvio, os regramentos legais precisam de uma definição para que se tenha um norte de trabalho. No Brasil, temos o Decreto nº 7.053/2009 que institui a política nacional para a população em situação de rua, que sabemos estar longe de uma perfeição, mas, por outro lado, foi uma conquista da população, por poder estar de forma mais normativa nas políticas públicas:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (DECRETO Nº 7.053/2009).

No início da pesquisa, usei este entendimento como ponto de partida para definir o objeto de estudo. No entanto, como já esperava, não foi suficiente e não correspondeu, nem de longe, às realidades que a rua nos apresenta.

Rodrigues (2005) faz um alerta quanto a não se tomar uma definição rígida para que não haja um engessamento de uma realidade tão complexa quanto esta, enquanto que Giorgetti (2006) ressalta a importância de utilizar o termo situação de rua que remete a algo passageiro e não propriamente determinante como o seria o termo morador a situação “ressalta o caráter processual da vida nas ruas, para delinear as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que não tem outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade.” (2008, p. 20).

Assim que tive a oportunidade, em uma conversa informal, perguntei a um de meus interlocutores o que achava do termo morador de rua e ele, o Marcelo, foi direto, “não gosto e ser chamado de morador de rua, eu vivo nas ruas e durmo na praça (do Ferreira) mas

quero sair dessa vida, quero trabalhar e ter minha casa.” De uma forma quase emocional, ele nos diz o que Giorgetti observou, o termo morador leva a um entendimento de fixação naquela condição, como se uma vez morador de rua sempre morador de rua, o que não é verdade, haja vista que quase cem por cento das pessoas que conversaram comigo confessaram a vontade de sair dessa situação.

Pereira (*In* Rui, 2016, p. 89) reforça essa discussão e destaca que “moradores de rua é uma das denominações utilizadas para as pessoas que ‘moram nas ruas’, apesar de ser um termo muito vago e não abarcar a heterogeneidade encontrada nesses espaços.”

Por mais banal que possa parecer, é importante trazer esse questionamento com relação aos termos moradores de rua e pessoas em situação de rua, pois compreendi que as pessoas que estão na rua sentem-se mais respeitadas quando não são chamadas de moradores de rua.

Conto, nesse momento, uma memória dos tempos de técnica do equipamento Centro POP. Lembro, com perfeição, que uma emissora de televisão foi fazer uma reportagem neste equipamento, e a repórter do canal em entrevista, no quintal, com os usuários presentes iniciou a matéria dizendo que conversaria com um “morador de rua”, momento em que ela foi prontamente interrompida por sua entrevistada que lhe fez a correção, “não se fala morador de rua mas pessoa em situação de rua”, ressaltando a importância que têm essas terminologias.

Um ponto que reputo de grande importância a ser destacado é em relação às vulnerabilidades. Verifico que independentemente do conceito que se venha a utilizar para descrever quem está em situação de rua, e apenas da ressalva já feita por mim anteriormente, que as características nem sempre se reproduzem igualmente em todos os casos, a vulnerabilidade é uma característica interessante e bastante observada, seja ela uma vulnerabilidade econômica ou social.

Concordo com a ideia de vulnerabilidade trabalhada por Silva (2006) que ressalta: “a vulnerabilidade é uma situação produzida fundamentalmente, porém não exclusivamente, pelo econômico. Existem outros recortes, como o cultural, que também produzem discriminações que levam a vulnerabilidades.” (SILVA, 2006, p. 106).

Em relação aos meus interlocutores, posso afirmar que praticamente todos passam por uma vulnerabilidade econômica, por não possuírem renda fixa e trabalho fixo. Muitos deles afirmaram que não estavam empregados e não tinham renda fixa, outros tantos trabalham em serviços informais, como o Adriano, que tem renda como lavador e vigia de carros pelo centro da cidade; seu colete fluorescente e a flanela na mão demonstram a atividade, mas o mesmo relata que não consegue juntar dinheiro para pagar uma moradia, por

exemplo, pois é usuário de drogas e sempre que há uma recaída perde tudo o que ganhou, “o problema é a recaída nas drogas quando tenho uma recaída perco todo o dinheiro que ganhei.”

Reiterando que a grande maioria de meus interlocutores estavam desempregados e sem nenhum auxílio ou fonte de renda. A própria condição de não ter um endereço fixo dificulta o acesso a um emprego formal. João nos relatou que está trabalhando em uma padaria na Domingos Olímpio, “lá eles contratam quem está pelas ruas e não fazem essa discriminação de não ter endereço.”

Existem, ainda, alguns que estão em uma eterna busca de emprego para conseguir sair da situação de rua. O Marcos nos conta que, nessas andanças em busca de uma atividade remunerada, parou em um posto da Prefeitura de Fortaleza e saiu de lá registrado como microempresário, mas o que ele não sabia e não esperava era que teria que arcar com diversos tributos municipais; e lá estava ele com um talão com diversos boletos a serem pagos e sem remuneração, sem empresa nenhuma, sem trabalho: “dessa minha busca só me restou dívida e agora estou desesperado sem saber como foi isso, como eu tenho uma empresa em meu nome se não tenho empresa nenhuma? A moça não me explicou direito eu pensei que estava sendo escolhido para trabalhar em algum lugar.” Esse relato demonstra apenas uma das dificuldades por que uma pessoa em situação de rua passa ao solicitar um emprego, além de demonstrar um total descaso das instituições para com as pessoas que buscam atendimento.

Outra vulnerabilidade observada diariamente é a social. Verificada não apenas nessa passagem que relatei no parágrafo anterior, mas também quando lhes são violados seus direitos mais básicos e fundamentais, de forma cotidiana, inclusive pelas próprias Instituições Públicas, quando estas são as primeiras a dar negativas de atendimentos, seja em uma repartição para solicitar documentação ou mesmo em atendimentos hospitalares por não estarem portando documentos civis, ou na própria Defensoria que, muitas vezes nega atendimento caso o assistido não esteja de calça comprida.

Essa vulnerabilidade pode ser verificada também e principalmente por parte de ações truculentas dos policiais que utilizam de violência gratuita no trato com essa população, cometendo abordagens absurdas, desumanas e violentas. Tive relatos de moradores que nos contou que a polícia chegou no Parque da Criança em um momento no qual vários moradores estavam dormindo e, sem motivo algum, foram acordados com chutes e pontapés e com uso de muita violência verbal.

Infelizmente, observamos que as Instituições Públicas são os locais que, muitas vezes, alimentam sobremaneira tais vulnerabilidades. Posso, mais uma vez, aproveitar-me de minha experiência como técnica e recordar dos muitos casos em que tivemos que “lutar” por

uma internação em hospitais da rede pública ou por atendimentos emergenciais nas redes de saúde pública negados a quem estivesse sem documentação cível, uma violência brutal realizada cotidianamente com quem não está em posse de documentos como a carteira de identidade civil, por exemplo, e também quando tive que brigar com a Defensoria para o direito dessas pessoas serem atendidas com as vestimentas que estiverem, visto que não tem lógica pedir a uma pessoa que está vivendo nas ruas tenha calças compridas para comparecer à Defensoria Pública.

Tais vulnerabilidades são reproduzidas a todo momento, quando, por exemplo, um cartório se nega a dar gratuidade a uma segunda via de certidão de nascimento ou quando a Receita Federal nega a gratuidade na emissão de Certificado de Pessoa Física (CPF), enfim, quando qualquer órgão público nega gratuidade, ele nega tratamento digno a seu cidadão. Para uma pessoa que está em situação de rua, quando muito dependendo do Bolsa Família, qualquer valor para retirada de documentos é muito e a negativa contribui para maior vulnerabilidade desse sujeito.

Existem outras vulnerabilidades que a rua traz consigo, inclusive o fato dessas pessoas estarem expostas a diversas doenças, dentre elas, as mais graves, que são a Tuberculose e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), duas doenças que, infelizmente, rondam a realidade dessa parcela populacional.

Giovana, que é travesti e portadora da AIDS, nos conta de sua luta mensal no Hospital São José para controlar a doença e ter mais anos de sobrevivência. Todos os meses, interna-se para tomar as medicações: “eu me cuido direitinho, tenho essa doença mas todo mês vou ao hospital e tomo todas as medicações.”

A vulnerabilidade pode ter um ponto de partida econômico, mas depois se torna algo a acompanhar quem vive nas ruas, posso dizer que, junto com seu próprio corpo. As mulheres com quem conversamos, não raras vezes, relatavam a dificuldade de ser mulher e viver nas ruas em decorrência de se estar em uma sociedade machista e em um ambiente em que existe o domínio numérico masculino. Uma realidade de nossa sociedade que apenas se replica nas ruas, o corpo da mulher sendo visto como objeto a ser usado pelos homens.

Um relato bastante significativo veio de uma jovem moça de vinte e poucos anos, não perguntei a idade. De tão impactada que fiquei com a fala dela, preferi não interromper: “o Centro Pop é muito importante para minha segurança, enquanto estou aqui me sinto guardada, quando saio me sinto sem proteção, não sei para os homens que estão aqui, mas para mim que sou mulher tenho medo de estar nas ruas e aqui estou segura.”

A rua é difícil para qualquer pessoa independente do gênero, mas pude ouvir,

como muita clareza, de muitas mulheres, esse mesmo medo, o medo de estar exposta, mais que os homens, a todo tipo de violência, e a pior de todas, a violência sexual. Para essa moça e para tantas outras, o Pop assume um papel importantíssimo quanto à questão da segurança, de modo que ela faz questão de ir todos os dias e nos horários que o serviço está à disposição, participando das oficinas e tudo o que estiver disponível para garantir a permanência naquele lugar visto por ela como seguro.

A população em situação de rua adulta é, como já fiz referência sob vários aspectos, diversa seja pela etnia, origem, ou mesmo quanto à situação econômica familiar. Normalmente, quem vivencia as ruas apresenta problemas financeiros em decorrência da falta de emprego e uma vida financeira instável dependendo de pequenos serviços para sobreviver. “Os serviços temporários alternativa de trabalho oferecida pelos meios econômicos e institucionais a quem se encontra nesta condição são uma forma de, na maioria das vezes, garantir um recurso mínimo diário para subsistência.” (FRANGELLA, 2004, p. 29).

Frangella faz menção também a alguns mecanismos, fora do trabalho tradicional, utilizados por este segmento para obter algum dinheiro para seu sustento: “outras táticas de sobrevivência aparecem nesse cenário, passando à margem dos códigos de normalidade da sociedade sedentária: a mendicância, o roubo, a vigilância de carros, a prostituição.” (FRANGELLA, 2004, p. 30).

A população em situação de rua constitui, dessa forma, um segmento social que expressa a pobreza em sua forma extrema e revelam aspectos que revelam cotidianamente sua condição de exclusão, desenraizamento e privação. Refletir sobre esse segmento é refletir sobre tudo o que lhe falta e sobre tudo o que lhe foi até então negado, não sendo possível entendê-lo desvinculado das categorias pobreza e exclusão. (COSTA, 2013, p. 69).

Costa (2013) faz esse recorte trazendo a noção que, de fato, mais permeia esta realidade, a pobreza extrema e a exclusão social. Duas categorias que acompanham demasiadamente quem vivencia esta realidade, porém é importante lembrar que, dentro deste contexto, existem as pessoas que dormem nas ruas, mas que têm seus empregos fixos durante o dia, como nos relata Carlos, 42 anos, 2 nas ruas: “eu durmo nas ruas alguns dias, outros eu alugo ali um cantinho, mas eu estou trabalhando sim em uma padaria.”

Observei que existe, em muitos casos, o trabalho informal, os vigias de carros nas ruas, por exemplo. O Nildo, o Mateus e tantos outros têm feito disso um trabalho e uma forma de ganhar dinheiro, nem sempre o suficiente para sair das ruas, mas o suficiente para alugar um quarto para pernoitar, ao menos por alguns dias, e poder “descansar dessa vida” como nos diz Mateus.

Mas a grande maioria dos nossos entrevistados entendem a rua e vivenciam a rua

como sua morada. A rua é, para alguns desses sujeitos, a sua casa. É fundamental fazer esta observação, tendo em vista que ela nos remete a outra questão importante, na medida em que a rua é a casa, é nela que será realizada todas as atividades do cotidiano, refletindo, assim, na normalidade em fazer determinadas atividades em logradouros públicos, a exemplo de tomar banho, escovar os dentes e até mesmo fazer sexo.

Da Matta, em sua obra *A casa e a rua*, percebe essa peculiaridade de quem faz da rua seu lar: “a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali ‘vivem’ como ‘se estivessem em casa’.” (MATTA, 1997, p. 55). O fato é que, ao morar nas ruas, o indivíduo leva consigo toda a sua complexidade de ser humano e de ser social e, assim, leva para o âmbito, normalmente público, todas as particularidades de uma vida privada, e esta realidade gera impacto na sociedade que não aceita tal complexidade.

Essa naturalidade desenvolvida nos usos dos logradouros públicos para as atividades que, de um modo geral, são feitas na intimidade de um lar, levam ao inconformismo por parte das pessoas que tem residências próximas aos locais onde se concentram moradores de ruas.

Durante nossa pesquisa, acompanhamos o caso de algumas pessoas em situação de rua que construíram uma espécie de galpão na Praça da Igreja Cristo Rei e, segundo matéria do G1 Ceará⁴, eles utilizaram materiais de construção da obra do Metrô de Fortaleza (METROFOR). Assim que soube do caso, segui para o local. Fui preparada para tentar uma abordagem e realizar uma conversa informal, mas, quando cheguei, já havia uma equipe de TV fazendo entrevista com uma única moradora que estava lá no momento. Não tive acesso a ela, mas busquei falar com pessoas no entorno para entender o que se passava. Uma senhora na Igreja me disse: “minha filha ninguém aguenta mais isso aí, eles moram nesse lugar só para roubar por aqui, a noite é perigo, até sexo eles fazem aí para todos verem”; o frentista no posto de gasolina relata: “os vizinhos não estão gostando desse povo morando aí”, eu perguntei se eles davam alguma “dor de cabeça” a eles do posto: “aqui não, as vezes vem para pedir água, mas só.”

Resolvi trazer tais relatos apenas para mostrar como normalmente é feita a separação clara entre o que se pode fazer nas ruas e o que só se faz em casa, lógica essa quebrada por quem faz das ruas sua morada e sua casa. Não existe outro lugar para fazer suas necessidades básicas como escovar dentes, tomar banho ou mesmo o sexo. É a rua que abrigará suas atividades cotidianas.

Importa observar, ainda, que a matéria jornalística citada traz a observação de que

⁴ Ver referência MORADORES de rua erguem ‘casa’ na Praça do Cristo Rei em Fortaleza. G1 CE.

os moradores fizeram denúncia de uso irregular de energia elétrica, furto de energia, mas a própria empresa distribuidora de energia, Enel, enviou uma equipe para verificar a denúncia e constatou que não existia nenhuma irregularidade nesse aspecto. Trago esse parágrafo apenas para ressaltar o fato de que a comunidade faz o possível e o impossível para “enxotar” pessoas em situação de rua de seus arredores. Quando a população percebe a movimentação de moradores de rua em sua área eles travam uma guerra até conseguirem fazer a retirada dessas pessoas dos locais. É a veia higienista que ronda a sociedade.

A construção acabou demolida por irregularidades e por pressão dos moradores vizinhos, da Igreja Cristo Rei e do Colégio Militar, mas as pessoas em situação de rua voltaram a se abrigar no entorno do local. Eu sei desse desfecho pois moro bem perto e já conhecia, de longe, a maior parte dessas pessoas que dormem nos logradouros próximos.

A ideia de higienização ainda existe por parte de alguns segmentos da sociedade, de modo que a guarda municipal e a polícia são frequentemente chamados a agir no sentido de retirar determinadas pessoas que estão em ruas e avenidas para locais longe dos centros urbanos. Pereira e Holanda (2011) trabalham essa realidade relatando o fato da retirada compulsória dos moradores de rua da Praça da Bandeira no centro da cidade, fato este que reflete bem a política de higienização da cidade, no sentido de empurrar esta população para bairros periféricos.

Os motivos e o momento da vida que levam as pessoas às ruas são variados e vão desde brigas entre casais, falta de dinheiro, desemprego, a tantos outros. No entanto, o mais recorrente que observo desde os tempos de técnica são as drogas, que acabam por causar rupturas com as famílias e com os territórios onde moram. O envolvimento com as drogas e com o tráfico levam a uma fuga para as ruas em busca de sobrevivência⁵.

Em uma das muitas rodas de conversas que fiz juntamente com os usuários do Centro Pop, o educador executa sua fala e pergunta de forma aberta o que é de fato que leva as pessoas às ruas. Muitos se manifestam, ao mesmo tempo, respondendo que o grande problema é o álcool. Daí uma pessoa se manifesta dizendo que “o problema está na própria pessoa e que ela poderia superar”, outro, no mesmo instante, não se conforma e afirma que “nessa situação precisa do governo para ‘subir de novo’, mas aí não tem.” Uma nova intervenção do educador social questiona: “O que mais motiva a ida para as ruas?” E o senhor

⁵ É curioso observar que os resultados da pesquisa de Pais (2006) concluem que em Portugal “as rupturas afectivas foram determinantes na opção de viver na rua” (p. 46) em decorrência de separações conjugais ou relacionamentos deteriorados. Em certa medida, encontrei situações similares por aqui, mas a grande maioria se dá em decorrência das drogas.

João responde que é a droga: “A situação de morar nas ruas dificulta para conseguir emprego e as pessoas acabam entrando na criminalidade e no uso de drogas”, pondera o senhor João. Mas o educador continua perguntando: “antes do uso da droga existe algo que motiva a ida às ruas?” Muitos respondem que a família e o fato de ter desafetos criados por brigas que impossibilitam que o sujeito volte a determinado lugar.

O problema com a drogadição foi observado, também, pela pesquisadora Marinho (2012) que, estudando jovens que vivem nas ruas, alerta que muitos deles estão nas ruas em decorrência dos problemas com tráfico de drogas, entre tantos outros motivos, e que, em muitos casos, os jovens envolvem-se com traficantes, resultando em ameaças de morte, e sendo obrigadas a se afastarem de seus bairros.

Essa mesma lógica pode ser espelhada para os adultos. Observamos que a questão do envolvimento com as drogas é, sem sombra de dúvidas, a maior responsável por casos de abandono familiar e a ida para as ruas. E, para agravar a situação, os problemas decorrentes das drogas dificultam a reinserção do indivíduo em seus vínculos sociais, familiares e comunitários, haja vista que, em alguns casos, o sujeito abandona o âmbito familiar por dívida com traficantes, acarretando na fuga para lugares distantes de sua comunidade. No caso de Fortaleza, podemos observar que, durante nossa pesquisa realizada em 2018 e 2019, o deslocamento normalmente ocorre para o centro da cidade e nossos interlocutores têm uma vinculação fortíssima com a Praça do Ferreira.

Observamos, ainda, que os problemas ganharam uma dimensão maior com a “chegada” das chamadas facções criminosas, resultando em mais expulsões. Tratarei desse aspecto mais à frente.

Costa (2013) faz um breve retrospecto do tipo de população que ocupou os espaços públicos na cidade de Fortaleza, desde meados do século XIX. Ela aponta, baseada em outros trabalhos, que a seca foi responsável por trazer multidões às ruas de Fortaleza, gerando um aglomerado de pessoas pela cidade. Realidade que foi se alterando com o passar dos anos.

Nos tempos atuais, não é mais o migrante, o retirante fugido da seca que compõe a população de rua, mas o morador da própria capital, vindo dos diversos bairros da cidade, que ocupa a paisagem urbana. O contexto social, o pano de fundo não é mais o flagelado da seca, mas a drogadição, os conflitos familiares, o desemprego que desenraiza o indivíduo do seu mundo e o coloca no meio das ruas exposto às adversidades e aos perigos de toda sorte. (COSTA, 2013, p. 67).

Lima (2008), em sua pesquisa, verificou que o álcool é, também, um dos grandes motivadores que levam as pessoas às ruas. Em suas palavras: “O álcool pode representar em essência fator gerador significativo para a ida às ruas, bem como pode consistir na explicação

para a permanência nas mesmas.” (LIMA, 2008, p. 37).

Confirmando estes estudos, a pesquisa nacional sobre população em situação de rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no ano de 2008, apontou as drogas e o alcoolismo como as principais causas da ida às ruas.

Existe uma complexidade no que se refere ao morador de rua que, na maioria das vezes, é julgado como marginal que não aceita o trabalho e a vida tradicional.

O indivíduo em situação de rua, talvez o mais excluído entre os excluídos, para os olhos da sociedade não passa de um mendigo, drogado, doente, louco, aidético, vagabundo, e outras definições pejorativas comumente utilizadas. A sociedade comum, a chamada “família brasileira”, tida como modelo civilizacional imposto pelo sistema, a qual vive encerrada em seu mundo de trabalho, casa, televisão, não entende e nunca entenderá esse tipo de indivíduo. (PALOMBINI, 2013, p. 47).

Lima (2008, p. 37) trabalha com a ideia de não aceitação de padrões sociais, no sentido de que sobreviver nas ruas têm ligação com “subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, em que trabalhar é a forma legítima de garantia do sustento”. Nesta linha de raciocínio, foi possível observar que existe uma parcela dos que vivenciam as ruas o intuito de continuar subvertendo a ordem estabelecida e o não interesse em voltar a inserir-se em tais padrões.

Dessas ponderações, ressaltamos a diversidade das realidades que a rua vivencia. As pessoas que fazem das ruas sua morada lá estão por situações das mais variadas possíveis e por mais que existam algumas questões que permeiam todo esse segmento populacional, como tratei das vulnerabilidades, não existe algo que os una de forma sedimentada para que se possa desenvolver um conceito único de moradores de rua.

3.1 População de rua: da invisibilidade social também nos números oficiais

Quantificar o número de pessoas que moram nas ruas de qualquer cidade é uma tarefa definitivamente complexa e talvez mesmo impossível, haja vista tratar-se de população nômade, que perambulam pela cidade, e, também, que exercitam um movimento de idas e vindas para moradias próprias ou de familiares, permanentes ou temporárias, enfim, é um movimento de vai e vem constante e um movimento de circuito pela cidade e, às vezes, por diversas cidades, gerando uma impossibilidade de contabilizar numericamente.

Como nos diz Alisson, um andarilho, que almoçava no Pop e nos confessa: “já conheci dez capitais desde que fui para as ruas, nunca paro em um lugar por muito tempo e já passei por momentos bons e ruins nessa vida.”

Mas nem todos que estão nas ruas são andarilhos, na verdade, encontrei poucos

durante minha trajetória pesquisando e conversando com meus interlocutores que, em sua maioria, fazem seus trajetos no centro da cidade de Fortaleza, por um circuito que se repete com uma certa rotina, “durmo na praça do Ferreira pois lá tem gente que leva sopão a noite, quando acordo venho para o pop ou para o centro de convivência, para tomar um café e depois almoçar” nos relata Pedro, usuário do Pop Centro.

Mas, de todo modo, a população de rua é bastante móvel e diversa e passa com uma certa frequência de sem teto para a realidade de ter moradia, mesmo que temporária, pois existem os casos de pessoas que, com pouco dinheiro, alugam um quarto por alguns meses ou dias, e logo voltam às ruas; ou mesmo os que conseguem o aluguel social, passam um tempo e depois retornam; os que voltam às casas de familiares, mas depois retornam. Enfim, as idas e vindas às ruas são infundáveis para muitos deles.

O Censo Oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não faz, até o momento, este quantitativo porque sua base de pesquisa está ancorada em dados domiciliares⁶, o que acaba por retirar sumariamente todos os cidadãos que não possuem ou não vivem em uma moradia fixa. Dessa maneira, o Brasil não possui dados atualizados quanto ao contingente que vive nas ruas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2016, publicou uma estimativa para o número de moradores de rua no Brasil, porém, baseada em dados dos censos realizados pelo Sistema Único da Assistência Social (o Censo SUAS) e também faz uso do número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).

Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores. (IPEA, p. 25).

“O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Esta ausência prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais” (IPEA, 2016), assim inicia o texto do IPEA justificando a necessidade de realizar, ao menos, uma estimativa desse grupo populacional.

Houve um censo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

⁶ O Censo Brasileiro adota o conceito de população residente ou "de direito"; ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/conceituacao.html>>. Acesso em: 10 janeiro 2018.

(MDSA) entre os anos de 2007 e 2008, porém o mesmo não contemplou todos os municípios, porque alguns haviam realizados seus censos próprios levando em conta metodologias diferentes.

A coleta de dados foi realizada entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 em um universo constituído de 71 municípios, sendo 23 capitais e todos os 48 municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes. Na seleção dos municípios, foi utilizada estimativa populacional para o ano de 2004 (IBGE). Belo Horizonte, São Paulo⁷ e Recife não foram incluídas no universo de municípios pesquisados, pois essas capitais já haviam realizado, em anos anteriores, levantamentos sobre a população em situação de rua, seguindo metodologias diversas. Porto Alegre também foi excluída da seleção a pedido de sua prefeitura municipal, que iniciava, praticamente no mesmo período do estudo contratado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), o seu próprio censo da população em situação de rua. (Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate, p. 95-96).

Não temos, no Brasil, dados censitários que digam o número de pessoas que vivem nas ruas das cidades. Pondo de lado algumas cidades que fizeram os seus próprios censos, como São Paulo, que realizou o primeiro censo em 1991 por meio da Secretaria do Bem Estar Social, a maioria das cidades não possuem tais dados.

Existe uma ação da Defensoria Pública da União⁸ junto à Justiça para obrigar o IBGE a incluir em seu Censo de 2020 o grupo populacional que vive nas ruas. Porém, houve um teste realizado na cidade do Rio de Janeiro e o IBGE encontrou diversas dificuldades. “Após esse teste, o IBGE avaliou que ‘difícilmente terá condições operacionais para conduzir uma pesquisa desse porte abrangendo todo território nacional’ por questões de infraestrutura geral, capacitação dos entrevistadores, alto custo da pesquisa e disseminação da metodologia.”

Em Fortaleza, foi realizado um censo, no ano de 2014. A pesquisa foi executada pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal de Fortaleza (CETREDE) a pedido da Secretaria responsável pela pasta, na época SETRA, que coordenou a pesquisa e em parceria com o Fórum da Rua.

Neste levantamento, ficou constatado que em Fortaleza existem um total 1.718 (mil setecentos e dezoito) pessoas morando nas ruas. Desses, 280 estão na região do centro até o início da Bezerra de Menezes; 232 estão entre a Praça Coração de Jesus até a Praça do Ferreira; a Beira Mar com 228 pessoas e a região do Messejana com 106 pessoas⁹.

⁷ A Prefeitura de São Paulo faz levantamentos a cada três anos, realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O último foi divulgado em 2016 e identificou 15.905 pessoas vivendo em situação de rua na capital paulista (BALDIOTI, 2018).

⁸ Ver referência BALDIOTI, Fernanda.

⁹ Ver referência CENSO revela perfil de moradores de rua. **O Estado**, Fortaleza, 04 dezembro 2014.

No entanto, é importante observar que este número não pode ser condizente com a realidade das ruas. Nessa mesma época, o Centro Pop do centro já contava com mais de quatro mil prontuários de atendimento e hoje o mesmo conta com mais de sete mil. Sabemos que nem todos esses prontuários dizem respeito a quem está nas ruas nesse momento, mas a diferença gritante nestes números é um indício de que, realmente, a pesquisa realizada na época não foi capaz de atingir a todas as pessoas que de fato estão pelas ruas e sem moradia.

A professora pesquisadora Camila Holanda, em artigo sobre trajetórias afetivas de crianças e jovens moradores de rua nos alerta que esse número nunca será preciso, “existem fenômenos sociais que são imensuráveis formados por agentes nômades difíceis de fixarem em índice estatísticos.” (Marinho, 2009, p. 6).

Perfeito o entendimento da professora quando nos alerta que uma população essencialmente nômade, como é a população de rua, não conseguirá jamais ser quantificada, mas cabe o alerta que isso não pode servir de pano de fundo para esconder os reais motivos da invisibilidade social deste segmento e nem muito menos na justificativa para não implementação de políticas que abrandam estas situações de vulnerabilidades.

No fim, notamos que a população de rua não é apenas invisível na falta de vontade nas implementações de ações voltadas a eles, mas até e inclusive nessas escassas tentativas de quantificações já realizadas.

3.2 O dia a dia das pessoas em situação de rua do centro de Fortaleza

O dia a dia de uma pessoa que faz das ruas sua morada não é nada corriqueiro, para os moldes de uma vida dita regular. Muita astúcia é utilizada para sanar as necessidades básicas da vida como tomar um banho, fazer refeições e tirar um cochilo, já que as noites nem sempre correspondem a um sono, digamos, reparador. Quando faço referência ao termo corriqueiro, estou fazendo alusão ao que é cotidiano, aos acontecimentos que se repetem todos os dias, ao que se passa e se faz no dia a dia de forma tão repetitiva que se torna automático, “no cotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia.” (PAIS, 1993, p. 108). O que é rotina para uma pessoa que vive nos moldes regulares da sociedade, e quero com isso dizer, as pessoas que vivem em suas casas, e saem todos os dias para seus trabalhos é diferente para quem faz das ruas suas moradias.

Em verdade, notei que a população de rua vai criando, nestes ambientes que ocupam, marginalizados pela maioria da sociedade, situações tais que os levam a suas próprias rotinas. Rotinas essas que se distanciam, e muito, das consagradas na vida vista como

regular.

Estou utilizando o termo rotina da forma como Pais (1993) nos apresenta:

A ideia de rotina é próxima de cotidianeidade e expressa o hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, por recurso à práticas constantemente adversas à inovação. É certo que, considerado do ponto de vista de sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades. A rotina é, aliás, um elemento básico das actividades sociais do dia-a-dia. (PAIS, 1993, p. 108-109).

Nesta perspectiva de vida itinerante, as pessoas precisam se socorrer de locais que prestem algum tipo de auxílio para suprir suas necessidades vitais. Em verdade, observamos que, dentre suas estratégias de sobrevivência existe a busca por instituições que lhes prestam serviços de atendimento, mas existem também aqueles que buscam sobreviver por meio de atitudes ilícitas, principalmente pequenos roubos e furtos. Assim também observou Marinho na sua pesquisa onde nos relata que seus pesquisados “recorrem a artificios legais (política de atendimento) e ilegais (atitudes criminosas) como uma estratégia de sobrevivência.” (MARINHO, 2012, p. 119).

Acompanhei pessoas que vivem no centro da cidade de Fortaleza e que utilizam a Praça do Ferreira para passar as noites e as madrugadas (praça essa de grande importância e reconhecimento para a cidade como um todo, símbolo maior do centro comercial da capital).

Mas todos aqueles prédios e calçadas da Praça do Ferreira têm um sentido diferente para a população de rua que lá dormem. Quando a noite chega, todos aqueles prédios perdem o sentido de comércio - mercado - e um novo sentido lhes são dados. A praça passa a significar o lugar onde é possível alimentar-se quando o carro da sopa estacionar e distribuir a alimentação, e as fachadas dos prédios passam a significar o lugar onde se pode recostar o corpo para descansar por algumas horas. “Viver nas ruas pressupõe um saber que não é construído apenas pelos usos dos espaços, mas pelos diversos sentidos que os usos receberão das diversas pessoas que os frequentam.” (MARINHO, 2012, p. 121).

Ao raiar do sol, a cidade começa a “acordar” e o centro da cidade volta a ter seu fluxo de pessoas que se deslocam para abrir os centros comerciais, momento em que as mais de duzentas pessoas que se amontoavam em frente às lojas precisam recolher seus papelões e pertences e sair daquele local para dar de volta o significado de comércio àquele lugar.

A cidade do andarilho tem uma história, nem a melhor nem a pior do mundo, simplesmente histórias que configuram referências práticas e simbólicas em que se reconhece ou se constringe nas ruas que perambula, lugares que conhece ou desconhece, espaços que gosta ou desgosta, contextos que lhe atraem ou passam despercebidos. Objetos, eventos não verbais ou verbais, ruídos ou matérias atiram-lhe a atenção sensorial que delinea seu trajeto, seus atos. A cidade acolhe seus passos, e ela passa a existir na existência deste que vive, na instância de seu itinerário, um traçado que encobre um sentido, algo que será desvendado ao seu

final. Espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas que o caminhante experiencia em sua itinerância, não sem figuras preconcebidas. (ROCHA, 2003, p. 1).

Assim, ao amanhecer, o centro da cidade volta a ser requisitado para sua atividade principal que é o comércio, e as pessoas, que estavam a tirar seus cochilos em frente às lojas, precisam abrir caminho para os transeuntes comerciantes e consumidores, enfim, para quem trafega por aquelas ruas para seus trabalhos e lazer.

Uma vez “expulsos” de seu local noturno, alguns por ali permanecem e sobrevivem de doações feitas por restaurantes e lanchonetes próximas, outros tantos buscam a rede de apoio público e privado existente na cidade.

Conversei com pessoas que buscam locais que ofereçam algum suporte para sanar suas necessidades diárias. Dentre esses locais, o Centro Pop é o mais requisitado por ser o principal equipamento de referência destinado especificamente a este público e foi neste local que conheci os meus principais interlocutores dos quais conto um pouco de suas histórias pelas ruas de Fortaleza.

3.3 Nildo: 24 anos de história pelas ruas de Fortaleza

Meu projeto de pesquisa pautava-se em tratar de trajetórias de vida, mas, como é sabido no mundo da pesquisa, o campo fala por si mesmo, logo, acabei sendo redirecionada muitas vezes dentro de meu próprio campo e, diante de uma impossibilidade material, não concretizei o acompanhamento mais de perto das histórias de vida desses interlocutores.

Acabei concretizando outro viés de pesquisa, tão importante quanto, e relendo meus diários de campo, notei um personagem tão significativo, que pensei que poderia abrir uma sessão com sua história.

Nas diversas rodas de conversas, realizadas no quintal do Centro Pop centro, conheci o Nildo, um homem de 38 anos de idade e que conta com 24 anos de história pelas ruas de Fortaleza, com uma facilidade na fala que me impressionou bastante. O Nildo sempre se dispôs a dialogar sobre qualquer assunto posto. Um sorriso meio sem jeito estampado no seu rosto fez crescer em mim uma curiosidade sobre sua vida e sua trajetória nas ruas. Posso dizer que o Nildo é marcado por uma espontaneidade como poucas vezes pude ver em minha pesquisa. Ele conta suas histórias com muita naturalidade e, contrariando o que o senso comum pode imaginar, fala de sua vida com muita gratidão pelo o que tem no presente, fala na gratidão pela saúde, por estar vivo e por estar livre, por ser livre. A certa altura, fala da

sorte de não estar acamado em um hospital ou preso em alguma penitenciária e agradece o fato de estar livre pelas ruas podendo fazer suas atividades diárias.

O discurso de meu interlocutor é forte pois repete-se em muitas outras falas. A importância que a rua tem na conquista da liberdade, uma liberdade de não precisar assumir compromissos rotineiros como sair em determinados horários para o trabalho ou mesmo bater o ponto em uma repartição.

Pais (2006) nos fala dessa descoberta da importância da liberdade em suas andanças nas ruas de Portugal: “consegui descobrir que a decisão de viver na rua, foi, para alguns deles, uma conquista de liberdade.” Para a realidade de Portugal, Pais nos conta que essa liberdade é frágil pois eles são frequentemente molestados pela polícia, por se envolver em problemas com a justiça, por crimes como furtos. Esses dois fatores acontecem também na realidade de Fortaleza, além do fator de viajarem de metrô sem bilhete.

Podemos incrementar que a liberdade aqui em Fortaleza também é frágil na medida em que o ir e vir desses moradores está a todo momento limitado a territórios dominados por organizações criminosas e brigas de facções criminosas.

Dentre meus interlocutores, o Nildo assumiu um papel relevante nestes momentos iniciais. Junto a rodas de conversas que fizemos no Centro Pop, ele sempre incentivava o grupo a falar mais sobre suas trajetórias e experiências nas ruas, “vamos gente pode falar aqui somos tudo amigos.”

Nas minhas idas ao Centro Pop, o papel dos profissionais foi fundamental para o desenrolar dos estudos. Os educadores sociais, muitas vezes, instigaram rodas de conversas que, de alguma forma, pudessem direcionar a assuntos de importância à minha pesquisa.

A primeira roda de conversa em que o Nildo estava presente aconteceu nesses moldes: o educador social iniciou uma discussão no sentido de questionar o que tinha motivado cada um deles a estarem nas ruas e deixou em aberto para quem quisesse responder. Nosso interlocutor, com muita naturalidade, disse que não tinha problemas em falar. Iniciou, revelando que está nas ruas desde os quatorze anos de idade, isso por quê, aos treze perdeu a mãe, que veio a falecer, tendo ficado sob os cuidados do pai, ele e os irmãos. No entanto, o pai decidiu vender a única casa que a família possuía forçando-o a ir embora para São Luís - MA, para a casa de uma tia. A convivência com essa tia não foi fácil, segundo sua fala, ele não conseguiu se adaptar ao “ritmo da vida” que a tia levava, o que fez com que voltasse à Fortaleza. Ela tinha uma rotina de acordar muito cedo para ir trabalhar e gostaria que todos da casa fizessem o mesmo, porém ele achava aquele dia a dia muito sacrificante, assim retornou para Fortaleza.

Chegando em Fortaleza, a dificuldade se apresentou porque não tinha dinheiro para manter-se. Nesta realidade, sem casa e sem rumo, foi parar na CEASA¹⁰ e lá “observou como ganhar dinheiro.” Subia nos caminhões que entram na CEASA e juntava frutas, que seriam jogadas fora, para vender, ajudava com as compras das pessoas para ganhar “um trocado” e “fazia toquinha¹¹ de frutas e vendia na parada de ônibus.” Mas ele passou a sofrer muitos roubos no entorno do CEASA e resolveu ir para o centro da cidade, aí já contava com 16 anos de idade. Nestes primeiros dias, nos narra, passou muita dificuldade e enfrentou quatro dias de fome porque não sabia como se virar no centro, onde buscar alimentos, a quem pedir ajuda. Nestes dias, ele esperava que os restaurantes do centro fechassem para pegar os sacos de lixo e abrir para comer os restos de comida que, porventura, tivessem lá.

Com o tempo, foi desenvolvendo táticas de sobrevivência diária nas ruas, passou a saber a quem pedir comida. Ele nos conta que vários restaurantes pelo centro distribuem quentinhas no final do horário estabelecido para o almoço para quem necessita, cada restaurante tem a quantidade e o horário de distribuição das comidas e quem está pelas ruas vai “aprendendo” com quem pode contar. O abrigo que encontrou como lar foi a Praça do Ferreira. Por lá, dorme e desenvolve suas relações pessoais de amizades e romances.

Certa vez, em outra roda de conversa, Nildo fala uma vez mais de sua mãe e faz um paralelo do amor de mãe com a receptividade que encontrou na Praça do Ferreira. Ele diz que, no Dia das Mães, ficou pela Praça do Ferreira, onde teve um evento e que lá “tinha muitas mães, lá eu tive comida” e complementa que “praça do Ferreira é uma mãe é a mãe Ferreira, uma das melhores mães do mundo, que abraçou muita gente e que não deixa ninguém abandonado.” Posteriormente, ele nos relata que o Centro Pop é um local de importância na sua vida, para que possa não estar pelas ruas sendo pedinte e, de muito bom humor, fala que eles, que estão ali no Centro Pop naquele momento, estão bem: “vida sofrida é de quem tá no hospital entubado ou de quem tá preso”, mas eles não estão presos, nem no hospital, nem no presídio e isso, segundo Nildo, é motivo de muita alegria.

Essa perspectiva, que ele nos traz, da gratidão pela liberdade é algo preciso demais de vivenciar em suas palavras, pois foi um relato que ouvi diversas vezes em situações das mais variadas, desde a época de técnica da assistência, o sabor que eles sentem pela liberdade e por não se atrelar a uma vida que a sociedade acredita e aceita como a correta, dentro de padrões estabelecidos, incluindo horários para trabalho, estudo e todas as atividades

¹⁰ Centrais de Abastecimento do Ceará - responsáveis pela segurança alimentar e pelo abastecimento de todo o estado do Ceará e parte dos estados do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

¹¹ Por toquinha de frutas, refere-se a uma sacola de tela onde normalmente se acondicionam as frutas para a revenda.

diárias. Notei que meu interlocutor, por dois momentos marcantes, revela não ter interesse em levar essa vida nos moldes estabelecidos. Porém, ele e a companheira de estrada das ruas, Maria, solicitaram entrada no programa de Locação Social, que se trata de um valor dado pela Prefeitura de Fortaleza para que as pessoas possam alugar um imóvel e, conseqüentemente, sair das ruas. Ele e sua companheira conseguiram este benefício que tem duração de dois anos e estão em uma casa alugada. Maria, de dois em dois meses, segue ao equipamento para fazer a prestação de contas dos valores recebidos e levar a documentação comprovando que estão, de fato, utilizando os recursos para pagamento de aluguéis.

Em um desses retornos, ela relatou que vinha sofrendo violência física por parte dele e que não sabia bem o que fazer pois não poderia tirá-lo de casa, mesmo com o benefício sendo em nome dela, pois ela temia por sua vida e ele poderia ir até ela a qualquer momento. O fato é que o tempo passou e eles voltaram a se entender e estão, até o momento em que fecho esta pesquisa, em uma casa alugada e Nildo continua trabalhando vigiando carros pelo centro de Fortaleza.

3.4 Margarida: um ano pelas ruas de Fortaleza

Conheci a Margarida em um dos atendimentos que acompanhei junto aos técnicos da Assistência do Centro Pop centro. Ela, na ocasião, solicitava encaminhamento para tirar a documentação civil: “perdi tudo estava dentro de uma bolsinha e não me lembro onde deixei, escapou a carteira de trabalho, essa tava em outro canto por isso não foi junto, vou lá fora buscar” e saiu às pressas da sala em busca do único documento que lhe restara naquele momento. De volta à sala, entregou ao técnico a carteira de trabalho e enquanto este saiu para preencher alguns formulários com a finalidade de lhe dar o encaminhamento desejado, eu aproveitei para iniciar uma conversa perguntando-lhe se ela costumava frequentar o Pop já que eu nunca a tinha visto por lá antes. Ela passa a relatar que é a primeira vez que vai ao Pop e entra para pedir atendimento, “eu sabia que existia esse lugar, já vim aqui com meu companheiro para ele ver a situação do bolsa (família) dele, mas nunca quis atendimento não, hoje precisei porque perdi meus documentos.”

Ela acabara de passar pelo cadastro inicial e um prontuário novo foi gerado, daí questiono há quanto tempo está pelas ruas e onde ela costuma ficar, “já estou na praça do Ferreira há um ano mais ou menos, e durmo nos bancos em frente ao Cine São Luiz”. A Margarida, assim como tantas outras pessoas que vivem pelas ruas, não tinha prontuário no Pop e não fazia, até aquele momento, uso dos serviços por ele prestados.

Por óbvio, fiquei instigada a saber o motivo dessa recusa em frequentar o equipamento, já que o seu companheiro não só conhece o serviço como faz uso do mesmo e passei a uma conversa mais detalhada com ela que, de forma muito natural, inicia um verdadeiro desabafo de sua trajetória.

Margarida tem 44 anos de idade e já teve dois casamentos, nenhum oficializado. Do primeiro casamento teve quatro filhos, três meninas e um menino, “todos já são adultos e já me deram até netos, eles têm a vida deles e não querem saber de mim.” Ela nos conta que se separou do pai deles porque sofria violência doméstica, “apanhava demais e não aguentava mais aquilo.” Uma vez solteira, casou-se novamente. Com o segundo companheiro, viveu a maior parte da vida e os filhos o receberam como um pai, porém ela conta que não foi feliz com ele que, além de a agredir ainda lhe traía cotidianamente, “eu saía para trabalhar como cuidadora e ele levava as amantes para dentro de casa, quando voltava as vizinhas me contavam tudo.”

“Eu criei coragem e saí de casa para me libertar de tudo aquilo, não tenho mais idade para ficar onde não me faz bem.” Quando ela resolveu sair de casa desse segundo casamento que não a fazia bem, não teve para onde ir e caiu nas ruas; sem ter um local para dormir, buscou abrigo na Praça do Ferreira. Sinto, em sua fala, uma “vergonha” por estar em situação de rua: “eu tenho profissão, sou diarista e servente, cuido de idosos, mas só tenho até a quinta série e hoje para qualquer emprego eles só querem com o primeiro grau completo e eu não tenho, agora quase não consigo mais faxinas para fazer.” Nossa interlocutora conta que conheceu seu atual companheiro na Praça do Ferreira, “estou com ele há nove meses, ele também mora nas ruas e acho que é por isso que meus filhos não me aceitam mais.” Margarida iniciou esse romance com um rapaz da Praça do Ferreira e que é dez anos mais novo que ela, “ele às vezes é chato, mas me faz bem, eu gosto dele.” Ela fala, com muita tristeza, dessa falta de aceite dos filhos. Diz que, quando liga, eles cortam a ligação, não a atendem: “devo estar na lista negra deles, quando ver que é meu número bloqueiam a ligação”, fala com um sorriso atravessado e meio embargado a um choro que ensaia vir, mas ela resiste.

Os meus entrevistados sempre relatam a importância do Centro Pop para a questão alimentar e acabo por questioná-la, estando há um ano pelas ruas, como fazia para tomar café da manhã, almoçar e jantar. Ela nos conta que nem todos os dias toma café da manhã: “muitas vezes não como nada pela manhã, só no almoço mesmo, as vezes fico ali na fila do banco do nordeste que distribuem comida lá, na praça também tem o sopão.”

Margarida é apenas uma de tantas histórias que encontrei de pessoas que estão nas

ruas por quebra de vínculos familiares. Como Pais (2006) relata em sua pesquisa em Portugal, aqui também é possível notar que os rompimentos familiares são responsáveis por diversas histórias das ruas.

O caso dela demonstra certo heroísmo e coragem em sair de uma situação de conflito na qual sentia-se profundamente humilhada por viver a triste realidade da violência doméstica e sendo traída dentro de sua própria casa. Mas os filhos, por gostarem do padrasto e por não aceitarem a nova situação, de rua, em que a mãe se encontra, preferiram cortar relações com ela, além disso, eles não aceitam o romance com o rapaz, por ser mais novo que a mãe. A Margarida, para tentar ser feliz, teve que romper com quase todas as formas ditas “regulares” que a sociedade impõe como aceitável, principalmente em se tratando de mulher e mãe.

4 A SIGNIFICÂNCIA DOS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA VIDA DE QUEM VIVE NAS RUAS DE FORTALEZA

A existência de pessoas perambulando pelas ruas das cidades, principalmente nas maiores metrópoles, é uma realidade que ocorre não apenas no Brasil e não se trata de fenômeno recente.

A presença de pessoas vivendo cotidianamente na rua é uma realidade mundial, especialmente nas grandes metrópoles e não é um fenômeno contemporâneo. Nas cidades pré-industriais já se observava um contingente expressivo de miseráveis e andarilhos que perambulavam pelas ruas ou mesmo habitavam nestas, vivendo quase que exclusivamente da mendicância. (COSTA, 2013, p. 18).

O Brasil tem passado¹², nos últimos anos, por um aumento da população que vive nas ruas. Esta é uma realidade que tangencia as maiorias das cidades e Fortaleza também sentiu este crescimento demográfico. Tal fato, por si só, já merece o desenvolvimento de estudos buscando entender o motivo desse aumento demográfico e a realidade social de quem faz das ruas sua morada, somado a isso, temos que lembrar que esta é uma realidade que implica toda a sociedade, seja direta ou indiretamente.

Nessa sobrevivência diária, surge o papel das políticas de assistência social e dos serviços disponíveis a esta população. Tive a curiosidade de saber se o que eles recebem de políticas públicas por parte do Centro Pop é o bastante e qual o nível de importância para sua

¹² Os ditames neoliberais podem ser o fator a explicar este aumento demográfico das ruas, um ajuste econômico que provoca mudanças no mundo do trabalho fazendo com que o mundo do trabalho não absorva essas pessoas que acabam nas ruas (COSTA, 2013).

sobrevivência. Ricardo nos diz que falta, no Centro Pop, oficinas profissionalizantes para que eles pudessem aprender algo para revender: “eles poderiam usar os próprios moradores para ensinar algo nas oficinas para eles venderem, algo para tirar o sustento no próprio centro pop.”

Uma fala é recorrente e quase uníssona, “o pop ajuda porque nos dá comida, temos almoço e não precisamos ficar pedindo por aí,” nos diz Marcelo e tantos outros. Essa fala foi repetida por vários de meus interlocutores, com algumas ressalvas, dentre elas a reclamação de não ser possível almoçar ou jantar sem participar das atividades desenvolvidas pelo equipamento. Márcio sente-se incomodado e não gosta das atividades: “só participo dessas oficinas por causa da comida, mas não gosto porque parece coisas para crianças e eu não sou criança.”

Historicamente, essa parcela da população não é vista, não é lembrada pelas políticas públicas e estão, quase sempre, à margem da sociedade. No Brasil, apenas em 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, que se passou a uma tentativa de proteção a segmentos sociais excluídos, dentre eles, a população de rua.

Em Fortaleza, o primeiro Centro de Atendimento à População de Rua, chamada na época pela sigla CAPR, somente foi criado em setembro de 2007 e posteriormente teve o nome alterado para Centro de Referência Especializado para a População de Rua – Centro Pop, uma política jovem ainda e que tem atuado no sentido de atender as demandas deste segmento. Formalmente, o Centro POP é:

Um espaço de referência para que qualquer pessoa em situação de rua possa procurar serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, atividades socioeducativas e artísticas. Além de atendimento especializado por profissionais que auxiliem a resolução das suas demandas. No equipamento, os usuários realizam ainda sua higiene pessoal, lavam suas roupas, utilizam o equipamento como referência de endereço, têm acesso à inclusão digital e cursos de qualificação¹³.

Este seria um ideal normativo de serviços a serem disponibilizados aos usuários. No entanto, percebo que nem todos estes serviços são, de fato, oferecidos. “Vim pedir passagem para voltar para meu interior, mas me disseram que não tem como comprar”, nos diz Adriano, usuário do Centro Pop. Outros serviços são oferecidos, mas os usuários não compreendem como importante para eles, como já relatei a questão das oficinas e rodas de conversas, obrigatórias para realizar a alimentação diária, mas muito rechaçadas pelos usuários por entenderem como desnecessárias. Outras atividades estão disponíveis, porém

¹³ CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP). Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/24>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

com precariedade; o almoço e o jantar nunca conseguem abarcar todos os usuários que transitam pelo Centro Pop diariamente, apenas para exemplificar.

Em outras palavras, os serviços postos à disposição dessa população são insuficientes para o número contabilizados de pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza. Em pesquisa realizada em 2008¹⁴, Fortaleza contabilizava cerca de mil e setecentas pessoas nas ruas e hoje estima-se que esta população passe de quatro mil pessoas¹⁵, somente o Centro Pop do centro conta com mais de sete mil cadastros de usuários.

Além disso, cabe observar, ainda, que a Prefeitura de Fortaleza mantém apenas dois Centros POPs em toda a cidade, um localizado no centro e outro no bairro Benfica, o que, por si só, já demonstra a impossibilidade de abarcar o número de pessoas que perambulam pelas ruas da cidade. Muitos que estão pelas ruas não fazem a menor ideia que exista um equipamento em sua atenção. Cabem aos educadores da abordagem de rua, que são volantes e saem todos os dias em busca de pessoas nessas condições, informarem e esclarecerem aos que desconhecem. De todo modo, apenas dois Centros Pops são insuficientes para abarcar as necessidades da demanda da cidade de Fortaleza.

Acompanhei o dia a dia do Centro Pop localizado no centro. Este é, oficialmente, responsável por atender as regionais I, II e III de Fortaleza, enquanto que o Centro POP do Benfica tem a responsabilidade com as regionais IV, V e VI.

Na prática, essa divisão, por regionais, vai ter consequências mais quanto ao deslocamento dos educadores sociais da abordagem de rua. Os educadores são aqueles servidores que saem trilhando as ruas em busca desse público, ofertando os serviços prestados pelo Centro Pop e também em casos de recebimento de encaminhamento de outros órgãos ou empresas. Nessas situações, em se tratando de um órgão ou empresa localizada na regional VI, por exemplo, é dada a orientação que busque o Centro Pop Benfica e da mesma forma, se proveniente de regionais que competem ao Pop do centro, que lhes sejam encaminhados.

Com relação aos atendimentos, propriamente ditos, de quem se apresenta ao equipamento, são todos acolhidos. Lembremos que a população de rua é, essencialmente, itinerante e não faria sentido falar em regionais como algo fixo para definir seus atendimentos.

A princípio, o Centro Pop funcionava na rua Antônio Pompeu, mas, em

¹⁴ Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua feita pelo MDS em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

¹⁵ Ver referência EM Fortaleza, 4500 moradores de rua disputam 70 vagas em casas de acolhimento todos os dias. **Diário do Nordeste**.

decorrência de um problema com a locação do dito imóvel, os proprietários o requisitaram e ele teve que fechar as portas por um tempo até que outro imóvel fosse locado. Tudo isso aconteceu na época em que eu estava ingressando no programa da pós-graduação, momento em que daria início à pesquisa. O equipamento foi fechado em 30 de março de 2017 e a reinauguração somente aconteceu em 17 de agosto de 2017. Nessa temporada, todos os arquivos e pessoal foram transferidos para o Centro Pop Benfica.

Citei este fator porque foi uma das principais reclamações que ouvi nas primeiras vezes em que reingressei ao equipamento. O público reclamava que ficaram desassistidos por muito tempo, haja vista que existe uma rixa na rua onde as pessoas que frequentam o centro da cidade não podem ir até o Benfica por questões de segurança da própria vida. Essa rixa das ruas é antiga e até o ano de 2016 estava ligada às gangues existentes na cidade, o que acabava separando essa população por territórios.

De um modo geral, a população de rua que transita pelo centro possui uma lógica nos trajetos que percorrem que não é tão aleatória, como o senso comum imagina, e não existe, de fato, uma liberdade de ir e vir para qualquer lugar, haja vista que a cidade é dividida por territórios, ligados ao crime. Antes, essa territorialização estava relacionada às gangues, hoje tem correlação com as facções criminosas.

Outro fator interessante, que desfaz a lógica do senso comum, é que as pessoas que fazem da rua sua morada não estão espalhados pela cidade de forma aleatória, existe a eleição de alguns pontos de concentração, para fazer refeições e dormir. O professor Pais (2006, p. 49) fez a mesma observação em sua pesquisa e nos diz que embora sejam nômades, os moradores de rua elegem alguns locais como referência, seguem trajetos de uma forma habitual, conforme sua necessidade de alimentar-se em determinado restaurante, por exemplo.

De acordo com o coordenador do Pop Centro, Elias Figueiredo, em conversa concedida em agosto de 2018, existem alguns pontos de concentração como a Praça do Ferreira, arredores da Acal, Mercado dos Pinhões, Praça da Gentilândia, arredores do Clube Náutico e na Parangaba. Estes são alguns pontos que concentram a maior parte das pessoas, que se juntam para garantir o mínimo de segurança no momento da dormida, principalmente.

Marcos, 24 anos, nos relata que “é mais seguro dormir onde há outras pessoas, um faz a segurança do outro”, em outras palavras, é essencial que haja uma concentração de pessoas, principalmente na madrugada, por uma questão de segurança pessoal. Dormir completamente sozinho, em qualquer logradouro, pode ser perigoso.

As ruas da cidade não estão livres do comando da violência. Existe uma territorialização dos espaços, de modo que quem frequenta o território da Praça do Ferreira,

por exemplo, não pode se deslocar para o território da Acal ou do Benfica. Esta realidade é levada aos equipamentos, assim, quem frequenta o “pop do centro” não pode, de um modo geral, frequentar o “pop Benfica”. Essa lógica já era uma realidade posta que valia quase que como norma. Porém, tal problemática realmente se intensificou quando as ruas passaram a seguir a lógica do fatiamento territorial das facções.

A rua passou a sentir o peso das facções após o término de um dito pacto de paz entre os grupos criminosos que atuam no comando do tráfico de drogas. No final do ano de 2015, houve uma ordem de “pacificação” na cidade no sentido de que os pertencentes aos grupos rivais estavam proibidos de praticar atos violentos uns contra os outros.

Diante dessa nova realidade, os frequentadores do Centro Pop centro chegaram ao serviço comemorando a ordem de pacificação, pois isso os dava o direito de poder desfrutar de qualquer local sem ser importunado por ninguém, uma realidade nova a ser experimentada por quem vive as ruas, pois essa realidade é sempre cheia de incertezas nas andanças e a insegurança é algo sempre notório. Porém, o acordo de “paz” não duraria muito e quando as rivalidades retornaram, chegaram com um ar diferente, mais traumáticas, e com ordens mais severas de escolha de um lado.

Então, o equipamento fechou por conta da problemática do aluguel do imóvel e todos os moradores do centro ficaram desassistidos e quando foi reaberto já surgiu na nova configuração dada pelas facções criminosas que hoje “comandam” a cidade.

Essa territorialização tem gerado severas repercussões para o dia a dia das pessoas em situação de rua. Hoje, o Centro Pop do centro somente pode ser frequentado por quem dorme na Praça do Ferreira, que é dominado pelo Comando Vermelho (CV) e o Centro Pop Benfica somente pode ser frequentado por quem estiver em territórios dominados pelo grupo Guardiões do Estado (GDE), a exemplo do território da Acal, assim nos afirma o coordenador do Centro Pop centro Elias Figueiredo.

Ele afirma, ainda, que “de certa forma todos estão ligados a essa logística das facções, mesmo quem não tem ligação direta com o crime”, os territórios onde esta população frequenta e dorme estão divididos por elas. No caso, “a Praça do Ferreira, a Praça Coração de Jesus e Praça dos Leões, todas localizadas no centro da cidade, são dominadas pelo Comando Vermelho; enquanto que as proximidades da Acal, Carapinima e Otávio Bonfim são do comando dos Guardiões do Estado (GDE)”.

Com o equipamento do centro fechado por problemas da administração municipal e com a rua totalmente territorializada pelos grupos criminosos, a população de rua do centro da cidade, principalmente da Praça do Ferreira, passou um longo período sem conseguir

atendimento da assistência social.

Ressalto, a título de conhecimento, que a Secretaria de Direitos Humanos¹⁶ disponibiliza de outros equipamentos voltados a este segmento populacional como os acolhimentos de atendimento integral¹⁷, um localizado na Parangaba e outro na Francisco Sá, o primeiro recebe mulheres e famílias e o último recebe somente homens solteiros; e o Centro de Convivência¹⁸ que é um equipamento com uma finalidade muito parecida com o Centro Pop, no entanto, para ter acesso a estes equipamentos é necessário passar antes pelo atendimento do Centro Pop, já que este é a referência e porta de entrada para qualquer outra prestação de serviço do município a este público. Cito essa rede de atendimento para salientar a dificuldade apontada por eles quando do fechamento do equipamento, pois restou apenas o Centro Pop do Benfica, sob domínio do GDE, então, impossibilitando aos demais qualquer possibilidade de acesso aos serviços municipais.

4.1 O Centro POP centro e os serviços disponibilizados por este equipamento

A política municipal de atenção à população de rua de Fortaleza, para os adultos, foi implementada, em 2008, pela Secretaria Municipal da Assistência Social¹⁹, com o Programa de Atendimento Integral à População de rua.

Já que anteriormente, sem políticas públicas mais efetivas, as entidades religiosas e beneficentes eram quem desempenhavam esse papel, muitas vezes, sem qualquer auxílio ou suporte de financiamentos públicos, dependiam de arrecadações de voluntários.

¹⁶ A Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (SDHDS) foi criada em 2017, com a fusão das antigas Secretarias de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) e de Cidadania e Direitos Humanos (CSDH). Tem o objetivo de promover, garantir, valorizar e difundir os direitos humanos e sociais da população. É responsável por ações, equipamentos, eventos e conselhos voltados para executar políticas públicas para idosos, população LGBT, negros, mulheres, pessoas com deficiência, segurança alimentar, assistência social, com destaque para a população em situação de rua. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-333>>. Acesso em: 20 fevereiro 2019.

¹⁷ Os acolhimentos visam prestar atendimento integral incluindo todas as refeições diárias e a dormida. “Cada uma das unidades conta com atendimento integral durante 24 horas ininterruptas, onde os usuários acolhidos têm acesso a quatro refeições durante o dia, além de atender as necessidades de higiene e limpeza bem como a segurança durante o sono.” Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social>>. Acesso em: 02 outubro 2018.

¹⁸ “O Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua realiza atividades de sociabilidade e convivência, cursos profissionalizantes, além de oferecer serviço de lavagem e secagem de roupa e alimentação. O equipamento busca assegurar atendimento com atividades direcionadas e programadas para o desenvolvimento de sociabilidade que oportunizem a construção do processo de saída das ruas.” Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/24>>. Acesso em: 20 julho 2015.

¹⁹ Cabe ressaltar que esta secretaria já sofreu diversas mudanças em sua nomenclatura e consequentemente em suas pastas e áreas de interesse. Em 2007, foi implantada pela primeira vez em Fortaleza uma secretaria específica da assistência social. Em 2013, a mesma mudou para Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETRA) e em 2017 tornou-se Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

O Centro Pop, especificamente, é um equipamento voltado à prestação de serviço àquele que esteja fazendo da rua sua moradia, seja porquê não possui moradia, ou por ter rompido os vínculos com seus familiares, ou, ainda, por estar em pobreza extrema.

A política de assistência para a população de rua nasce com a ideia de fazer atendimentos irrestritos às pessoas que vivem nas ruas, mas o cotidiano dos trabalhos prova que o serviço está longe de atingir as metas estabelecidas no papel e nas leis.

Dentre os equipamentos, o que lhes servem de referência são os Centros Pops e estes têm funcionamento por meio de horário comercial das 8h às 12h, com pausa para almoço e reabertura das 13h seguindo até às 17h. Esse é um dos primeiros grandes problemas e falhas que o serviço demonstra ter, pois se estamos falando em centro de referência para uma população que não tem moradia, o mesmo deveria ter funcionamento em horário, no mínimo, ampliado, com revezamento dos servidores.

Os usuários com quem conversei relataram esse desagrado em relação ao horário de funcionamento. Alguns interlocutores, como o Marcos, fazem uma importante fala. O serviço funciona no mesmo horário em que os mercados e comércios estão abertos, mas está fechado quando todo o centro também está, que é a noite e nos finais de semana, ou seja, o horário em que eles estão mais a mercê da própria sorte o Poder Público não lhes garante atendimento e nem comida.

Vivi, usuária do Centro Pop, é travesti e vive há mais de cinco anos nas ruas, mencionou a dificuldade de ter alimentação nos finais de semana, pois os restaurantes, que poderiam fornecer quentinhas estão fechados e o Centro Pop também.

O horário reduzido é complicado também sobre outra nuance, a questão da necessidade dos banhos. A partir das 17h é impossível encontrar outro lugar para tomar banho, disso pode-se imaginar a dificuldade de passar das 17h da sexta e somente poder tomar outro banho a partir das 8h da manhã da segunda.

Os finais de semana são realmente um grande desafio sem banhos e dependendo da bondade de entidades e pessoas que lhes doem algum tipo de alimentação, pois a depender do Centro de Referência que a Prefeitura disponibiliza, eles não terão esse auxílio aos sábados e domingos, momento em que estão entregues à própria sorte.

É importante fazer a observação de que o intuito do serviço não é o de fazer uma retirada compulsória das pessoas que vivem nas ruas. Esse viés da política é importante porque afasta um pouco aquela ideia mais higienizante, que não deixou de existir, mas foi amenizada com a perspectiva de se buscar garantias de direitos e não expulsar, de qualquer jeito, as pessoas das ruas. A tipificação fala em, tão somente, construção de processos que

deem oportunidades para a saída das ruas.

Serviço ofertado de forma continuada para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares que oportunizem a construção do processo de saída das ruas. (Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial, BRASIL, 2009, p. 37).

Formalmente falando, a política apresentada tem um viés de garantir direitos básicos como o acesso à documentação oficial e a possibilidade de utilizar o equipamento como referência de endereço, além de realizar o Cadastro Único do Governo Federal, que garante acesso a diversos programas assistenciais, a exemplo do Bolsa Família²⁰. Mas nem todos conseguem, de fato, ter acesso a seus “direitos” ao Bolsa Família, por exemplo, ou ao benefício da prestação continuada.

Este serviço tem como foco dar suporte diário às necessidades básicas como alimentação, banho, lavagem de roupa, bem como dar suporte especializado da Assistência Social, a exemplo dos atendimentos para benefícios assistenciais e atendimento com psicólogos e advogados, além de atividades socioeducativas e artísticas.

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Promove o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. (Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial, BRASIL, p. 37, 2009).

No Centro Pop, são disponibilizados banheiros para que os usuários realizem higiene pessoal e lavanderias para que possam lavar roupas, além de armários com chaves nos quais é possível guardar pertences e documentos que os mesmos entendam como importantes. Com relação a tais serviços, não observei restrições quanto ao uso, mas algo que foi possível observar foi a piora, ao longo dos anos, da precariedade e falta de materiais de higiene pessoal e para as roupas.

Em 2014, quando ingressei ao serviço, existiam produtos de higiene e limpeza, mesmo que não abarcassem a todos. Hoje, o equipamento não recebe mais esse tipo de produto, de modo que existem banheiros e lavanderias, mas não são mais disponibilizados os produtos para higiene. Esse problema teve início com o Governo Temer e veio a se agravar, cada dia mais, com o Governo Bolsonaro.

Passo, nesse momento, a falar um pouco da rotina do Centro Pop. O Centro Pop,

²⁰ É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

assim como qualquer outro equipamento público, possui suas regras de utilização dos serviços, mas, em muitas situações, as rotinas são discutidas de forma conjunta com a equipe técnica e os usuários. Uma das regras que o equipamento criou, e que foi aceita pela maioria dos frequentadores, trata-se da revista realizada pelos vigilantes posicionados no portão de entrada. Essa rotina existe no sentido de prevenir a entrada de armas e substâncias psicoativas, evitando, assim, possíveis brigas dentro da unidade; essa regra já foi posta em discussão perante os usuários e a maioria concorda que deva existir.

O Centro Pop abre às 8 horas, mas os frequentadores começam a chegar por lá bem mais cedo que isso, às 5 horas da manhã já é possível ver as primeiras pessoas fazendo fila na porta da casa. A entrada e os atendimentos são feitos por ordem de chegada e a fila é organizada de forma autônoma, pelos próprios assistidos, ou seja, não há nenhuma senha distribuída pelo serviço. Esse fato é um gerador de problemas que os mesmos relatam recorrentemente. A falta de senha gera muitas brigas na entrada pois existem as pessoas que chegam muito cedo para “guardar” a vaga, porém perdem para outros que chegam mais tarde e que se utilizam da força bruta para tomar a vez.

Pergunto ao servidor, que faz a recepção dos mesmos, se estas brigas são um problema recorrente. Ele relata que sim, e afirma ser um problema que ocorre praticamente todos os dias, e o pior, resvala nos servidores que acabam ouvindo todo tipo de xingamento e muitas vezes ameaças, até mesmo de morte.

Passado o primeiro obstáculo, qual seja, entrar no serviço e fazer a identificação por nome, os mesmos seguem para uma área de convivência, que fica no quintal da casa, para a realização da primeira refeição fornecida, um café da manhã normalmente composto por café, leite, biscoitos. “Faz tempo que não tem pão, só bolachas mesmo” diz o senhor José. Aproveito e pergunto se ele fica satisfeito com a comida, e ele diz que às vezes sente falta de comer alguma coisa diferente, “mas agradeço a Deus por ter essa comida todo dia, melhor que pedir pela rua, né?”

Essa fala, “melhor que pedir na rua”, é muito recorrente, principalmente no quesito da comida. Observei que o fato de pedir é acompanhado do estigma de ser mendigo, vagabundo que não quer trabalhar, um modo de ver o outro que os machuca profundamente. Não tive essa fala de forma direta, mas em meio às respostas “não gosto que chamem de mendigo” ou “as pessoas se afastam com medo” ou ainda a questão da negativa, fomos construindo essa conclusão que o pedir reflete os estigmas que eles, mesmo não diretamente, querem combater.

Passado esse primeiro momento, as pessoas que ali se encontram, normalmente

variando de oitenta a cem pessoas, se revezam nos pedidos de atendimento com as assistentes sociais, psicólogos e advogados. E todos, que quiserem, têm a faculdade de participar de oficinas realizadas pelos educadores sociais.

Quando é a primeira vez que o usuário faz uso dos espaços do Centro Pop, a sua acolhida passa pelo Cadastro Inicial que é o preenchimento de um formulário obrigatório da Assistência Social em que são feitas as primeiras anotações do histórico de vida pregressa do sujeito e suas expectativas para o futuro, além de anotações quanto à saúde física e mental do mesmo. Este documento será utilizado sempre que o usuário solicitar atendimento técnico e somente pode ser preenchido pelos assistentes sociais e psicólogos. Advogados e pedagogos não fazem esse atendimento inicial. A depender da demanda apresentada, o usuário poderá receber encaminhamento para toda a rede socioassistencial ou para a rede de saúde pública, incluindo o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) se for o caso de drogadição ou problemas mentais.

O usuário poderá, ainda, ser encaminhado ao atendimento jurídico quando estiver sem a documentação civil a fim de ser encaminhado à rede própria de Cartórios de Registro Civil, Secretaria de Segurança Pública ou mesmo aos Vapt Vupt²¹. Também em casos de pendências judiciais, ele será encaminhado, normalmente, à Defensoria Pública Estadual ou Federal.

Em sequência, são ofertadas, ao assistido, a participação nas oficinas educativas realizadas pelos educadores sociais e é condição *sine qua non* para realizar a refeição do dia, seja o almoço, no caso dos atendimentos realizados pela manhã ou o jantar no caso dos atendimentos realizados na parte da tarde.

O Centro Pop incorporou o serviço especializado de abordagem de rua, que se trata de um serviço em que educadores sociais saem às ruas para dar suporte aos que, por algum motivo, não se deslocam à unidade e mesmo para se fazer conhecido o equipamento aos que nunca ouviram falar do serviço municipal.

A casa onde se localiza o equipamento da prefeitura fica à Rua Jaime Benévolo, 1059, em Fortaleza, e possui três salas individualizadas de atendimento. Uma para o serviço social, outra para o psicólogo e a última do atendimento jurídico. Essas salas separadas para os atendimentos técnicos são fundamentais para garantir o sigilo das conversas entre técnicos e assistidos. É sempre importante lembrar que a garantia do sigilo é fundamental a um bom acompanhamento do assistido, tendo em mente que o sujeito vai tratar de peculiaridades de

²¹ O Vapt Vupt é uma central de serviços que oferece serviços como atendimento Cagece e Detran; consulta ao SPC (CDL); Cadastro Único, que permite a inclusão no programa federal Bolsa Família; emissão de carteira de estudante; solicitação de seguro-desemprego, entre outros. Ligado à Secretaria de Justiça e Cidadania.

sua vida íntima, e muitas vezes tratará de assuntos caros a ele, como dificuldades financeiras, problemas com a família, problemas de saúde e mesmo com a justiça.

Existe, ainda, uma sala onde é feito o chamado Cadastro Único²². Uma pequena sala que compete à administração do serviço, onde os servidores batem seus pontos e onde fica a assistente administrativa, atendendo ligações externas e resolvendo qualquer pendência interna. Neste local, ficam também os prontuários de todos os usuários. Nestes formulários toda a história de vida de cada um dos sujeitos que por lá passam fica gravada, seja por um dia apenas, seja por anos. Cada vez que o sujeito pede atendimento, o prontuário é localizado e o técnico fará, obrigatoriamente, as anotações quanto ao que se deu no atendimento, qual medida foi tomada para solucionar a demanda apresentada e se foi encaminhado a um outro órgão ou localidade para solucionar a questão. Ou seja, estes prontuários são essenciais para o perfeito acompanhamento do assistido e para saber quais demandas já foram apresentadas e quais já foram sanadas.

A casa possui, também, uma cozinha onde são realizadas as refeições, normalmente, café da manhã, almoço e lanche da tarde e uma refeição para o final do dia. Um rol de entrada com algumas cadeiras, em que se espera pelos atendimentos em ordem de chegada e de nome na lista. Um andar de cima onde fica a sala da coordenação e uma sala de reuniões. Ambos são administrativos e os assistidos somente têm acesso, em poucos casos específicos, para uma reunião com o coordenador, por exemplo. E o quintal, um local de convivência onde existe uma grande mesa e várias cadeiras distribuídas no espaço, dois banheiros, um masculino e outro feminino e uma lavanderia para lavagem de roupa, além dos fios dispostos para varal de roupa. Neste espaço, chamado de convivência é onde tudo acontece. A vida do Centro Pop está neste espaço. É ali que as amizades acontecem, que os romances se iniciam e é onde também as desavenças ocorrem.

O quintal é o coração do Pop, lá ocorrem as principais atividades do Centro. As rodas de conversas com a coordenação, as oficinas diárias realizadas pelos educadores sociais, as refeições em torno da grande mesa ou mesmo em qualquer cadeira disposta pelo espaço, as lavagens de roupas, as brigas e as festas realizadas em quase todas as datas festivas. As minhas conversas com os agentes pesquisados também acontecem, em grande medida, neste espaço. No quintal, já fiz algumas rodas de conversas onde aproveitei para observar o

²² É um instrumento de informações para identificar as condições sociais e econômicas de famílias com baixa renda no país. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. O Cadastro Único do Governo Federal é essencial para abrir as portas ao recebimento de diversos benefícios assistenciais, a exemplo do Bolsa Família. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social>>. Acesso em: 02 outubro 2018.

desenrolar do cotidiano, falando com um e com outro sobre qualquer assunto que surja.

4.1.1 Os atendimentos realizados pelos profissionais da Assistência Social

Conforme já anunciei acima, sempre que se trata da primeira vez que o usuário chega à casa será realizado um Cadastro Inicial. Este formulário será seu prontuário e o acompanhará por todos os atendimentos, ao longo da vida, que venha a fazer no equipamento.

Este formulário visa identificar o sujeito, filiação, profissão, documentação civil, e são colhidas as principais informações dos motivos que os levaram às ruas, qual a situação quanto aos vínculos familiares, se faz uso de entorpecentes e álcool e quais as perspectivas para o futuro, se pretende sair das ruas, trabalhar, constituir família.

Uma vez colhida estas informações iniciais passam-se às demandas propriamente ditas. A primeira delas é em relação à documentação civil. Caso o assistido esteja sem a posse de algum documento é realizado o encaminhamento ao atendimento jurídico para obtenção das devidas orientações de isenções de taxas, caso existam, nas emissões dos referidos documentos. Uma vez de posse dos documentos é oferecida a realização do Cadastro Único que possibilita os indivíduos terem acesso aos diversos benefícios assistenciais, dentre eles o Bolsa Família.

Outro serviço requisitado é o chamado Aluguel Social, programa municipal que disponibiliza uma quantia em dinheiro para que o assistido possa alugar um imóvel para sua moradia. Neste quesito, o agente fica vinculado ao serviço e assina o compromisso de todos os meses retornar ao serviço, junto às assistentes sociais, para prestação de contas, momento este em que se deve fazer a comprovação de que utilizou o referido valor para o pagamento do aluguel do imóvel.

Caso a pessoa atendida seja idosa ou deficiente é verificada a possibilidade de requerer o Benefício de Prestação Continuada²³. E, nos casos que envolvem morte de familiares ou nascimento de filhos pode-se requerer o Benefício Eventual²⁴. Todos os benefícios que, teoricamente, seriam para existir, de plano, na medida da necessidade de cada um, são insuficientes e jamais abarcam todos os pedidos.

²³ Garantia, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/96>>. Acesso em: 19 julho 2015.

²⁴ Visam o atendimento das necessidades humanas básicas e devem ser integrados aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no município, contribuindo dessa forma, com o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares. Podem ser: Natalidade e Funeral. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social>>. Acesso em: 02 outubro 2018.

Recentemente, de agosto a dezembro de 2018, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) abriu 142 vagas para o Aluguel Social. De acordo com o que nos explicou Elias Figueiredo, o Centro Pop fez a escolha das pessoas de acordo com um entendimento de prioridades, em que esteve no topo da lista mulheres com famílias, mulheres solteiras, idosos, deficientes e, por último, os homens solteiros. Segundo o coordenador do equipamento, Elias Figueiredo, essas prioridades foram vistas por se saber que as mulheres sofrem mais que os homens para se virar nas ruas.

O coordenador relata, ainda, que a sensação que ele tem é de que as demandas sempre são maiores que os serviços prestados. Sempre falta algo. “Estamos sem vagas para os abrigos, sem passagens para outras cidades, a alimentação teve um déficit, estamos há mais de um ano sem pão, só com bolacha cream crack e café preto para o café da manhã” e continua “estamos sem shampoo, condicionador, sabão para lavar roupa, vassoura, rodo, todo produto de higiene, no governo de transição ainda teve recursos, chegava pouco mais vinha, agora cortou”. Ele fez referência ao Governo do Presidente Temer que findou-se em dezembro de 2018. O equipamento referência para a população de rua tem a obrigação de fornecer todos esses materiais de higiene para os usuários, mas agora estão sem possibilidade de fornecimento.

Contudo, a demanda mais corriqueira é quanto ao pedido de encaminhamento para a pousada social ou abrigos disponibilizados pelo Município. Abrigos esses que estão, tal qual os Centros Pops, territorializados pelas facções criminosas, de modo que a assistente social precisa antes de realizar o encaminhamento se certificar com a pessoa se será seguro devido ao comando das facções.

Além desse atendimento com as Assistentes Sociais relacionado aos benefícios, a política dispõe que exista a presença de atendimento com o psicólogo que faz encaminhamentos para a rede de saúde mental, no entanto, neste ano de 2019 o Pop centro está sem esse profissional.

E os atendimentos jurídicos nos quais são tratadas questões de documentação civil, principalmente encaminhamentos para a retirada de segunda via de documentações, que normalmente são pagos, mas que, com posse desses encaminhamentos, eles o fazem sem nenhum ônus, junto aos cartórios e órgão públicos. Além, é claro, dos acompanhamentos processuais, principalmente processos que correm nas varas criminais.

Os casos as quais tive acesso se referem, sobretudo, a crimes contra a propriedade, roubos e furtos, e em menor escala aparecem latrocínios e questões relacionadas ao tráfico de drogas. Observei que certas pessoas solicitam buscas processuais para saber se possuem

algum processo em aberto contra eles e como estão o andamento de tais. Se, por exemplo, tem alguma ordem restritiva de liberdade ou se há audiências marcadas.

Questionado por mim, Carlos, 34, nos diz que esse trabalho é fundamental para quem vive nas ruas pois os mesmos acabam perdendo muito seus pertences, o que lhes deixam sem os seus documentos e isso é um grande transtorno, principalmente quando são abordados pela polícia, que já é truculenta só por se tratar de moradores de rua e “sem os documentos a coisa piora e muito.”

O suporte jurídico, lá encontrado, passa pelo acompanhamento destes processos, com vista a saber do seu andamento, datas de audiências, mandados em aberto, por exemplo. Além disso, a procura era grande, igualmente, para solicitação de encaminhamentos para retiradas de documentos civis como identidade, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho. Documentos essenciais para se ter acesso a outros tantos serviços públicos e que os moradores perdem com uma certa frequência, seja por esquecimento em algum logradouro público ou mesmo em decorrência do grande número de furtos e roubos de que eles são vítimas.

Havia, da mesma forma, uma busca de suporte para casos de desrespeito de direitos por parte, principalmente, de policiais que, muitas vezes, arbitrariamente, em momentos de patrulhas pelo centro da capital ameaçam e agridem qualquer pessoa que esteja na condição de morador de rua. Tais desrespeitos acontecem também com relação a seguranças e vigias particulares dos centros comerciais e até de igrejas localizados no centro.

4.2 Como os usuários percebem os serviços mantidos pelo Centro POP

Neste capítulo, analiso a rotina dos Centros de Referência para as Pessoas em Situação de Rua, dando ênfase ao Centro Pop de Fortaleza, e de como são ofertados tais serviços.

Mas uma inquietação vem me acompanhando desde os tempos em que eu frequentava o Centro POP como técnica. Aqueles serviços, ofertados pela Prefeitura, eram condizentes com as reais necessidades dessa população? Ajudavam, em alguma medida, a população a saírem das ruas ou se manterem nelas de uma forma mais amena? Qual a visão que eles tinham daqueles serviços? Será que os mesmos não foram pensados de cima para baixo e não o contrário, como deveriam ser?

Quero dizer, minha indagação é no sentido de pensar como estes serviços impactam a vida de quem faz uso deles. E, ao buscar compreender essa significação, tenho levado em conta as ações sociais como ações dotadas de sentidos, assim como nos ensina

Weber (2015) e Schutz (2012).

Busquei sempre fazer uma observação bastante atenta de modo a entender as subjetividades como bem alerta Pais (2006, p. 38) quando nos fala da importância de procurar conhecer os percursos da vida e subjetividades dos sem abrigos, de modo que busquei ouvir bastante e, quando da interação em uma conversa, sempre informal, busquei entender a importância do Pop na vida de cada um deles que conversou comigo.

Lembro-me, especificamente, que certa vez, cheguei ao POP e já estava acontecendo uma roda de conversa no quintal. O Pop havia ficado sem atividades em grupo por pelo menos uns sete meses devido a uma obra na casa, como já me referi acima. Lembro da felicidade que senti ao ver aquela cena, o quintal cheio e as pessoas sentadas em cadeiras em um círculo no qual uma bola era jogada de mãos em mãos e o escolhido tinha que falar suas impressões do Pop.

O tema foi de escolha do educador social, mas caía como uma luva para meu objetivo de estudo. Sem pedir licença e muito empolgada, puxei uma cadeira e me sentei um pouco atrás para ouvir tudo atentamente.

As falas são marcantes. Quando paramos para escutar de verdade e com atenção, percebemos o quanto são significativas, o quanto estão cheias de emotividade, saudades e vontade de ser mais o que se é naquele momento.

O interlocutor do momento está discursando e dizendo que já teve uma “vida muito diferente disso aqui, eu já estive bem, já tive casa e família, mas agora recaí e vim de novo para as ruas”. O Pop tem sua significação na vida de cada um deles: “o centro pop é importante sim porque temos comida e não é preciso pedir por aí pelas ruas”, e joga a bola para o colega ao lado que imediatamente diz: “eu sabia que tu ia me escolher” e sorri muito, demonstrando laços de amizade e camaradagem para além daquele momento presente.

Esse segundo interlocutor inicia a fala agradecendo a Deus por ter aquele lugar, o Pop, para ir todos os dias. Ele nos conta que está nas ruas porque é usuário de drogas e foi expulso de casa pela família: “aí sem trabalho vim parar nas ruas, mas quero me reerguer.”

A roda continua, mas uma pessoa se aproxima de mim e, ao chegar mais perto, abre um largo sorriso, eu retribuo e pergunto: “tudo bem com você?”, ele se senta ao meu lado e diz: “não, né? Estou aqui”, e questiono: “você não gosta de estar aqui?”, ele responde: “daqui eu gosto, mas tive uma recaída.” A partir disso, iniciamos um diálogo informal, como praticamente fiz em toda a pesquisa, pois não fui adepta das entrevistas estruturadas ou semiestruturadas e preferi, em quase todos os momentos, essas conversas informais e fluidas. Perguntei o seu nome, Márcio, me apresentei e disse o que estava fazendo por lá. Questionei

se poderia tomar nota no meu diário de campo, e a resposta veio sem a menor resistência, que poderia sim e se quisesse ele até assinar, sempre com um largo sorriso no rosto.

Em uma longa conversa, ele me conta sua trajetória de vida e como foi parar, naquele momento, ali no Pop. Márcio, assim como a maioria das pessoas com quem tive contato nessa pesquisa, está nas ruas em decorrência do uso de drogas. Ele nos conta que usa drogas desde a época da escola, mas que isso não chegou a impedir de ter uma profissão, ele é motorista de carro e tem carteira de todas as categorias, dirige desde moto até caminhão e já trabalhou para diversas empresas. Mas, sempre que tem uma recaída, volta às ruas ou vai para alguma “clínica de reabilitação”, a clínica a que ele se refere são casas terapêuticas mantidas, normalmente, por Igrejas Evangélicas.

Ele nos conta que no início do ano de 2018 foi embora de Fortaleza com a esposa e os dois filhos dela, em decorrência de um deles ter se envolvido com as facções, o que gerou-lhes a expulsão do bairro onde moravam; ele não quis falar do bairro. Fui observando, ao longo das conversas, com a maioria deles, que ao se referir às facções criminosas, normalmente, eles não falam dos bairros de origem, provavelmente por medo de serem descobertos como alguém de bairro rival, e sempre dizem que não tem ligação com “essas coisas”, que não são de facções.

O Márcio diz, ainda, que foram embora para Minas Gerais e que lá ele estava trabalhando com a esposa e os filhos dela também, mas teve uma recaída nas drogas e foi fazer uso do que ele chamou de meladinho, “a senhora sabe o que é meladinho? É a mistura de crack e maconha, voltei a usar e a mulher me expulsou de casa, fui para a estrada e pedi carona a um caminhoneiro amigo meu e voltei para Fortaleza”, ao chegar em Fortaleza foi para a casa da mãe “mas não deu certo porque tinha muita briga, aí saí de lá e procurei uma clínica”, depois dessa passagem pela “clínica” voltou às ruas pois não tem, nesse momento, para onde recorrer, sem trabalho, na recaída das drogas e a família não o aceita em casa, a rua resta como único recurso possível.

Márcio, como tantos outros, teve uma ruptura com a família e isso foi o estopim para a ida às ruas. Notamos esse desenlace em muitas das situações com que nos confrontamos aqui em Fortaleza, e da mesma forma observa Pais (2006, p. 46) em Portugal:

Das conversas que tive com eles dei-me conta de que, mas do que as desvinculações do mundo do trabalho, as rupturas afectivas foram determinantes na opção de viver na rua. Estão neste caso desvinculações decorrentes de uma fragilização ou corte de lações familiares – por efeito de separações conjugais ou de relacionamentos deteriorados. Para muitos a rua foi preferível a casamentos naufragados ou a ambientes familiares degradados, instáveis, turbulentos. Outras vezes, é a própria ausência de família, por morte ou abandono, que cria uma situação de desamparo que se prolonga na rua.

Muitíssima interessante a observação do professor Pais. Tal qual em Portugal, observamos que, por aqui, as questões familiares falam alto quando se trata de ir às ruas.

Questionado quanto à importância do Pop no processo dele nas ruas, o mesmo nos fala de um papel fundamental para a questão da alimentação: “acho importante porque não precisamos ficar pedindo comida por aí.” A resposta da comida é muito recorrente nos corredores do Pop, de fato, a busca por alimentação faz movimentar essa população entre diversos serviços públicos ou não que, de alguma forma, lhes forneçam o que comer.

Em outro momento, uma nova roda de conversa estava pronta para acontecer com o educador social iniciando a fala e desenvolvendo algum assunto. Dessa vez, ele pediu que cada um falasse um pouco de si mesmo e o que gostariam de explicar sobre o serviço.

O educador fez a opção, novamente, por esse assunto pois nesse dia, em especial, havia acontecido uma briga grave entre os usuários e os servidores por desentendimento quanto ao dia a dia e funcionamento do equipamento. Questionei a um dos usuários, Eliekson, o que tinha acontecido pois notei os ânimos muito alterados de todos por lá: “teve uma briga aí, porque não tá certo essa coisa de ter essas cadeiras para sentar e nós não pode ficar lá, só se for para atendimento com a assistente social.” Já na roda de conversa, Eliekson se manifesta e aproveita para fazer diversas reclamações do equipamento, antes mesmo de se apresentar e falar um pouco de sua vida.

Ele inicia seu discurso protestando quanto à falta de dinheiro para a compra de passagens para outros estados. O mesmo afirma que este benefício está suspenso e diz que “o direito do governo termina quando não cumpre suas funções” e protesta mais: “dá para fazer, não faz porque não quer”, aí ele está fazendo referências às políticas públicas do município que, segundo ele, estão suspensas, ao menos quanto às passagens. O protesto continua, em meio a elogios quanto ao atendimento recebido no Centro Pop, mas faz a ressalva de que não concorda que as cadeiras dispostas no rol de entrada da casa sejam destinadas apenas a quem está esperando por atendimentos com os técnicos e reclama, também, da fila para a entrada no equipamento. Ele diz que quem fica na fila está à mercê de sol e chuva. Ele acredita que todos deveriam adentrar ao equipamento e somente depois ser feita a fila. Acrescenta, ainda, que “quer que o governo se coloque no lugar das pessoas.”

Eliekson fala um pouco mais sobre sua trajetória nas ruas e nos conta que está nas ruas deste os 13 anos de idade e que hoje está com 27 anos. Ele trabalha consertando computadores, ofício este aprendido vendo de longe, por uma fresta de uma porta, o técnico atuando. Segundo ele relata, o dono da empresa o viu em cima de uma escada vendo de longe o técnico trabalhar e resolveu dar uma oportunidade de trabalho para ele. Por fim, faz mais

uma reclamação e uma sugestão. Diz que “o centro pop não pensa em fazer uma oficina para ensinar algo que seja rentável a eles e que poderia ser de crochê, costura, salão de beleza ou mesmo para ensinar a ler a quem não sabe.”

Questionados, novamente, quanto à importância do Pop para suas vidas, Ronaldo nos conta que foi parar nas ruas porque teve uma briga com o irmão em sua cidade natal e resolveu ir embora de casa. Deslocou-se para a rodoviária e o primeiro ônibus que ia sair era para Fortaleza e resolveu vir para cá: “passei oito dias nas ruas até conhecer o Centro POP”. O Pop o ajudou conseguindo a pousada social para que possa dormir em local seguro. Ele nos conta que está buscando emprego e que antes, em sua cidade natal, tinha um barraco alugado, mas como é junto com o irmão, ele resolveu ir embora porque se sentia humilhado pelos irmãos e que agora ele reconhece que estava errado e que os irmãos estavam certos, mas não nos conta o motivo da humilhação e da briga de família.

5 UMA NOVA REALIDADE SE APRESENTA: AS FACÇÕES CRIMINOSAS

As ruas de Fortaleza passaram a sentir a força vinda das organizações criminosas que dominam presídios e territórios da cidade. Essas organizações se apresentam como facções criminosas e tiveram origens fora do estado. As principais a dominarem o cenário da cidade de Fortaleza são o Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), que têm origens em outros estados, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, o grupo GDE com origens na capital fortalezense e a Família do Norte (FDN)²⁵.

O Comando Vermelho Rogério Lemgruber, mais conhecido como Comando Vermelho (CV) surgiu na década de setenta dentro do presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande (RJ). Essa organização foi responsável por inserir o Brasil na rota das drogas, na época, a cocaína. Também foram responsáveis por trazer para território nacional armamentos pesados “como pistolas 7,65, metralhadoras Bereta, Uzi e Ingran de 9 mm, fuzis automáticos, granadas, rifles, miras especiais de laser, munição de aço especial, armamento de guerra antitanque e antiaéreo”²⁶.

O Comando Vermelho nasce e se desenvolve no Rio de Janeiro, inicialmente, dentro dos presídios, porém, o poder vindo dos presídios invadiu comunidades dos morros do Rio de Janeiro, tendo expandindo-se mais ainda chegando, na década de noventa, à São Paulo. Associa-se ao tráfico de drogas local e aos grandes nomes do jogo do bicho.

O Comando bancava tudo à pessoa que se dispunha a “botar o movimento” numa área nova: dava-lhe armas, contatos para a compra da droga, dinheiro. Em troca, ele pagaria regularmente com uma parte ponderável de seu lucro à “caixa” comum do Comando e respeitaria as regras de apoio mútuo, aliança contra adversários, respeito, apoio e “proteção” aos moradores locais e, principalmente, aos “amigos”. Qualquer tentativa de fraudar a rede (“dar um banho”), em qualquer nível, seria punida com a morte. (MISSE, 2007, p. 150).

A partir daí, se espalha para vários presídios no país, mas seu crescimento exagerado e conflitos internos causaram rachas e perda de poder, dando origem a outras organizações criminosas, como a paulista PCC (Primeiro Comando da Capital), o TC (Terceiro Comando), o ADA (Amigo dos Amigos) e o PCJ (Primeiro Comando Jovem)²⁷.

A tentativa análoga, iniciada pelo Comando Vermelho na primeira metade dos anos 1980, não alcançou sucesso, e a prisão ou morte de suas principais lideranças, algumas delas relativamente “politizadas”, deu lugar à continuidade da disputa por territórios que ainda se verifica hoje, com o conseqüente fracionamento das redes em novos “comandos”. (reorganização do Terceiro Comando em 1990, “neutros” ou

²⁵ Facção Família do Norte se constitui dentro dos presídios do Amazonas e atua em esquemas nacionais e internacionais de drogas (PAIVA, 2019). Faço a ressalva da existência e importância desta facção no cenário cearense, porém a mesma não aparece em meu trabalho de campo nas falas de meus interlocutores.

²⁶ Ver referência Folha On-line.

²⁷ Ver referência Folha On-line.

“independentes”, Comando Vermelho Jovem, Amigos dos Amigos etc.). (MISSE, 2007, p. 151).

O Comando Vermelho passa a tentar se instalar na capital cearense no início dos anos noventa, de acordo com levantamento do Jornal O POVO, em material interno de reportagens publicadas²⁸ pelo próprio jornal. O primeiro registro é do dia 17 de outubro de 1993, quando a polícia havia descoberto um imóvel, no bairro Álvaro Weyne, com documentos, papéis para embalar drogas, roupas usadas em assaltos e, como é de hábito dessas organizações, o imóvel estava rabiscado com as iniciais do comando CV.

O CV é conhecido por ser um agrupamento criminoso que “conquista” as comunidades dominadas por meio de investimentos em infraestrutura local e ações assistenciais para membros da comunidade, como compra de medicamentos, por exemplo, mas já sabendo que esta pessoa deverá favor ao tráfico e poderá ser cobrada por meio de informações de atividade policial ou ceder a sua residência para esconder armas ou agentes do tráfico em uma invasão policial à comunidade (LESSING, 2008).

Jonhson (2019), em sua pesquisa sobre modos de fazer o crime no Ceará, nos relata que o CV não conseguiu reproduzir esse modelo de ação que vem implementando em outros locais, principalmente nas comunidades do Rio de Janeiro, e que apenas algumas ações mais pontuais foram observadas, como pagamento de contas de luz e água e a compra de passagens para uma família para participar de enterro de um familiar. Essa realidade, no Ceará, faz com que as comunidades locais não vejam o CV como uma alternativa viável à falta do Poder Público e sim apenas o lado do temor e medo impostos às comunidades.

A facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) foi criada no ano de 1993, no anexo da Casa de Custódia de Taubaté e tinha como motivação a desativação desta unidade prisional por ser conhecida como arbitrária e contar com denúncias de maus tratos e abusos de poder cometidos pelo Poder Público. O PCC levantou a bandeira da necessidade de uma união entre carcerários contra a opressão estatal e contra os abusos e violações de direitos e, com esse discurso, foram responsáveis por diversas rebeliões, a exemplo de uma grande rebelião ocorrida em 2001 envolvendo 29 unidades prisionais paulistas (DIAS, 2011).

O PCC tem como chefe, Marcos Willians Herbas Comacho, conhecido popularmente por Marcola, atualmente preso por roubos a bancos e, assim como outras organizações criminosas como o CV no Rio de Janeiro, nasceu dentro dos presídios, mas expandiu-se para fora e cresceu dominando territórios em São Paulo e em outros estados na medida em que passou a ter comando no tráfico de drogas.

²⁸ Ver referência Cavalcante, Igor.

Dias (2011) analisa que a existência de alguns elementos na realidade social carcerária foi responsável pelo aparecimento de organizações criminosas, a exemplo do PCC, dentro dos presídios. Segundo esta pesquisadora, a falta de rigidez nas regulamentações legais de normas de conduta do sistema carcerário leva a intervenções ilegais ligadas não às regras mas às “relações informais estabelecidas entre guardas e presos” (p. 217), fazendo com que presidiários de maior força física subjuguem os demais, dando origem à violência e à insegurança dos presídios, esse fator associado a uma corrupção, a superlotação carcerária e a omissão do Poder Público reúne uma fragilidade Institucional recaindo na aparição de organizações criminosas que dominam a realidade prisional brasileira.

Dias nos relata, ainda, a força econômica dessas organizações, que, ao envolverem-se em atividades ilícitas diversas, foram ganhando territórios.

Inicialmente, a participação de seus membros concentrava-se em sequestros e nos assaltos a bancos e carros-fortes. Gradualmente, a organização passou a concentrar-se no tráfico de drogas, controlando esse comércio, primeiro dentro do sistema prisional e, em seguida, alcançando posição proeminente na distribuição para o varejo, não apenas no Estado de São Paulo, mas em várias outras unidades da federação. Atualmente, sabe-se que o tráfico de entorpecentes continua sendo o carro-chefe da organização, que ainda mantém participação direta ou indireta em roubos de grande porte (bancos, cargas, carros-forte, joalherias). (DIAS, 2011, p. 219).

Esse histórico do início das organizações criminosas já nos demonstra o poder e influência que eles foram desenvolvendo dentro dos territórios da cidade, para além dos muros dos presídios. Na medida em que dominaram o tráfico de drogas e armas, o poderio financeiro acumulou-se possibilitando entranhar-se cada vez mais na sociedade e expandir-se para além das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

As organizações criminosas desenvolvem suas próprias maneiras de manter seus membros leais às suas respectivas facções, além de prezarem por manter regimentos e estatutos rígidos, tudo com o objetivo de manter coeso o poder e possibilitar conquistar novos territórios para exercer o domínio.

O ingresso na facção, desde o início, se dá através do batismo, um pequeno ritual onde o ingressante faz a leitura do “Estatuto do PCC”¹⁰ e jura fidelidade ao Partido¹¹. Após ser batizado, o novo ingressante é chamado de “irmão”, denominação que reforça os ideais de solidariedade e pertencimento e, ao mesmo tempo, diferencia aqueles que integram e os que não integram o referido grupo, marcando as posições dos indivíduos nesse sistema de poder. (DIAS, 2011, p. 219).

Diante dessa forma nova de fazer crime dentro e fora dos presídios, conquistando adeptos que se tornam membros vitalícios, sob pena de morrerem a mando do próprio comando superior das organizações e a associação com os próprios agentes penitenciários, para manter a “ordem” nos presídios (DIAS, 2011), e em uma substituição à justiça oficial,

associado a um poderio econômico conquistado com crimes econômicos ilícitos, essas organizações criminosas ganham fôlego e espaço para crescer absurdamente por todo o país.

As experiências criadas e vividas no âmbito do CV e do PCC são duas referências importantes, por uma série de invenções que passaram a compor relações dentro e fora das prisões em todo o País. Isso pode ser evidenciado, tanto em função de replicações das experiências do eixo Rio–São Paulo, quanto pela invenção de outras maneiras de fazer o crime, sejam elas inspiradas ou em contraposição às atividades das duas facções classificadas como as maiores do País. (PAIVA, 2019, p. 169).

O Primeiro Comando da Capital chega à Fortaleza a partir dos anos 2000, com o mesmo discurso operacionalizado em São Paulo de combater as opressões vividas pelos presos no interior do sistema prisional. O primeiro registro do Jornal O POVO data de 20 de fevereiro de 2001, momento em que as autoridades de Segurança Pública locais estavam preocupadas com a possibilidade de rebeliões nos presídios cearenses tendo em vista as rebeliões que mobilizaram 20 mil homens em 19 unidades prisionais em todo o Brasil²⁹.

Em Fortaleza, as facções mais atuantes são PCC, CV e GDE. Os Guardiões do Estado (GDE), também conhecido pelos números 7.4.5, é um grupo criminoso organizado dentro do estado do Ceará com o objetivo de frear e fazer frente ao avanço das organizações de fora que dominavam os presídios locais. São um grupo “dispostos a resistir ao comando de grupos de fora do Estado, estabelecendo resistências e alianças para lutar pela hegemonia do crime ne Ceará.” (PAIVA, 2019, p. 12).

Este grupo, o GDE, teve início no ano de 2016, no Conjunto Palmeiras e tem cerca de 5.718 membros³⁰, tendo o domínio de diversas penitenciárias e cadeias públicas, dentre elas, o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II), a Casa de Privação Provisória de Liberdade II (CPPL II), a unidade Professor Sobreira, a Penitenciária Regional do Cariri e 23 cadeias públicas. Chamam atenção por dois elementos primordiais, a tenacidade de seus integrantes e a forte violência de seus atos. O professor Barreira³¹, em entrevista concedida ao Estadão, destaca o marco da crueldade desse grupo criminoso: “O GDE tem como marca uma forte dose de crueldade. É muito preocupante porque é um grupo que ainda está se sedimentando e as próprias regras de disciplina ainda não são totalmente incorporados como são no CV e no PCC”³².

O grupo Guardiões do Estado não conta com regras tão bem estabelecidas como no CV e PCC e possuem lideranças pulverizadas e de pouca hierarquia, quando comparada

²⁹ Ver referência CAVALCANTE, Igor.

³⁰ Ver referência Paiva, Tiago.

³¹ Professor Doutor César Barreira, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará.

³² Ver referência Diógenes, Juliana .

com as demais facções.

No primeiro momento, a GDE se constituiu como grupo autônomo e independente, garantindo algumas alianças estratégicas para o acesso a drogas e armas. Apesar de replicar práticas das outras facções, a GDE buscou adesão à ideia de não ser um grupo hierarquizado como PCC, garantindo a seus integrantes outro tipo de participação nas decisões coletivas e não executando cobranças de mensalidade. (PAIVA, 2019, p. 170).

Apesar de não estarem ainda hierarquizados e organizados como as organizações criminosas do Rio de Janeiro e São Paulo, a facção GDE elaborou um estatuto próprio a ser seguidos por seus participantes, chamados de irmãos após o batismo feito dentro de suas estruturas.

O estatuto possui 15 artigos³³ com diretrizes de funcionamento e ações do grupo criminoso. No texto, eles deixam claro que a luta deles tem como objetivo a “paz para o sistema, a igualdade para todos e justiça para os injustiçados”. Falam, também, de uma luta contra a “opressão causada pelo governo” ou contra “qualquer outro instrumento que venha oprimir, ou se posicionar contra nossa ideologia e luta.”

Eles traçam, ainda, regramentos quanto a fidelização de seus membros, respeito à organização e corresponsabilidade de seus membros uns para com os outros, prometendo inclusive auxílio aos membros dentro e fora do Estado e, para tanto, haveria contribuição financeira mensal de seus participantes.

O GDE vem a realizar uma aliança junto ao PCC no sentido de se beneficiarem de armamentos e drogas, enquanto que o PCC se beneficia por agregar mais pessoas alocando um número maior de homens para que possa fazer frente ao CV e FDN.

Os Guardiões do Estado ganharam visibilidade quando protagonizaram a Chacina das Cajazeiras, em 27 de janeiro de 2018, resultando em 14 pessoas mortas e 9 feridos, sendo esta a maior chacina registrada no Ceará³⁴ e, posteriormente, a chacina no bairro Benfica, em 9 de março, resultando em 7 mortes.

Em 2017, Fortaleza sofreu com diversos ataques e incêndios a equipamentos públicos e ônibus por toda a cidade e região metropolitana. Os ataques foram demonstrações de força, do GDE frente ao CV, na disputa por áreas de tráficos de drogas e pelo comando de presídios da capital. Bilhetes encontrados nas áreas de ataques requeriam a retirada de integrantes do CV da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II)³⁵. Nessa disputa, o GDE vem usando de muita violência na tentativa de eliminar os

³³ Ver referência Barbosa, Lucas .

³⁴ Ver referência Jornal O POVO 03/02/2018.

³⁵ Ver referência Tribuna do Ceará 21/ 04/2017 .

integrantes do CV e, para tanto, “matam até as companheiras dos traficantes presos.” (FEITOSA, 2018).

As expulsões de territórios feitas pelo GDE nascem dessa lógica de dominar os espaços que antes pertenciam ao rival CV. Foi o que aconteceu com a comunidade do Lagamar. Todos os rivais foram mortos ou expulsos e o GDE assumiu o controle da comunidade. “Das 300 casas da ‘Cidade de Deus’, apenas 70 estão ocupadas, todas as outras foram evacuadas. Só mora lá quem a GDE deixa”, complementa o oficial da PM em entrevista à Feitosa (2018).

O objetivo desses agrupamentos criminosos é o de agregar, cada vez mais, filiados para que se possa controlar os territórios das cidades e também a rota de distribuição de drogas. Fortaleza passa a ser um alvo para o controle das rotas de drogas não apenas dentro da região Nordeste, mas também por ser ponto estratégico na saída de drogas pelo aeroporto, já que este possui voos diretos para a Europa³⁶.

Para ganhar adeptos e o respeito das comunidades que dominam, as facções têm como lema fazer com que a comunidade se sinta segura com sua presença, assim, declaram diversas regras a serem cumpridas dentro dos territórios dominados: “[...] as proibições de assaltos foram a primeira marca significativa do trabalho das facções, nas periferias.” (PAIVA, 2019, p. 174).

Celina, moradora do Pirambu, relata que dentro do bairro sabe que não será assaltada, mas não acredita isso às facções. Ela nos conta que, antes da entrada dessa lógica das facções, já andava pelas ruas do Pirambu relativamente tranquila: “é mais fácil eu ser assaltada na Aldeota que no Pirambu.” Ela nos fala, ainda, do temor de viver dentro de um local tomado por uma facção: “tenho medo de pegar algum ônibus que passe em território rival, se eles souberem de onde sou posso morrer, não deixo mais nem meu neto ir para o shopping nos domingos porque o ônibus passa pelos cantos que é dominado pelos rivais”, além desse temor de passar por um território inimigo, ela também fala do medo que passou a vivenciar diuturnamente: “após a chegada do CV meu maior medo é perder minha casa”, segundo ela relata: “muita gente sem envolvimento nenhum com o crime foi expulsa de casa e não tiveram para onde ir.”

Ela comenta, ainda, que o controle das facções ocorre até mesmo nas mensagens que elas enviam por redes sociais, “o meu vizinho foi ameaçado porque estava no Facebook fazendo política para conscientizar a população”, as ordens de parar com as postagens vieram por meio de telefonema do Rio de Janeiro e eles ameaçaram metralhar todos da casa, caso não

³⁶ Ver referência Ives Aguiar.

cessassem as postagens.

Essa realidade, relacionada ao controle quase que absoluto das vidas das pessoas de determinados territórios, também chegou às ruas, atingindo e modificando o cotidiano de quem faz das ruas suas moradas, de modo que passo, agora, a tratar mais dessa situação.

5.1 As ruas territorializadas por facções criminosas

Como é possível acontecer em qualquer pesquisa, em se tratando de pessoas, o pesquisador pode se deparar a qualquer momento com elementos novos e inesperados à sua pesquisa.

Iniciei meus trabalhos no primeiro ano do Mestrado, 2017, com o intuito principal de compreender as trajetórias de vida das pessoas que fazem da rua sua morada, porém, em meio a pesquisa, quando passei para a fase de conversas e entrevistas, me deparei com um elemento inesperado, mas que se repetia a cada nova fala, de forma direta ou indireta, pelos próprios interlocutores, objetos da pesquisa: a questão complexa envolvendo as facções criminosas no estado do Ceará.

Ainda quando técnica da assistência, cheguei a acompanhar o andamento desse “fenômeno” e como ele interferiu no dia a dia das ruas. O ano era 2015 e lembro-me da felicidade com que os assistidos chegaram ao Pop àquela manhã portando a notícia de que as ruas estavam “pacificadas” e que os grupos rivais haviam recebido ordens de não mais matar uns aos outros. A determinação era de paz nas ruas, de não matar e da possibilidade de todos andarem livremente por todos os espaços. Não me recordo a data com precisão, haja vista naquele momento não ter a plena certeza que, de fato, um dia estaria ali como pesquisadora. Apesar de existir a vontade, confesso a falha de ter faltado o sentimento de fazer, naqueles anos, um diário de campo. De todo modo, recordo que a ordem ficou conhecida por todos como pacificação, “essa repactuação, que ficou popularmente conhecida em territórios periféricos da cidade como ‘pacificação’, constituiu, principalmente, na proibição do ciclo de vinganças e práticas de homicídio entre grupos locais.” (BARROS *et al.*, 2018, p. 118).

Como já relatei no início deste trabalho, as ruas já eram dominadas e territorializadas pelo crime, mas até àquela altura, fins de 2015/início de 2016, os grupos criminosos tinham outras denominações; por lá, todos, faziam referências à denominação ganguês.

Uma importante consequência desse “acordo” entre grupos dominantes do tráfico de drogas foi o fato de ter “derrubado” as “fronteiras” das ruas. Finalmente, quem estivesse

nas ruas poderia andar livremente por todos os lugares e recantos sem ter a preocupação da importunação de pessoas ou da violência do grupo rival. Cito, como exemplo emblemático, a possibilidade de uma pessoa que fazia da Praça do Ferreira seu refúgio poder andar livremente pela região da Acal; territórios, até então, impossíveis de serem compartilhados, haja vista, serem dominados por grupos opostos. Essa “liberdade”, de compartilhar espaços antes rigidamente proibidos, foi uma das mais importantes consequências da “pacificação”. Nesse mesmo sentido, Barros *et al.* (2018, p. 118) relata que:

Moradores e profissionais de políticas sociais que atuam com jovens inseridos nas periferias da cidade relatavam mudanças significativas no cotidiano de territórios marcados pelo enfrentamento entre grupos criminosos e destes com a polícia, devido ao fato de aqueles grupos terem selado o que denominavam de “acordo de paz.”

Trago este parágrafo de Barros para a realidade das ruas, pois, este, fala das periferias e territórios dominados. No entanto, tudo isso relatado pode ser transcrito para a população de rua que vivenciou fortemente essa mesma mudança em sua rotina.

A população dos territórios envolvidos sentiu, pela primeira vez, depois de muitos anos, que poderia andar de forma sossegada pelos bairros. Pires (2018) traz um relato neste mesmo teor:

Enfim, aqui nazárea (nas áreas) crescemos na lógica da “guerra”, acostumados a enterrar amigos. A “paz” representava uma forma de vivenciar esse pedaço da cidade de uma maneira excepcional, nova, totalmente distinta, uma vez que muitos dos nossos amigos e conhecidos não iriam mais morrer, pois a época da “guerra” tinha ficado para trás. A “paz” mexera em nossos afetos, em nossa socialidade, e em dimensões profundas na maneira de experienciar a vida. Não tenho dúvidas de que esses reflexos iniciais – que depois se mostraram efêmeros e ilusórios – foram sentidos de modo ainda mais significativo pelas populações faveladas. (PIRES, 2018, p. 9).

Paiva (2019), em importante artigo sobre a mudança do cenário da violência em Fortaleza, pontuou algumas consequências dessa dita pacificação para a cidade, especialmente para as periferias. Primeiramente, a proibição de assaltos nos territórios dominados por estes grupos criminosos, assim, há uma “sensação” de segurança para o morador daquela localidade. Eles “produziram como efeito a ideia de que as comunidades estavam seguras. Livres de assalto. Proliferaram pichações com a sentença ‘se roubar na favela morre’.” Em sua pesquisa, também observou a quebra das territorialidades, tão rígidas até então, em que um morador de uma determinada localidade passou a poder transitar livremente por outros bairros, pertencentes a outras gangues; e a mais importante consequência apontada no artigo diz respeito à diminuição dos números de homicídios na cidade de Fortaleza.

Barros *et al.* (2018) também concluiu em pesquisa que, de fato, a ordem de pacificação foi capaz de reduzir o número de homicídios na cidade e há um reconhecimento,

na fala dos sujeitos pesquisados, de que esta redução tenha sido, sim, em decorrência do pacto entre os grupos criminosos, e não em decorrência de nenhuma política de segurança pública.

Jonhson (2019, p. 39) em sua dissertação fazendo referência a pacificação coaduna com os demais pesquisadores quando nos diz que:

A “pacificação”, promovida com apoio numa aliança entre CV, PCC, GDE e FDN, além de derrubar os índices de assassinatos, causando uma situação desconfortável para o Estado, ao mostrar maior eficácia do que as políticas públicas de segurança, gerou situações de relativa paz e liberdade em comunidades que há muito não experimentavam tais sensações.

Não é meu foco buscar dados estatísticos quanto ao número de mortes nas ruas neste período, mas os discursos dos próprios moradores de ruas também vêm ao encontro da pesquisa feita por Paiva(2019) e das falas dos sujeitos pesquisados por Barros *et al.*, de que houve, sim, uma redução de mortes nas ruas em decorrência da ordem de pacificação.

Porém, a “paz” não duraria muito e, quando chegou ao fim, a violência voltou com mais pressão sobre todos, e com uma nova nomenclatura; o que antes era chamado de gangue passou a ser chamado de facção. Usaremos, aqui, a mesma ideia trazida por Paiva (2019, p. 170) quando diz:

Reconheço os limites da categoria nativa “facção”, mas parto de seu reconhecimento social para lidar com ela, no curso do texto, trabalhando a ideia de que a facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam.

Uma vez que a trégua firmada entre as organizações criminosas foi desfeita, várias ações violentas foram se espalhando pela cidade, tendo como controle o comando que vem de dentro dos presídios. As ações tiveram como alvos alguns prédios públicos. Em janeiro de 2018, após a administração do sistema penitenciário do estado do Ceará declarar que seria dado tratamento mais rigoroso aos detentos, os criminosos responderam realizando diversos ataques a ônibus, a prédios públicos e privados, sendo registrado como a maior onda de ataques ocorridos neste estado.

No Ceará, a nova configuração posicionaria as principais facções em dois blocos rivais na guerra. De um lado, GDE e PCC, e do outro, CV e FDN. Desde então, se intensificaram os assassinatos por todo o Estado, com destaque para cinco chacinas de grande repercussão: chacina de Messejana, quando, no dia 12/11/15, policiais militares executaram 11 pessoas nos bairros do Curió e São Miguel, na Grande Messejana, em Fortaleza; chacina da “mansão” do Porto das Dunas, em Aquiraz, em 03/06/17, que deixou seis mortos e pelo menos três feridos. Aliás, só em 2017, conforme estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), o Estado contabilizou 5.023 assassinatos (JONHSON, 2019, p. 40).

Após o rompimento do acordo de “paz” entre os grupos criminosos e o avanço do

grupo GDE nas periferias de Fortaleza, o problema da territorialização, que sempre existiu, se endureceu ainda mais. A proibição de transitar em espaços públicos ficou bem mais rígida, as demarcações de onde cada grupo pode transitar, pela cidade, chegaram ao ponto máximo de proibição recaindo na impossibilidade de as pessoas terem acesso às políticas públicas ofertadas por equipamentos espalhados por toda a cidade.

As restrições são bem claras, se você está inserido na realidade da Praça do Ferreira você está sob o Comando Vermelho e não pode, em nenhuma hipótese, transitar por área rival sob pena de ter sua vida ceifada. Barros *et al.* (2018, p.121) relata algo idêntico ocorrendo dentro dos bairros:

Os processos de territorialização marcados por situações de violência são realidades que perpassam as relações sociais em praticamente todos os bairros da periferia de Fortaleza. Transitar no interior do próprio bairro é um problema social que afeta a vida de jovens pobres no seu cotidiano.

Essa “nova” realidade atingiu a população de rua, gerando diversas consequências para o cotidiano de cada uma delas, de modo que se tornou impossível este tema não surgir na minha pesquisa, mas sempre de forma não tão aberta pois se trata de um assunto, digamos, “delicado”, já que, em sua maioria, envolvem casos de uso de muita violência, como também nos alerta o artigo de Paiva (2019), que cita várias práticas de torturas para aqueles que descumprem com as ordens emanadas do comando: tiros nos membros, mãos e pés, decepamento de cabeças com machados não amolados, dentre outras práticas, tudo filmado e compartilhado nas redes sociais com o fito de espalhar a mensagem do que pode vir acontecer àquele que não seguir as regras emanadas pelas facções.

As falas sobre este assunto são sempre comedidas, envolvem muito medo e, em sua grande maioria, a população faz questão de dizer que não tem nenhuma correlação com as facções e que “não gosta dessas coisas”, como nos diz Marcos, usuário do Centro Pop, e tantos outros que ouvimos durante a pesquisa.

Logo de início, tive alguma dificuldade de entrar na questão por sentir o medo daquelas pessoas quando o assunto surge. Notei que a fala sempre se tornava sussurros e sentia a urgência deles em mudar o assunto; e é fácil entender que qualquer fala dentro do equipamento pode ser comprometedor, pois é um ambiente que agrega muita gente e eles nem sempre se conhecem, de modo que nunca se sabe se tem alguém da facção por perto ou mesmo um delator, conhecido como “X9”.

O fato é que fui, lentamente, observando que as facções vinham gerando, cada dia mais, desabrigados, pessoas expulsas de suas casas por elas e que, na falta de um lugar para ir, recaem nas ruas de Fortaleza, mais propriamente no centro da cidade, principalmente na Praça

do Ferreira. Estes desabrigados são provenientes de diversos bairros da cidade e também da região metropolitana.

Estive algumas vezes no Núcleo Acolhe³⁷ da Defensoria Pública do Estado do Ceará e em conversas com a Defensora Pública, responsável pelo núcleo e suas assessoras, uma Psicóloga e uma Assistente Social, há o relato de que dentre os casos de desabrigados por facções que chegam até a Defensoria Pública estão líderes comunitários, agentes de saúde que trabalham em alguns desses territórios, pessoas que, de algum modo, servem de informantes para grupos rivais, mesmo que não haja indício nenhum de que a pessoa realmente seja um informante, e, em menor escala, pessoas propriamente envolvidas com as facções de forma mais direta.

Por outro lado, no Centro Pop, houve uma observação, por parte dos técnicos, no sentido de relatarem que os desalojados que se socorrem de lá são, em grande parte, pessoas que se envolveram de forma mais direta com as facções e que tiveram algum problema com o comando do grupo criminoso, como por exemplo, descumpriram a ordem de não roubar no território ou têm dívidas com o tráfico.

Cabe observar que essas situações já ocorriam antes da realidade das facções, mesmo quando se tratava das gangues, as expulsões por estes motivos já ocorriam de forma rotineira, mas podemos observar duas principais diferenças em relação a realidade anterior, uma delas é um aumento exorbitante no número de pessoas expulsas, incluindo famílias inteiras e outra grande diferença é a do terror que as facções impõem a estas pessoas e seus familiares.

Os motivos das expulsões também divergem dos que aconteciam no passado. Antes uma pessoa era expulsa de seu território, normalmente, por ter contraído dívidas com o tráfico, agora as expulsões acontecem pelos mais variados motivos incluindo a própria dívida, mas também por desrespeito às ordens emanadas do comando, como a de não cometer assaltos na comunidade, ou mesmo o fato da pessoa ou família se recusar a fazer parte da facção ou por serem familiares de pessoas que vivem em região dominada por grupos rivais, existem também as expulsões de pessoas pelo mero fato de ser um bem feitor da comunidade como agentes de saúde comunitários, por exemplo, ou simplesmente porque o tráfico queria aquelas residências para o uso do crime ou como fonte de renda para o crime.

³⁷ Rede Acolhe da Defensoria Pública do Estado do Ceará – é um programa que busca prevenir Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguido de morte - promovendo a assistência jurídica e psicossocial aos familiares das vítimas, além da atenção integral às vítimas que sofram tentativas de homicídio. O programa integra uma rede intersetorial que busca diminuir a revitimização e os danos causados pela violência, reduzindo potenciais ocorrências de novos crimes dessa natureza.

O simples fato de ter pessoas da família vivendo em região dominada por outra facção é um terror, pois essas pessoas ficam na mira dos faccionados como possíveis informantes. Nessa realidade, se encontra a família do senhor Francisco que foi expulsa sem que eles tenham nenhum envolvimento com o tráfico, mas a sogra mora em território rival. O senhor Francisco, que trabalha em uma clínica na Aldeota, tem esposa e dois filhos, ficou desalojado e, como grande parte, não teve coragem de fazer denúncia ao Poder Público. Buscou ajuda de seus familiares, mas perdeu tudo, casa, mobília, e as crianças tiveram que sair da escola; enfim, uma expulsão que desestrutura toda uma construção de anos de vida.

Uma informação alarmante que tivemos junto à Rede Acolhe foi o conhecimento de que houve expulsões realizadas por policiais, “com a desculpa de ser aquele um local de venda de drogas ou por ser um local estratégico”, nos relata uma das assistentes do Acolhe. Quer dizer, a população não apenas está sofrendo expulsões por parte de traficantes, mas também por aqueles agentes estatais que deveriam lhes prestar segurança pública. Somente por isso já é possível pensar que, realmente, é quase impossível a uma pessoa exposta a esse tipo de situação confiar no Poder Público, fazendo com que esses desalojados fiquem, de fato, a mercê da própria sorte.

Os motivos pelos quais as pessoas são expulsas de suas casas são os mais variados possíveis. No Pop tive um relato um tanto diferenciado, quando comparei com os casos que chegam à Defensoria Pública, de um rapaz que não aceitou ser “batizado” pela facção e acabou expulso do território e, conseqüentemente, de sua casa. Ser “batizado” é o termo que eles utilizam para fidelizar algum indivíduo àquela facção sem que seja possível sair da mesma e jamais ser aceito por outra facção rival. Essa informação, de que seja impossível sair de uma facção criminosa após o batismo, se repetiu em muitas falas, mas tivemos um relato que nos trouxe um elemento diferenciador. Um de nossos interlocutores, Marcos, nos disse que existe uma única forma de sair de uma facção que seria “aceitando Jesus Cristo Nosso Senhor” e sendo batizado por alguma Igreja Evangélica, “mas tem que ser de verdade mesmo, aceitar Jesus de verdade”.

Relato parecido teve Pires (2018) em sua pesquisa sobre relações criminais em regiões de favelas quando nos diz que um de seus interlocutores fala as três possíveis formas de sair de uma facção criminosa após o batismo, uma delas é morrendo, a segunda forma apontada é a mesma que meu interlocutor afirmou, pela conversão religiosa e a terceira é uma possível conversa com o “conselho geral” do comando e dizer que não quer mais fazer parte da vida do crime. Não tive relatos dessa última forma, na verdade, o que mais ouvi falar foi da impossibilidade de sair das facções após o batismo.

Voltando à questão das expulsões compulsórias, pude observar que elas acontecem sob qualquer circunstância, mas sempre com a finalidade de impor temor à comunidade e para realizar o domínio do tráfico de drogas do local. Foi possível constatar, também, que, na realidade, o número de desabrigados é bem maior que o número de pessoas que buscam ajuda na Defensoria Pública ou no próprio Centro Pop pois “o medo domina o cenário”, diz uma das assessoras de defensoria, “poucos buscam ajuda da defensoria ou outro órgão estatal”, complementa.

Na Defensoria, os desabrigados buscam, normalmente, o Núcleo da Habitação (NUHAM) e os que estão ameaçados são encaminhados à Rede Acolhe. Segundo dados levantados por aquele núcleo, de novembro de 2017 a abril de 2018, foram 264 pessoas expulsas de suas moradias; lembrando que estes números refletem apenas os que romperam os temores e buscaram a defensoria. Eu questionei se a Defensoria se movimentou no sentido de prestar algum serviço específico a estas pessoas, mas a defensora nos fala que até o presente momento não, já que, em verdade, “não existe Política Pública para este segmento ainda.” Perguntei, por fim, se não seria possível inserir os desalojados em algum programa de proteção estatal, porém ela alerta que os programas de proteção existentes abarcam crianças, adolescentes e testemunhas judiciais, fora isso não teria como inserir esse grupo simplesmente por não existir programa de proteção nesse sentido.

A defensora pública da Rede Acolhe informa que houve uma Ação Coletiva de reintegração de posse por parte do Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público Estadual, mas que restou totalmente inócuo, pois nenhum dos expulsos tiveram coragem de retornar às suas casas. Não existe segurança nesse retorno, nem ação da parte do Estado que seja capaz de dar essa segurança. Os territórios estão dominados pelos grupos criminosos do tráfico de drogas e o Poder Público não consegue ter ação efetiva de segurança nesses locais. Essa realidade é vivenciada por parte dos expulsos dos territórios que não sentem confiança em buscar nenhuma ajuda estatal e preferem ficar no maior anonimato possível e, quando buscam algum auxílio, fazem a opção por não registrar nenhum tipo de demanda contra as facções criminosas.

A assistente social da Rede Acolhe relata a dificuldade em tomar informações dessas pessoas, “poucas tomam coragem de buscar ajuda dos setores públicos, por medo e por falta de confiança, e as que buscam preferem expor pouco ou quase nada dos problemas territoriais dominados pelas facções”.

Em diálogo com o Coordenador do Centro Pop centro, Elias Figueiredo, são mencionadas as dificuldades enfrentadas por toda a rede de prestação de serviço para este

público após a realidade das facções, isso porque os equipamentos, incluindo aí os dois Centros Pops, as Casas de Abrigo para Famílias e para Homens e o Centro de Convivência estão divididas pela lógica das facções, de modo que, hoje, qualquer encaminhamento para a rede deve ser de forma cuidadosa, pois quem faz parte de um território comandado por uma determinada facção não pode, jamais, ter acesso a um território de uma facção rival.

O Centro Pop do centro, o Centro de Convivência e a Casa de Passagem estão em território comandado pelo Comando Vermelho de modo que, quem é de território comandado pela GDE, não poderá jamais utilizar estes serviços; já o Centro Pop Benfica e o Acolhimento para Homens, localizado na Francisco Sá, é de comando da GDE, logo, quem é proveniente de território rival fica impedido de ir lá. É importante fazer a ressalva de que, não importa se a pessoa é pertencente à facção em si, se é “batizado”, nada disso, basta simplesmente estar em território comandado por uma determinada facção criminosa para que a pessoa também esteja sob esse comando, gerando o impedimento de fazer uso de serviços e equipamentos públicos.

Essa problemática de divisão do centro da cidade e da cidade como um todo por facções criminosas vem gerando consequências desastrosas para a população de rua, pois eles têm como principal reivindicação a moradia, assim, esse é o calcanhar de Aquiles das políticas públicas para tal segmento, ter moradia a todos que precisam. A problemática das territorialidades das facções passou a impossibilitar as pessoas de tomarem posse de imóveis sorteados pelo programa do Governo Federal denominado “Minha Casa, Minha Vida.” Nos últimos sorteios realizados e, mais especificamente, no sorteio realizado em fins do ano de 2018, algumas pessoas do Pop foram contempladas, a exemplo de Alex, morador de rua há mais de 15 anos que não pode tomar a posse e propriedade do imóvel pois está localizado em território comandado pelo GDE e ele, por ser frequentador da Praça do Ferreira, correria risco de vida. Dessa forma, em nome de preservar sua vida, não foi receber a tão sonhada casa.

Essa mesma situação aconteceu não apenas com o Alex, mas com tantos outros sorteados que foram impedidos de tomarem posse de suas novas residências por esta proibição territorial. Ressaltamos que não se tratam de pessoas pertencentes às facções, são apenas pessoas que, muitas vezes, já viviam na Praça do Ferreira bem antes da existência desses grupos dominando o tráfico de drogas nas ruas. É uma consequência que os atingem de forma indireta, mas, em nome de salvaguardar suas vidas, optaram por continuar vivendo nas ruas.

5.2 As expulsões compulsórias feitas por facções

Ao longo dessa jornada, que foi a pesquisa do mestrado, notei, ainda, que eu não tenho condições de passar essa estatística, até porque seria impossível trazer números fidedignos do aumento no número de pessoas expostas às ruas de Fortaleza e que, muitas vezes, não se tratavam de pessoas com experiência de rua.

A Assistência Social e seus cadernos de orientações trazem a ressalva de que pessoas em situação de rua seriam aquelas que possuem a chamada vivência de rua, mas não vejo como pode aplicar-se tal teoria na prática, já que a população de rua é, essencialmente, volátil, e isso é fato. Não vejo como ser possível definir quem seja população de rua pelo número de dias que o sujeito esteja nas ruas. Mas, por outro lado, compreendo que, de um modo geral, quanto mais tempo se tem de rua mais se aprende os truques de sobrevivência.

Falo disso, nesse momento, apenas para trazer à tona a observação que, mesmo não concordando com a categoria vivência de rua para definir quem seja pessoa em situação de rua, foi possível observar, durante a onda violenta de brigas por territorialização realizadas pelas facções, um aumento de pessoas pelas ruas, expulsas de suas casas por estes grupos armados e que ficaram desabrigados de uma forma totalmente abrupta e sem a vivência anterior de rua. Ressalvo, nesse momento, que, também, me deparei com muitas situações de expulsões de pessoas não apenas envolvidas com o tráfico, mas também com vivência anterior de rua.

Com a imersão das facções nos territórios das periferias de Fortaleza, como já citado anteriormente, uma gama de novas pessoas e de famílias inteiras foram jogadas às ruas, independentemente de terem ou não correlação com este mundo, seja do crime, seja das ruas.

Muitas dessas famílias sem terem a quem recorrer, envoltas em um medo de tudo e de todos, medo de falar, de se expor e acabarem executadas pelo comando do tráfico, como ocorreu com diversas pessoas, e os vídeos que circularam por grupos de “WhatsApp” não deixam margem para dúvidas da crueldade manifestada por diversos grupos criminosos, acabaram entregues à sorte de viverem às ruas como alternativa à sobrevivência.

As facções têm se utilizado desse expediente, da espetacularização do terror, de forma a garantir seu domínio nos territórios. A crueldade sem medida tem sido marcas de algumas dessas facções. Em Fortaleza, o GDE, sem dúvida despontou como um grupo marcado pela crueldade em suas ações de torturas e execuções.

A psicóloga do grupo Acolhe fez uma importante observação ao nos relatar que “a maioria dos casos que chegaram aqui no Acolhe são de pessoas expulsas pela GDE, essa facção é diferente do CV ou PCC pois essas dão proteção aos moradores, já o GDE busca o poder pelo terror.”

Gabriel Feltran³⁸, em entrevista concedida à BBC Brasil, salienta que "a violência extrema é própria de conflitos radicais, sejam étnicos, políticos, religiosos ou raciais. Radicais porque perde-se radicalmente a identificação com o outro. O seu sofrimento não me atinge mais. É preciso decapitar, emascular, ou mesmo deglutir o oponente." Em outro momento da entrevista, este mesmo estudioso nos alerta da importância da crueldade para grupos criminosos que ainda estão em processo de consolidação: "as táticas mais cruéis costumam ser usadas por facções que ainda não se consolidaram e utilizam a crueldade como estratégia para se afirmar, impor medo e diminuir o oponente", exatamente o observado em Fortaleza com relação ao GDE que espalhou a sensação de muito terror nos territórios dominados ao ponto de não deixar margem a quem conseguiu escapar dos bairros de buscar suporte com segurança em instituições públicas ou mesmo a familiares.

As pessoas que sofreram expulsões, das quais tive acesso, foram uníssonas ao dizerem que não tinham alternativas a não ser o refúgio nas ruas em busca de segurança, muitas vezes das próprias facções; ir para outros bairros não é seguro, pois podem ser dominados por facções rivais. Diante do medo extremo de perder a vida, que pode ser a própria ou de um familiar, muitos silenciam de onde vêm, os motivos de estarem pelas ruas e as falas são sempre no sentido de que não fazem parte de nenhuma facção.

Na Defensoria, chegaram pessoas expulsas de diversos territórios de Fortaleza e também da Grande Fortaleza. Apenas na Praia do Futuro, houve uma expulsão de mais de 40 famílias de suas casas, e, conforme o que conseguimos coletar de informações, essas famílias não tinham correlação com questões criminosas ou com grupos rivais, tratavam-se de pessoas ligadas a associação de moradores locais, líderes comunitários e agentes de saúde comunitários, muito possivelmente, essas pessoas ameaçam de alguma forma a busca de hegemonia que estes grupos buscam atingir nos territórios. Dessas 40 famílias, grande parte não chegou a ter nenhum tipo de acompanhamento mais de perto de instituições públicas, seja a Defensoria Pública, delegacias ou equipamentos da Prefeitura ligados à Assistência Social, como o CREAS, que funcionam dentro dos territórios. Uma parte dessas famílias foram socorridas por familiares e, quase sempre, não se sabe onde estão nesse momento, nem mesmo a Defensoria conseguiu dar atendimento por não ter tido nenhuma informação de onde essas pessoas acabaram se abrigando.

A sensação das assistentes da Defensoria com quem conversei é de um temor por parte de todos os envolvidos. Os expulsos buscam, em segredo, locais para abrigo. Os poucos

³⁸ Diretor científico do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da Universidade de São Paulo e professor visitante da Universidade de Oxford, no Reino Unido. Feltran é autor de diversos livros sobre organizações criminosas, entre eles *Irmãos - Uma História do PCC*.

que chegaram à Defensoria não conseguem ou não querem dar notícia do destino dos demais desalojados. Alguns destes expulsos tiveram a coragem de buscar a Defensoria Pública junto ao Núcleo de Habitação para solicitar uma nova moradia, mas a realidade é que a defensoria neste núcleo apenas faz a inclusão dos nomes para moradias organizadas pela HABITAFOR ou o cadastro para o programa “Minha Casa, Minha Vida”, de modo que restou a essas pessoas apenas o direito de inserirem seus nomes em um gigantesco banco de dados e a esperança de serem escolhidos para o direito a uma nova moradia.

Essas pessoas, que chegaram à Defensoria, foram encaminhadas, por se tratar de violações de direitos, à Rede Acolhe da própria Defensoria que, infelizmente, pouco ou nada pode fazer por eles, visto que o pedido de reintegração de posse de suas propriedades não era algo que lhes fossem viável, pois ninguém e nenhuma instituição seria capaz de garantir sua sobrevivência naquele território.

Quer dizer, na prática, o que tem acontecido é que quando as pessoas expulsas têm coragem de procurar ajuda estatal, elas seguem ao Núcleo de Habitação para a solicitação de uma outra moradia, já que elas têm a plena certeza de que o retorno a suas é algo impossível. Não há uma busca pela Defensoria para tentar solucionar o problema dentro do território, isso não existe como um recurso possível. Ou seja, o que observei foi a total falta de preparo das instituições já existentes para cuidar de um fenômeno novo e diferente de tudo o que a cidade havia vivenciado até então, ao menos não vivenciado nessa escala de grandeza.

Em outras palavras, a cidade de Fortaleza vem passando por uma forte onda de expulsões organizadas por grupos criminosos e o Estado não dispõe de nenhum mecanismo legal para proteger estas famílias, independentemente de tais pessoas terem ou não relação com o mundo do crime, são cidadãos que perderam tudo o que tinham de valor e, ousado dizer, ficaram à mercê de suas próprias sortes, dependendo de amigos e familiares ou recaíram nas ruas.

Chego a essa conclusão pois, vejamos, a Defensoria Pública possui, dentre seus núcleos de atendimento, o núcleo para cuidar da habitação e a Rede Acolhe para violações de direitos. O primeiro depende das vagas da HABITAFOR, e a Rede Acolhe nos respondeu que não dispunha de mecanismos para proteger ou para encaminhar essas pessoas, ameaçadas de morte, para algum tipo de acolhimento institucional.

O sistema de segurança pública não conseguiu dar o suporte necessário para que estes sujeitos pudessem se socorrer garantindo seu legítimo direito de moradia, muito pelo contrário, a polícia, quando muito, conseguiu fazer as escoltas das pessoas para saírem de seus territórios com vida e nada além disso.

Resta, agora, observarmos o Centro Pop e a rede de atendimentos ligados à população de rua. Para quem recai nas ruas e buscou o serviço, houve o atendimento, porém, como nos alertou Elias Figueiredo, coordenador do Centro Pop centro, “os encaminhamos para a rede nem sempre é possível pois eles próprios têm medo de ir a um território de facção rival”. Ou seja, para os casos que envolvem ameaças de morte, o Estado não dispõe de segurança. No fundo “enviar uma pessoa ameaçada de morte para dentro de um acolhimento é botar em risco todos que estão lá acolhidos”, nos alerta a Assistente Social do Centro Pop.

Mas e quanto às pessoas que são expulsas de suas casas por traficantes, que dominam seus territórios, e não tendo para onde ir, não tendo a quem recorrer, recaem nas ruas sem o menor apoio de ninguém, entregues à própria sorte, ficaram estas sem a menor retaguarda institucional?

Encontramos, no Centro Pop, o senhor Antônio, vindo do interior com o projeto de trabalhar em Fortaleza, pois estava passando fome e já não tinha mais chances de “viver a vida por lá”. Desembarcou na rodoviária local e, sem muito dinheiro e nem ter aonde ir, seguiu para o centro da cidade, onde buscou por muitos dias algum emprego, qualquer que fosse. Nesse tempo em que chegou à cidade e não tinha onde ficar, foi dormir na Praça do Ferreira. Conta que, certo dia, um rapaz chegou até ele e o questionou de onde vinha, o motivo de estar ali e se era de alguma organização criminosa. Ele lhe contou toda a história de vida, mas não teve como provar nada do que alegava e apanhou até quase a morte, ali mesmo, no meio da praça, por um provável integrante do CV, que não acreditou que ele não se tratava de um “X9”, de um infiltrado. Socorrido, foi levado ao Hospital Instituto José Frota (IJF) e, em sua alta, o hospital contatou o Centro Pop para dar encaminhamento a ele, que não tem família em Fortaleza e não tem aonde ir. Ele esteve no Centro Pop solicitando passagens para voltar a seu interior, até que consiga, foi encaminhado ao Abrigo de Homens.

Essa é apenas uma das histórias de pessoas reprimidas pelas facções com perda total do direito de ir e vir e até mesmo de permanecer nas calçadas de Fortaleza dominadas por grupos criminosos.

Pedro, um usuário do serviço, nos conta que o envolvimento com os grupos criminosos acaba sendo uma exigência, “mesmo que não se trate de uma pessoa batizada pelo tráfico.” Para estar na Praça do Ferreira, por exemplo, tem que “provar lealdade ao Comando”, e jamais partilhar informações ou outros espaços não dominados por essa mesma organização, além de praticar os atos que lhes sejam determinados, seja servir de avião ou cometer delitos como furtos e roubos, sob pena de serem condenados a torturas, expulsões e até mesmo à morte.

Passo, agora, a relatar pequenos fragmentos de histórias de pessoas que foram expulsas de suas casas e passaram pelo Centro Pop pedindo algum tipo de auxílio.

Dentre as pessoas expulsas de suas casas, existem aquelas que declaradamente têm algum envolvimento com os traficantes de organizações rivais e há, também, aquelas pessoas que relatam não ter nenhuma correlação com o crime.

A senhora Fátima foi expulsa de sua comunidade no Eusébio, juntamente com seu marido e um filho, pelo fato de não ter permitido que o grupo guardasse em sua casa alguns materiais, como drogas e armas. O comando local não a poupou e deu a ordem para a família se retirar da casa e do território sob pena de serem todos mortos. A negativa de fazer a guarda dos materiais ilícitos foi o suficiente para a perda de seus bens, sua casa e tudo o que tinham construído até então, mas, para garantir a sobrevivência, vieram para Fortaleza e, não tendo para onde ir, nem a quem recorrer, foram parar na Praça do Ferreira. Foi lá que outros moradores de rua os ajudaram falando da existência do Centro Pop e, assim, conseguiram o benefício do Aluguel Social por dois anos.

Outra expulsão, que resultou na ida para as ruas, foi a da Elis, porém, neste caso, existia um envolvimento anterior com o tráfico de drogas, e a expulsão ocorre por brigas internas. Neste caso, o marido da Elis é traficante e acabou sendo preso, ela ficou sozinha na casa em que moravam e passou a receber diversas ameaças de morte do comando local, tendo que sair do território por medo. Como a mesma é faccionada, buscou estar em uma região na qual os “irmãos” pudessem lhe prestar segurança e encontrou, na Praça do Ferreira, tal suporte. Em sua fala, Elis não deixa claro qual facção dominava o território onde morava. Ela teve a oportunidade de ser encaminhada para o acolhimento da Prefeitura, mas, por estar ameaçada de morte, preferiu ficar pela Praça do Ferreira, sob a proteção da facção.

As expulsões acontecem, também, por questões envolvendo dívidas com as facções. É o caso da Márcia e seu marido, ambos já tinham vivência de rua e ambos são usuários de drogas. Márcia e o companheiro viveram, por muitos anos, pelas ruas de Fortaleza, até que foram sorteados no Programa Minha Casa Minha vida e, finalmente, passaram a viver em uma moradia própria. Com a chegada das facções nos territórios, o GDE invadiu e dominou o bairro onde moravam.

Em decorrência do vício nas drogas, ela e o companheiro acabaram contraindo dívidas com os traficantes desta facção. Em um primeiro momento, tiveram a dívida paga por meio de seus pertences domésticos, mas, uma vez que, outras dívidas foram contraídas, acabaram por perder o apartamento para a facção. Com isso, não lhes restou outra alternativa a não ser voltar às ruas e, por estarem jurados de morte, não podem retornar à comunidade. O

casal vive, hoje, pelas ruas dominadas pelo CV e, dentro da mesma lógica da maioria dos outros refugiados no centro, não conseguem e não podem ter encaminhamento a acolhimentos da Prefeitura pois estão ameaçados de morte. A praça e as ruas são os refúgios mais seguros, segundo o que a maioria nos relata.

Outra realidade foi a da senhora Marília, que era moradora do Pirambu, território dominado pelo CV, e foi contemplada pelo Minha Casa Minha vida com um apartamento no Barroso, território dominado pelo GDE. Ela nos conta que, no início, sentiu muito medo de ir tomar posse desse imóvel pois morava em território dominado por facção rival, mas venceu o medo inicial e foi mesmo assim. Tomou posse de seu imóvel e passou a viver no Barroso tranquilamente.

Mas ela nos diz que, com o passar dos meses, os integrantes do GDE começaram a fazer uma espécie de levantamento de todas as pessoas novas no território para saber da vida pregressa, de onde tinham vindo e se tinham ligação com outras facções. Depois desse levantamento, o grupo entendeu que o marido dela era traficante batizado pelo CV, então não tiveram mais alternativa para permanecer no imóvel, foram expulsos do território e ameaçados de morte caso descumpram com a ordem de não retornar. Ela conta que o marido não tem relação com o tráfico, mas os membros do GDE não acreditaram e ela teve que ir para a Praça do Ferreira com o marido e o filho menor de idade. Conta, ainda, que chegou ao centro Pop com um diagnóstico de Tuberculose.

Outra história de expulsão, bem diferente das demais, é a relatada pela Bia. Ela vivia em uma casa, em Maracanaú, com um filho, sua irmã e o cunhado. Segundo seu relato, não tinha nenhuma relação com o tráfico, com as drogas ou com as facções, mas o cunhado sim, e devido a esse envolvimento com a GDE, eles foram expulsos do território e tiveram a casa incendiada. Foram parar nas ruas e, por revolta, ela se batizou no CV e trabalha para a organização, já tendo exercido o “cargo” de disciplina que, segundo ela, é quem comanda a Praça do Ferreira (disciplina os membros) organizando as diretrizes do comando superior perante os membros que estão na praça.

Ela dá um exemplo do que seria esse trabalho. O comando lhe passa uma ordem de que é preciso que seja roubado um número X de celulares, ela, então, terá que organizar, perante os membros daquele local, uma estratégia para realizar a quantidade de roubos e furtos para se ter o número de celulares requeridos pelo comando. Ela conta que deixou esse cargo e que pretende sair da facção se convertendo à Igreja Evangélica. Uma vez que ela se converta, poderá “entregar a camisa.”

Estas são apenas algumas das situações com que me deparei na pesquisa, de forma

direta ou indireta, de pessoas que tiveram que fazer das ruas suas moradas pela primeira vez ou que tiveram que retornar a esta realidade em decorrência da onda de violência que Fortaleza vem experimentando desde que esses grupos criminosos iniciaram uma briga por territórios. Dentro desse cenário, de tanta barbárie e da sumária falta do Estado para a população periférica de Fortaleza, as ruas foram o refúgio para tais pessoas.

Foi na rua que esses expulsos encontraram uma mínima possibilidade de esperança de permanecerem vivos. Que contradição nos deparamos nesse momento, as ruas, que são locais de tantos conflitos, perigos iminentes e vidas incertas, dando segurança a quem teve que abruptamente abandonar sua casa, local antes visto como seguro e de paz. É uma inversão dos papéis desempenhados pela casa e pela rua até então compreendido pelo imaginário coletivo. Nessa nova realidade, a casa passou a ser dominada pela insegurança e pela morte e rua deu uma esperança de segurança e resguardo à própria vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, com esta pesquisa, junto ao grupo de pessoas que vivem nas ruas de Fortaleza e que fazem uso do equipamento público Centro Pop, tentar compreender, a partir das falas destes personagens, o sentido por eles atribuídos a vida nas ruas.

Minhas inquietações iniciais buscavam pelos sentidos que estes atores sociais atribuíam às suas ações, ao seu cotidiano. Para tanto, busquei acompanhá-los no seu cotidiano dentro do serviço prestado pela Prefeitura de Fortaleza. Sabendo que seria, este, um trabalho com um recorte muito específico, temia não ter “material” suficiente para uma dissertação de mestrado, mas o que tive, em verdade, foi uma avalanche de riqueza vinda de tantas histórias que passaram por mim ao longo desses anos.

Traçar considerações finais de um trabalho denso e delicado que trata de uma realidade ampla e homogênea não é tarefa nada fácil, por isso, busco neste momento apenas trazer alguns apontamentos no sentido de recapitular o que trabalhamos de forma a sintetizar os resultados.

A população de rua é um segmento da sociedade que sofre diversos tipos de vulnerabilidades, e, isso, o senso comum não nega. Eles estão, de um modo geral, expostos a todo tipo de violência, doenças e preconceitos que a sociedade pode impor.

O preconceito é de tal ordem que eu, como pesquisadora da população de rua, sofro diuturnamente uma discriminação, muitas vezes velada, mas também direta como refletida nas perguntas que tive de enfrentar em meu cotidiano de porquê estudar esse segmento da sociedade com tantas outras coisas importantes para pesquisar? “Esse povo tem jeito?” “Por que não saem das ruas?” “São vagabundos, vivem assim porque não querem trabalhar!” “Cambada!”, essas e outras tantas coisas eu tive de enfrentar em paralelo à minha pesquisa.

Quando adentramos a estudar uma parcela vulnerável como é a população de rua, estamos aceitando o desafio de ouvir e partilhar de uma realidade que a “Aldeota” não faz a menor ideia que exista. O centro da cidade não é a periferia, mas abriga uma parcela da população que é proveniente e que saíram de lá, e o problema da falta de apoio público é uma realidade.

Digo isso pois aceitar o desafio de fazer uma escuta desse segmento é aceitar ir além dos horizontes conhecidos até então, as histórias são as mais diversas e heterogêneas possíveis, e com isso, o pesquisador é chamado a entrar em um mundo completamente paralelo ao que está posto.

O poder de mando e obediência não tem nenhuma correlação com o Estado Democrático de Direito, posto em nossa Constituição Federal; as leis, que devem ser rigorosamente cumpridas, não estão descritas em Códigos Legais emanados do Congresso Nacional. Quero, com isso, dizer que aceitar o desafio de estudar a população de rua é aceitar que se entrará em uma realidade “nua e crua” que existe e está posta, mas que a sociedade prefere não enxergar, prefere não ouvir falar e critica quem desafia o natural e busca o sentido de tudo isso.

Meus interlocutores não foram, em sua grande maioria, aqueles moradores de rua do imaginário popular que andam sujo, desvalidos e fétidos pelas calçadas pedindo restos de comida. Estive com sujeitos de todas as formas, limpos, sujos, bem-vestidos e malvestidos, barba feita ou por fazer, cabelos pintados ou ao vento, “noiado” ou não.

As histórias de vida narradas são, também, fatores a se considerar por suas variedades. Encontrei pessoas provenientes de todos os níveis sociais e intelectuais, sem estudo, analfabetos e com estudo a nível superior. A maioria, posso afirmar, dos quais tive acesso às falas, têm ou tiveram problemas com o uso de drogas ilícitas, no entanto não são cem por cento dos casos. Outros tantos estão nas ruas por brigas com familiares e outros tantos por terem sido expulsos de seus territórios por grupos criminosos que dominaram a área.

Quero dizer que a primeira coisa a ser destacada das impressões de minha pesquisa é tentar desvincular o morador de rua do estigma das vestimentas e perfil físico ou social. A diversificação é absurda para que possa dizer, como o senso comum deseja, que morador de rua tenha um perfil, não tem.

Nessa pesquisa, tive a pretensão de destacar um pouco essas pessoas que vivem tão à margem da sociedade, esquecidas pelo poder público, pelas instituições de um modo geral e pela própria sociedade que sempre faz a escolha por não as enxergar.

Busquei pensar a principal ação estatal que está à sua disposição, que é o Centro Pop, porta de entrada para os principais serviços à disposição deste público e verificar como eles veem tais serviços.

Pude notar que o Centro Pop tem seu valor principalmente no quesito alimentação. Este é, sem dúvida, o que mais atrai as pessoas até lá. Quanto aos demais serviços prestados, existe uma reclamação generalizada na forma como se faz tal prestação. Meus interlocutores chegaram a queixar-se muito das obrigações de participar de oficinas para ter direito ao almoço e jantar e ouvi, também, muita reclamação da demora na fila de atendimento para falar com as Assistentes Sociais, Psicólogas e Advogados.

A população de rua é desafiadora e instigante por serem pessoas que desafiam sobreviver onde tudo lhes demanda a sucumbir. É instigante ver a rede de apoio que eles próprios se revestem com seus próprios regramentos e formas de viver.

Mas, em meio a pesquisa, foi possível observar que a onda de grupos criminosos invadindo as ruas de Fortaleza mudou bastante o cenário e estes regramentos passaram a vir de comandos do tráfico de drogas, no caso da Praça do Ferreira do Comando Vermelho.

Com essa nova realidade posta, todos que estão hoje utilizando o espaço público da Praça do Ferreira para se recostar nas noites e tirar o seu descanso diário, estão sob a mira do comando e independentemente de serem ou não batizados na facção, devem obediência e jamais poderão ferir os regramentos da facção.

A pior consequência que eu pude acompanhar nesse novo cenário das ruas territorializadas por grupos denominados facções criminosas é o fato de essas pessoas terem perdido o direito de andar e estar em territórios do inimigo, ou seja, de estar em território de facções rivais.

Essa realidade gerou um prejuízo sem tamanho porque essas pessoas ficaram impedidas de acessarem diversos serviços disponíveis como um abrigo em pousadas da Prefeitura, já que estas estão espalhadas pela cidade e, muitas vezes, em território de facção contrária. E a mais cruel de todas as consequências, a impossibilidade de tomar posse de habitação mesmo quando sorteados pelo Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida pela mesma situação, território de facção rival.

Espero ter honrado cada uma das pessoas que, de forma direta ou indireta, fizeram parte de meus resultados; espero ter sido fiel às suas falas e anseios. Agradeço imensamente, pois senti que, a todo momento, eles e elas vieram até mim com uma sede na fala impressionante, e eu gosto de dizer que meus interlocutores me buscaram antes mesmo que eu os buscassem.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **"Refugiados diante da nova ordem mundial."** Tempo Social 18.2 (2006): 197-215.
- AGUIAR, Ives. Entendendo a Onda de Violência Que Ronda Pelo Ceará. Vice.Com, 30 agosto de 2018. Disponível em : https://www.vice.com/pt_br/article/qvmamq/fortaleza-onda-de-violencia-que-ronda-ceara . Acesso em : 10/07/2019.
- BANDNEWS, Tribuna. Facções Estão em Guerra Pelo Controle do Tráfico de Drogas, Revela Conselho Penitenciário. Tribuna do Ceará 21/ 04/2017. Disponível em : <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/faccoes-estao-em-guerra-pelo-controle-do-trafico-de-drogas-revela-conselho-penitenciario/> . Acesso em : 07/07/2019.
- Barbosa, Lucas .“Com Estatuto e Arrecadação Mensal, Maior Facção do Ceará Desafia Controle do Estado. Tribuna do Ceará. 11 de set. de 2017. Disponível em : <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/com-estatuto-e-arrecadacao-mensal-maior-facao-do-ceara-desafia-controle-do-estado/> . Acesso em: 09/07/2019.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Usos da cidade: conflito simbólico em torno da memória e imagem de um bairro.** Análise Social, vol. XLII(182), p. 163-180, 2007.
- _____. Irllys Alencar Firmo. **O trabalho intelectual sob a ótica do artesanato e a cidade como campo de pesquisa.** Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 01, n 01, Jan/Jul. 2013.
- _____. Alencar Firmo; LIMA, Geísa Mattos de Araújo. **Subversões do Olhar: evidências temporais de uma microsociologia dos espaços urbanos.** Caderno CRH, Salvador, v.26, n.69, p. 529-544, Set./Dez. 2013.
- BARROS, J. P. P. et al. **“Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza.** Revista de Psicologia da UFC, Fortaleza, v. 9, n. 1, 2018.
- BALDIOTI, Fernanda. Pelo direito de existir. **Projeto Colabora**, 11 junho 2018. Disponível em: <<https://projetcolabora.com.br/ods1/pelo-direito-de-existir/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da Pesquisa.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar. Ed., 2007.
- _____. Howard. **Falando da Sociedade:** ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Tradução Maria Luíza X. De A. Borges; Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____. Howard. Mozart, **el asesinato y los límites del sentido común:** Cómo construir teoría a partir de casos. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDOM, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Pierre. **O poder simbólico.** Portugal: Edições 70, 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

_____. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua: Sumário Executivo. Brasília: MDS/META, 2008.

_____. Presidência da República. Decreto No 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política nacional para a População em Situação de Rua, 2009.

_____. Relatório Brasileiro Sobre Drogas. SENAD. 2009.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. MDS. Brasília, 2009.

_____. Programa nacional de Direitos Humanos (PnDH-3). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: 2010.

CASTRO, Celso. **Weber, Schutz e a sociologia como ciência da compreensão**. In: Textos Básicos de Sociologia. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A Sociologia fenomenológica de Alfred Schutz**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 48, n.1, pág. 52-60, jan-abr, 2012.

CAVALCANTE, Igor; SOUZA, Fred. Conheça as origens das facções criminosas no Ceará, um ano após a morte de Gegê e Paca. **O Povo Online**, 15 fevereiro 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/02/33510-conheca-as-origens-das-faccoes-criminosas-no-ceara--um-ano-apos-morte-de-gege-e-paca.html>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CENSO revela perfil de moradores de rua. **O Estado**, Fortaleza, 04 dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/geral/censo-revela-perfil-de-moradores-de-rua>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CENSO 2010. **IBGE**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/conceituacao.html>>. Acesso em: 10 janeiro 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP). Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/24>>. Acesso em: 20 julho 2015.

COHN, Gabriel. **“A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais”**. In: **Max Weber**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A sociologia de Max Weber**; tradução de Cláudio José do Valle Miranda. Petrópolis: Vozes, 2016.

COSTA, Ana Lúcia Peixoto. **Política Municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza**: desafios para uma proposta de inclusão. Dissertação mestrado políticas públicas, UFC, 2013.

Diagnóstico Socioeconômico de Crianças, Adolescentes e Adultos Moradores de Rua na Cidade de Fortaleza. Relatório Final. Governo do Estado do Ceará/ Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social/ Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU/UECE), 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

Equipe interinstitucional de abordagem de rua. **Metodologia de Trabalho de Rua em Fortaleza**. Fortaleza, 2012.

DIÓGENES, Juliana. GDE é facção criminosa nova, atrai adolescentes e tem ‘crueldade como marca’ diz sociólogo. O Estado de São Paulo . Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.gde-e-facao-criminosa-nova-atrai-adolescentes-e-tem-crueldade-como-marca-diz-sociologo-70002168237>. Acesso em: 10/07/2019.

EM Fortaleza, 4500 moradores de rua disputam 70 vagas em casas de acolhimento todos os dias. **Diário do Nordeste**, 10 outubro 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/em-fortaleza-4500-moradores-de-rua-disputam-70-vagas-em-casas-de-acolhimento-todos-os-dias-1.848973>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FANTA, Daniel. Sobre uma das categorias da sociologia compreensiva de Max Weber. *Revista da teoria da História*. Vol. 16, n. 2, dez, 2016.

FEITOSA, Márcia. Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/crime-organizado-um-problemanacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935>. Acesso em: 12 agosto 2019.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**: o protagonismo dos invisibilizados. *Revista Direitos Humanos* . n. 8, p. 37-41, jan., 2008.

_____. Maria Carolina Tiraboschi. **A Política Nacional Para A População Em Situação De Rua No Brasil**: Avanços E Limites Da Participação Social. Prepared for delivery at the 2012 Congress of the Latin American Studies Association, San Francisco, California May 23-26, 2012 .

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes**: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo. Campinas, 2004.

GARCEZ, Eliane Fioravante. **Weber, Schutz e a busca de “sentido” na ação social**: uma análise comparativa. Em Tese, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun, 2014.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: Fapesp, 200

GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de janeiro: Letras, 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Jornal O POVO 03/02/2018 o que se sabe sobre a chacina das cajazeiras, uma semana depois. Disponível em : <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/02/uma-semana-depois-o-que-se-sabe-da-chacina-das-cajazeiras.html>. Acesso em: 07/07/2019.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. Análise Social, vol. XXXIII (148), (4.º), 871-883, 1998.

LESSING, Benjamin. **As facções cariocas em perspectiva comparativa**. Novos estudos CEBRAP, n. 80. p. 43-62. 2008.

LEV/EI. **Pesquisa Anual sobre a Vivência de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas de Fortaleza**. Relatório Final. UFC/ Laboratório de Estudos da Violência (LEV)/ Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua. Fortaleza, Unicef, 2007.

LIMA, Silvana Garcia de Andrade. **Vidas do meio fio: os moradores de rua de fortaleza no contexto da formulação de uma política pública**. Dissertação Mestrado políticas públicas, UFC, 2008.

MARINHO, Camila Holanda. **Quando a Rua é a Minha Morada: Percursos vividos e trajetórias afetivas de crianças e jovens moradores de rua**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

_____. Camila Holanda. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade**. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Sociologia. UFC. 2012.

_____. Camila Holanda. **Singularidades inquietantes: quando a rua é um lugar de encontro de afetos**. Revista diálogos acadêmicos. v.1, n.2, 2012.

_____. Camila Holanda. **Legados contemporâneos da desigualdade social: quando a construção de políticas públicas para a infância e juventude é entrelaçada pelas redes de afetividade constituídas**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. 2013.

MATTA, roberto da. **A casa & a rua espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª edição Rio de Janeiro – 1997.

MATTOS, Ricardo Mendes ; FERREIRA ,Ricardo Franklin . **Quem vocês pensam que (elas) são?** representações sobre as pessoas situação de rua. Psicologia & Sociedade; 16 (2): 47-58; maio/ago. 2004.

MILLS, C. Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual, in: Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MISSE, Michel. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

MORADORES de rua erguem ‘casa’ na Praça do Cristo Rei em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 14 junho 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/moradores-de-rua->

erguem-casa-na-praca-do-cristo-rei-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.

NOBRE, Maria Teresa, MORENO, Nicole Silva, AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes e SOUZA, Emanuely Cristina de. **NARRATIVAS DE MODOS DE VIDA NA RUA: HISTÓRIAS E PERCURSOS**. Psicologia e Sociedade, v. 30, 2018.

ORGANIZAÇÃO nasceu do convívio com grupos de combate ao regime militar. **Folha Online**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/traficonorio/faccoes-cv.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

PAIS, José Machado. **Nas rotas do cotidiano**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, n. 37, jun., 1993.

_____. José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo:Cortez, 2003.

_____. José Machado. **Nos Rastros da Solidão: Deambulações sociológicas**. Porto, Âmbar, 2006.

PAIVA, Luiz Fábio. **“AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”**: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Caderno C R H, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Jan./Abr. 2019

PAIVA, Thiago . “conheça os perfis das facções que atuam no Ceará.” Jornal O Povo, 27/03/2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/conheca-os-perfis-das-faccoes-que-atuam-no-ceara.html>. Acesso em : 10/jul.2019.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Moradores de rua e suas relações com os espaços urbanos**. Para Onde!?, Porto Alegre, RS, 7 (2): 47-56, ago./dez. 2013.

PASSARINHO, Nathalia. Cabeças cortadas, corpos carbonizados - o que está por trás da violência extrema na guerra de facções. BBC, 04 agosto 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49181204>>. Acesso em: 04/08/2019.

PEREIRA, Felipe Silveira de Moraes; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Fortaleza/CE, capital do semiárido brasileiro: dos retirantes da seca aos moradores de rua (re)produzindo o centro metropolitano**. Revista Formação Online, n. 18, volume 2, p. 29-49, jul./dez., 2011.

PÉTONNET, Colette. **Observação flutuante**: o exemplo de um cemitério parisiense. AntropolíticaNiterói, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008.

_____. Colette. “Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense.” Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia 25 (1982).

PIRES, Artur de Freitas. **“A VIDA DO CRIME É LOUCA”**: AS RELAÇÕES CRIMINAIS EM UM COMPLEXO DE FAVELAS, UFC, 2018.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. **Populações em situação de rua : os processos de exclusão e inclusão precária vivenciada por esse segmento**.

Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PREFEITURA DE FORTALEZA. SDHDS – Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-333>>. Acesso em: 20 fevereiro 2019.

_____. Trabalho e Serviços Sociais. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social>>. Acesso em: 02 outubro 2018.

_____. Benefício de Prestação Continuada (BPC). Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/96>>. Acesso em: 19 julho 2015.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia de rua**: estudo de antropologia urbana. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre,. N. 7 (2003), 22 p., 2003.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Banco do Brasil**: Crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas, 2001.

RODRIGUES, Lúcia Valesca Bonfim Pimentel. **Vidas nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade**. UFC, 2005.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana Medina; DE SANTIS FELTRAN, Gabriel (Ed.). **Novas faces da vida nas ruas**. EdUFSCar, São Carlos, SP, 2016.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut T. R. Wagner; tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação mestrado política social. UNB, 2006.

SOUSA, Manoel JohnsonSales. **As Peculiaridades da Violência no Ceará: Aventuras e Maneiras de Fazer o Crime**. UFC, 2019.

SOUZA, Ricardo Oliveira de. **Entre Bancos, Praças E Esquinas: Os Moradores de Rua da Cidade de Fortaleza em Números e Falas**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. 2013.

VELHO, Gilberto. **Biografia, Trajetória e Mediação, in: Mediação, Cultura e Política**. Rio de janeiro: Aeroplano, 2001.

WAGNER, Helmut R. **A abordagem fenomenológica da Sociologia**. In: SCHUTZ, Alfred. Sobre fenomenologia e relações sociais. Edição e organização Helmut T. R. Wagner; tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2015.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. In: Economia e sociedade:

fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. v.1, part 1, cap. 1, p. 3-35.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.